

em Linguagem Discurso

ISSN 1982-4017

volume 19, número 2, maio/ago. 2019

ISSN 1982-4017 (eletrônica)

em Linguagem (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina



Tubarão – SC

v. 19, n. 2, p. 229-371, maio/ago. 2019

Dados Postais/Mailing Address

Revista Linguagem em (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul

A/C: Comissão Editorial

Avenida José Acácio Moreira, 787

88.704-900 – Tubarão, Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (48) 3621-3000 - Fax: (55) (48) 3621-3036

E-mail: lemd@unisul.br

Site: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/index.htm>

Portal de Periódicos: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso

SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1518-7632&nrm=iso&lng=pt

Ficha Catalográfica

Linguagem em (Dis)curso/Universidade do Sul de Santa Catarina. -
v. 1, n. 1 (2000) - Tubarão: Unisul, 2000 -

Quadrimestral

ISSN 1518-7632; 1982-4017

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA – Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES); Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil); Cabell's Database.

The journal and its contents are indexed in: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES, Brazil); and Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministry of Science and Technology, Brazil); Cabell's Database.



Reitor

Mauri Luiz Heerdt

Vice-Reitor

Lester Marcantonio Camargo

Chefe de Gabinete

Ademar Schmitz

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Inovação

Hércules Nunes de Araújo

Pró-Reitor de Administração e Operações

Heitor Wensing Júnior

Assessor de Marketing, Comunicação e Relacionamento

Fabiano Ceretta

Assessor Jurídico

Lester Marcantonio Camargo

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Rafael Ávila Faraco

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Zacaria Alexandre Nassar

Diretor do Campus Universitário Unisul Virtual

Ana Paula Reusing Pacheco

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Nádia Régia Maffi Neckel (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br

Editores/Editors

Fábio José Rauhen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Maria Marta Furlanetto (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Silvânia Siebert – Editora Associada (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Secretária Executiva/Executive Secretary

Kellen Oliveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Comitê Editorial/Editorial Committee

Adair Bonini (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Andréia da Silva Daltoé (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Carmen Rosa Caldas-Coulthard (University of Birmingham, Birmingham, Inglaterra)
Débora de Carvalho Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Freda Indursky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Univ. Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Conselho Consultivo/Advisory Board

Aleksandra Piasecka-Till (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Alessandra Baldo (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Ana Cristina Ostermann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil)
Ana Cristina Pelosi (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Ana Elisa Ribeiro (Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Brasil)
Anna Christina Bentes (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil)
Anna Flora Brunelli (Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil)
Angela Paiva Dionísio (Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Brasil)
Antônio Carlos Soares Martins (Instituto Fed. do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil)
Aparecida Feola Sella (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
Belmira Rita da Costa Magalhães (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil)
Cleide Inês Wittke (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Conceição Aparecida Kindermann (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Cristiane Gonçalves Dagostim (Faculdade SATC, Criciúma, Brasil)
Cristina Teixeira Vieira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
Daniele Marcelo de Jesus (Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil)
Danielle Barbosa Lins de Almeida (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil)
Désirée Motta-Roth (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil)
Enio Clark de Oliveira (Texas Christian University – TCU, Fort Worth, Texas, United States)
Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Fernanda Mussalim (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil)
Gisele de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil)
Heronides Maurílio de Melo Moura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
João Carlos Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
José Luiz Vila Real Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil)
Júlio César Araújo (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Lilian Cristine Hübner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. Alegre, Brasil)
Luiz Paulo da Moita Lopes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marci Fileti Martins (Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, Brasil)

Maria Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Univ. Federal de Minas Gerais, B. Horizonte, Brasil)
Maria da Conceição Fonseca-Silva (Univ. Est. do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil)
Maria de Fátima Silva Amarante (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Ester Moritz (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Otilia Ninin (Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, Brasil)
Mariléia Silva dos Reis (Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, Brasil)
Marly de Bari Matos (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Mônica Magalhães Cavalcante (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil)
Nicolás Bermúdez (Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Arte, Buenos Aires, Argentina)
Nívea Rohling (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Onici Claro Flôres (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Orlando Vian Jr. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil)
Patrícia da Silva Meneghel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Pedro de Moraes Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Raquel Bambirra (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Renilson Menegassi (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil)
Ricardo Moutinho (Universidade de Macau, Macau, China)
Richarles Souza de Carvalho (Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil)
Roberto Leiser Baronas (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)
Rossana de Felipe Böhlke (Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Sebastião Lourenço dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil)
Sílvia Ines C. C. de Vasconcelos (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Simone Padilha (Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil)
Solange Leda Gallo (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil)
Sônia Maria de Oliveira Pimenta (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Susana Borneo Funck (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Vanessa Wendhausen Lima (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Lopes Cristovão (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Wilson José Leffa (Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Wagner Alexandre dos Santos Costa (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil)
Wander Emediato (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Equipe Técnica/Technical Team

Tradução e revisão/Translation and Revision

Editores (português); Elita de Medeiros (inglês e espanhol)

Bolsista/Trainee

Israel Vieira Pereira

Diagramação/Layout

Fábio José Rauem

SUMÁRIO
CONTENTS
CONTENIDO

EDIÇÃO CORRENTE
CURRENT EDITION
EDICIÓN CORRIENTE

Editorial | *Editorial* | *Editorial*

Ideologia managerial, educação e conhecimento

Managerial ideology, education and knowledge

Ideología gerencial, educación y conocimiento

Maria Marta Furlanetto

237

Artigos de Pesquisa | *Research Articles* | *Artículos de investigación*

Pensar a arte na análise de discurso:

uma análise n' *O fantasma da liberdade*

Thinking on art in discourse analysis:

an analysis in The phantom of liberty

Pensar el arte en el análisis de discurso:

un análisis en El fantasma de la libertad

Janaina Cardoso Brum

255

Prática científica na escrita da professora

Scientific practice in the female teacher's writing

Práctica científica en la escritura de la profesora

Wagner Rodrigues Silva

273

Discursos sobre o idoso: sexualidade e subjetividade

Discourses about the elderly: sexuality and subjectivity

Discursos sobre el anciano: sexualidad y subjetividad

Adéli Bortolon Bazza

Pedro Navarro

293

- Ceci n'est pas vingt cents:*
estranho objeto, releitura e acontecimento nos protestos de junho de 2013
- Ceci n'est pas vingt cents:*
odd object, rereading and event in the protests of June 2013
- Ceci n'est pas vingt ans:*
extraño objeto, relectura y acontecimiento en las protestas de junio de 2013
- José Isaías Venera
- Maurício Eugênio Maliska 311
-
- Cultura é o que é falado?
Relatos de experiências de quase-morte como narrativas de sentido
- Is the culture what is spoken?*
Reports of near-death experiences as narratives of sense
¿La cultura es lo que se habla?
Relatos de experiencias de casi-muerte como narrativas de sentido
- Arlindo Netto 325
-
- Discurso e memória: relações discursivas entre
o conto *Teoria do Medalhão* e o anúncio publicitário *Doutor*
- Speech and memory: discursive relations between*
the short story Teoria do Medalhão and the advertising campaign Doutor
- Discurso y memoria: relaciones discursivas entre*
el cuento Teoria do Medalhão y el anuncio publicitario Doutor
- Carla Soares Pereira
- Vanda do Socorro Furtado Amin
- Analaura Corradi 339
-
- A retórica da mediação: dois momentos
- The rhetoric of mediation: two moments*
La retórica de la mediación: dos momentos
- Vanise Medeiros 355

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017/190201-00-00>**IDEOLOGIA MANAGERIAL, EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO**
MANAGERIAL IDEOLOGY, EDUCATION AND KNOWLEDGE
IDEOLOGÍA GERENCIAL, EDUCACIÓN Y CONOCIMIENTO**Maria Marta Furlanetto*****Universidade do Sul de Santa Catarina****Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem****Tubarão, SC, Brasil**

Na organização da revista *Linguagem em (Dis)curso*, o que temos denominado *episódios* corresponde a tópicos que sobrevoam eventos de espaço-tempo acompanhando os rumos do trabalho científico e suas implicações administrativas, políticas, históricas e sociais – culturais, em suma. O que propomos são interpretações de algum alcance para o que é produzido e publicado neste periódico em prol da circulação do conhecimento na área específica que acolhemos, bem como seus prolongamentos e intersecções. Em edições anteriores abordamos assuntos como autoria, plágio e autoplágio, produtivismo, solidariedade em perspectiva comunitária. Nesta edição, de alguma forma vinculando e interpenetrando os outros, priorizamos o tema da educação – em sentido geral – e uma forma específica de perspectivá-la no mundo contemporâneo, com suas características e conflitos no contexto da cultura. Propomos, no final, possíveis imagens cronotópicas¹ de interpretação.

O tema é introduzido, neste caso, por meio de um autor que, dedicado há muito a estudos linguísticos, filosóficos e literários no meio europeu (francês, nomeadamente), contempla, em uma visão mais panorâmica e engajada, aspectos político-econômicos que se refletem na educação, e que ele trata como educação com caráter *managerial*² (empresarial, gerencial, gestonária), perspectivada como *ideologia managerial*. Trata-se de François Rastier, autor da obra *Apprendre pour transmettre, l'éducation contre l'idéologie managériale*, publicada em 2013 pelas Presses Universitaires de France (PUF). Ele argumenta contra essa ideologia que, cada vez mais, impõe-se na educação

* Doutora em Linguística Aplicada pela Université de Paris VIII. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Editora de Linguagem em (Dis)curso. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0298-765X>. E-mail: mmartafurlanetto@gmail.com.

¹ *Cronotopo* é conceito da teoria de Mikhail Bakhtin ([1937-1938] 2014), remetendo à relação espaço-tempo no âmbito do texto literário, mas expansível para os gêneros em geral. Refere-se à indissolubilidade da relação entre as duas categorias, visualizando o tempo como a quarta dimensão do espaço. O cronotopo funciona como “um lugar coletivo, espécie de matriz espaço-temporal de onde as várias histórias se contam ou se escrevem.” (AMORIM, 2006, p. 105). A interpretação e compreensão dessa fusão se materializa por formas metafóricas de visada dos textos: a escada, por exemplo, é imagem cronotópica que indicia subida, promoção, melhoramento de uma situação ou identidade.

² Optamos pela tradução literal da forma francesa *managériale* utilizada pelo autor, que utiliza a forma básica do inglês *manager* para a derivação, já recorrente também como agente, empresário, organizador de espetáculos.

em todos os níveis. Qual a repercussão dessa visada no ambiente educacional e que efeitos podemos ressentir em função da argumentação promovida nesse estudo? Nosso foco, aqui, diz respeito a uma entrevista sobre a obra publicada (RASTIER, 2014).

Para refletir sobre o contexto em que se manifesta o interesse pelo tema, cabe pensar primeiramente sobre a noção de *gerenciamento* [*management*] e a forma *managerial* [fr. *managériale*] utilizada por Rastier para trabalhar as implicações culturais da imposição que se verifica no espaço educacional.

GERENCIAMENTO [MANAGEMENT]

Raymond Williams ([1983] 2007) estabeleceu uma concepção relevante relativamente aos estudos de cultura e sociedade (com ênfase no E), tentando “juntar o que o modo de pensar capitalista insiste em separar”, conforme os termos de Cevalco (2007, p. 16) no prefácio da obra, referindo-se a um modelo de organização social que marginaliza “a atividade de criação, circulação e confirmação de sentidos” (p. 11). Williams mostra uma nova forma de pensar a produção cultural, tratando sua perspectiva como *materialismo cultural* – uma teoria da cultura. A obra *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* pode ser apreciada, tal como a vemos, como *um livro de trajetos das letras*: primeiro, por dar relevo exatamente às letras, às línguas, à linguagem, à semântica histórica; segundo, em complemento, por dar importância seminal aos trajetos de sentido no tempo e no espaço em busca de compreensão que vai muito além do senso comum (o que se cristalizou e sugere obviedade, sem causar questionamento), recuperando motivos, deslizamentos e apagamentos no curso da história e contribuindo para a percepção de usos opacos nas manifestações discursivas, sobretudo observando a política e a cultura.

A palavra-chave de nosso interesse, para vinculá-la ao tratamento dispensado por Rastier, é *gerenciamento* [*management*]. Apresentamos uma síntese do tratamento do verbete construído por Williams (1983] 2007).

Gerenciamento, nas construções contemporâneas³, expressa uma versão das relações sociais e econômicas, mais voltada para as relações entre gestores e empregados. *Manage*, no sentido de adestrar, administrar, teria entrado no inglês a partir do italiano *maneggiare* (manejar, e especialmente treinar cavalos) – e foi assim utilizado pelos ingleses. A palavra ancestral conhecida é o latim *manidiare*, derivada de *manus* (mão). Em seguida, *manage* estendeu-se a operações de guerra; mais tarde – século 16 – generalizou o sentido para dirigir, assumir o controle. Houve também confusão dada a semelhança com o francês *ménage* e *ménager*, relativo a casa familiar e cuidados com a casa – daí as variantes inglesas *manage* e *menage*, o que promoveu o deslizamento de *manager* para treinador e diretor, alargando o campo de uso dos negócios para o esporte, além de administração da casa. Assim, *management* (como processo) tinha amplo campo

³ Lembremos que a obra é de 1983. Dada a acolhida que recebeu, a edição brasileira consultada, além de material revisado e acrescido anteriormente pelo autor, conta com um apêndice de treze textos elaborados por intelectuais que promovem um desdobramento da obra, acrescentando termos que se salientaram recentemente na cena cultural (informação constante em nota na edição).

semântico, valendo também como uma instituição. No século XVIII, *manage* e *manager* passaram ao campo mais restrito das atividades financeiras e empresariais. Na forma *management*, no século 19, incorporou a administração de jornais. Nos negócios, *manager* podia ser também gerente, agente. No século 20 o uso de *management* se ampliou para atividades variadas com suas especificidades: gerente, burocrata (servidor civil), manifestando também a distinção entre empresa pública e empresa privada. Uma tendência histórica notável foi “uma mistificação das relações econômicas capitalistas” (WILLIAMS, 2007, p. 195), no século 19, com habituais negociações entre patrões [*masters*] e empregados [*men*]. No século 20 deu-se a eufemização desses termos em proveito de empregadores [*employers*] e empregados. Williams salienta a preferência, em meados do século 20, de *a gerência* [*the management*] como expressão mais abstrata, que ressoa ideologicamente de modo aparentemente desinteressado⁴. Diz o autor ainda que o antigo sentido de manejar [*manage*, de *maneggiare*] aparece em *man-management* (manejo de homens), termo que começou a ser usado no exército, e cujo sentido transparece em treinamento gerencial [*management training*], expressão usada “nem sempre com plena consciência do que ela implica” (p. 196). A expressão mais abstrata, enfim, é gestão de pessoal [*personnal management*], “em que se generalizaram e se abstraíram completamente os seres humanos em ambos os lados do processo.” (p. 196).

O que Williams mostra nesse processo histórico é o trajeto variado de certas escolhas históricas (nem sempre conscientes), a agregação e apagamento de sentido nos deslizamentos ulteriores, tornando, de modo geral, naturalizadas as expressões (efeito ideológico) e esquecidos os usos que deixaram de ser dominantes.

Este tópico funciona como alicerce para a leitura de Rastier (2014) sobre a ideologia managerial que amplia suas metas e busca gerenciar a educação em sua amplitude.

EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA MANAGERIAL

Ao tematizar o que chama *ideologia managerial*⁵, o objetivo de Rastier (2014) é questionar certas concepções implícitas das línguas e da cultura, mostrando certos limites das teorias da comunicação e da cognição relativamente ao ensino e à pesquisa, restringindo conteúdos dos espaços de conhecimento, ou seja, substituindo conhecimentos por atividades diversas que refletiriam certas *competências*, em um processo que levaria a avaliações e valorização final em termos de competição entre “recursos humanos” para o mercado.

Tratando-se de um trabalho recente (de 2013), o autor está engajado, como cidadão, em uma atividade de reflexão sobre a crise política e econômica do mundo contemporâneo, bem como de crítica de seu reflexo e consequências na cultura e na educação. A ideologia managerial se baseia em “argumentos econômicos apresentados como técnicos.” (p. 1). Trata-se, para Rastier, de uma perspectiva utilitarista, e neste sentido caberia perguntar para que serve a utilidade, e a quem, especialmente. Considera

⁴ Também conhecemos essa relação (ou relacionamento) na forma de *gestores* e *colaboradores*.

⁵ O texto está redigido em francês. É de nossa responsabilidade a tradução das citações feitas aqui.

que essa ideologia introduz na história um “mito econômico”, e o faz pondo vidas em jogo⁶.

A primeira parte da obra foi intitulada *Humilhações* [traduzindo *avanies*]. Nela Rastier apresenta o panorama do crescimento planetário assustador do que chama *ideologia managerial*. Uma resenha da obra pode ser lida na revista *Mots* (MAYAFFRE, 2013). Aqui estamos focalizando tópicos de uma entrevista.

A segunda parte da obra, que Rastier denominou *Resistências*, é dedicada às línguas e às obras, que, segundo ele, são “objetos e práticas culturais exemplares irreduzíveis à ideologia managerial. As línguas não podem ser reduzidas a instrumentos de comunicação, nem as obras a mercadorias: elas fazem, de alguma forma, resistência.” (RASTIER, 2014, p. 2). O ensino de línguas, todavia, segue, na Europa⁷, um Quadro Comum de Referência fundamentado em uma perspectiva apresentada como “teoria pragmática”. A crítica de Rastier se refere a agrupar como *texto* tanto uma obra literária como uma etiqueta de produto alimentar; a didática da língua estaria organizada com base em níveis de competência. A literatura, por sua vez, seria um “discurso social” entre outros, o que o autor considera banalização: desconsideração de projetos estéticos e consideração dos escritores como atores sociais em busca de posição na sociedade. Com isso, “Substitui-se a arte pelo mercado da arte” (p. 2).

Como alternativa a esse estado de banalização e confusão, o autor pensa em formas de resistência. A educação não pode ser reduzida à formação profissional ou profissionalizante. A didática, que orienta essa formação, não é tudo; ela não pode ser uma disciplina autônoma com um discurso tecnicista. Ele relata que a aprendizagem de base da leitura, da escrita e do cálculo, na França como na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), regride, registrando cerca de 15% de semi-iletrados na saída da escolarização obrigatória.

Rastier aponta também o que considera como *causas culturais* da crise política e econômica no mundo contemporâneo, afetando a educação: a dimensão crítica do pensamento é atacada nas humanidades pela ideologia da transgressão, pela desconstrução; nas ciências, pelo tecnicismo excessivo, a redução da racionalidade a simples procedimentos, como se isso levasse à eficácia na prática. Ele vê a crise como um pretexto para “justificar a extorsão salarial e a pauperização cultural: a falta de educação é preciosa para quem quer acabar com a democracia.” (p. 3). O mercado de trabalho se mostra avesso a uma educação integral, quando a própria OCDE (organização voltada para o mundo econômico) declara, em 2012 (em citação de Rastier, p. 3):

Os trabalhadores altamente qualificados são necessários nos empregos tecnológicos; os trabalhadores fracamente qualificados são utilizados para serviços que não podem ser automatizados, digitalizados ou deslocalizados, como os cuidados às pessoas; e as qualificações intermediárias são substituídas pela robótica inteligente.

⁶ Ele aponta dois casos de suicídio de professores, imputáveis a *sofrimento no trabalho*.

⁷ No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece “conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica.” Essa Base estaria orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (LDB, Lei nº 9.394/1996). Cf. <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br>. O marco legal mais importante desse documento é a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, Artigo 205.

E há a presunção, já em 2001, de que os próprios programas escolares não devem assumir que todos devem chegar tão longe – ou seja, é como se os direitos de cidadania fossem previstos para alguns, e a exclusão algo normal na vida das pessoas. No mundo acadêmico, isto está sintetizado na imposição geral: *Publicar ou perecer*, que paira sobre todas as cabeças.

Questionado sobre eventuais críticas a sua obra com referência a sua perícia em questões técnicas da educação, Rastier rebate dizendo que não se trata apenas de questões técnicas. Com uma longa e variada carreira de professor e pesquisador, ele admite que sua experiência não legitima nada; por outro lado, observa que muitas autoridades acadêmicas e pessoal com poder de decisão parecem ter frequentado apenas comissões e altos conselhos, faltando-lhes, portanto, conhecimento educacional profundo. “Pessoas vêm inspecionar as unidades de ensino e de pesquisa, preenchem grades de avaliação, e sem ter tempo nem, por vezes, o gosto de ler os dossiês científicos, elas fazem *rating* bibliométrico.” (p. 3). Essa cifragem universal, para ele, faz o conhecimento degenerar em informações atomizadas, cujos elementos não são mais que avatares; a educação e a pesquisa se transformam em meras realidades administrativas, sem apreciação específica – sem contar que o *rating* pode suscitar a fraude. Mesmo em relatórios de autoavaliação, lembra o autor, há critérios impostos que são estranhos à pesquisa (todos conhecemos esses formatos).

Rastier lembra que o processo de managerialização (ou gerenciamento) da educação não é, na verdade, novo, mas o próprio pretexto da crise econômica tem servido para cobrir, na forma de governança, a precarização geral com pressões intoleráveis. Como resposta das disciplinas de linguagem e das ciências humanas, ele sugere algumas atitudes:

- a) “Analisar a linguagem managerial das instituições”;
- b) “Recusar que suas disciplinas se tornem discursos de acompanhamento da comunicação midiática e da indústria cultural.”;
- c) “Reconhecer ao digital seu lugar auxiliar, mas utilizar as humanidades digitais para promover as humanidades.”;
- d) “Recusar o utilitarismo econômico em proveito de benefícios para todos” (p. 4).

Destacando que a sociedade civil se compõe de instituições formais e informais, regulamentadas ou não, de partidos, sindicatos, associações e coletivos, com diversidade de normas e pessoas em interação, diversidade que fundamenta a vida social e impulsiona sua evolução, Rastier se insurge contra o fato de que “governos sucessivos organizem o funcionamento do Estado e o conjunto da vida social privilegiando e até impondo uma forma única de organização, aquela da empresa” (p. 5). Ele fornece exemplos que mostram por que, em toda parte, os mesmos elementos de linguagem são recorrentes: competências, avaliação, excelência, governança – em última análise, aparecem, em espaços distintos, mesmas formas de pressão e mesmo “sofrimento no trabalho.” (p. 5).

Tais formatos indicam a vontade de organizar toda a vida social segundo um modelo único que represente uma estrutura pela qual a diversidade e as discrepâncias não sejam elementos de perturbação de certa ordem – uma projetada disciplina, uma técnica. Com isso, encontra-se uma forma de regular as práticas sociais, inibindo eventuais subvenções previstas, sem eliminar propriamente as organizações não manageriais (empresariais).

Embora, em Rastier, técnicas cada vez mais inovadoras da informação e da comunicação recebam atenção e crítica contundente, ele considera o digital [*numérique*] um suporte que favorece certas práticas (pesquisa lexical, acesso a corpus, leitura não linear), mas não é capaz de substituir meramente outras formas de pesquisa e de estudo. Ele entende que cursos a distância têm se tornado um setor econômico, uma vez que são derivados de formações digitalizadas em empresas para uma formação mais rápida, dispensando alocações físicas (compressão do espaço). A educação, porém, não se reduz à transmissão de informações. E, na formação a distância, se tudo está digitalizado (em vídeos, por exemplo), docentes acabam sendo repetidores – eles já são nomeados como *tutores*, apenas controlando a realização das atividades previstas. Ocorre que, segundo o autor, a desmaterialização de meios anteriores utilizados tem por trás interesses privados, e tais interesses podem não incorporar nenhuma dimensão crítica ao trabalho, ou reduzi-la ao mínimo para não perturbar a formatação prevista. Nesse caso, Rastier se pergunta: como tratar os erros, tão importantes para a compreensão? E os fenômenos de identificação, que importam para a maturação afetiva e intelectual?

O incômodo experimentado por Rastier diz respeito a questões educacionais profundas, de que a ideologia managerial não pensaria em se ocupar: o desejo de aprender, que é independente de que posições políticas vigorem. “A cultura não é elitista”, diz (p. 6). A curiosidade é o melhor dos apelos para impulsionar qualquer pedagogia, sem o que estará votada ao fracasso. Argumentos utilitaristas só podem extinguir esse impulso, e ao mesmo tempo fazer com que a pessoa se deixe levar por aquilo que parecerá mais rentável (valor de troca). Rastier defende uma pedagogia do desafio, que pode ser até lúdica, mas é antípoda da competição econômica.

A educação – como ele a compreende – repousa inteiramente em uma antropologia da troca (ele se baseia na Antropologia de Marcel Mauss). “E as trocas de que emergiram as línguas e as outras formações culturais não se reduzem à troca mercantil, e veiculam valores bem diferentes” (p. 6). Essa antropologia compreende uma teoria da pessoa (não um sujeito psicológico ou filosófico, nem forma individual biológica), e uma teoria da sociedade. Ele não admite o conhecimento como acumulação de informações: “Conhecer é saber fazer o elo entre os ‘conhecimentos’, e aprender, assim, no seio de uma prática social.” (p. 7). A dimensão crítica, aqui, é inseparável da ética, e supõe um recuo no sentido de medir a extensão da própria ignorância. Em síntese, três momentos seriam importantes para o processo de conhecer: a) a *informação*: conhecer fatos tidos como tais (aceitos): textos e documentos; b) a *contextualização* das informações (fontes): autores, lugares, datas, crítica...; c) a *apropriação* no presente (teórica ou prática) que conduz a uma reelaboração – que, acrescentemos, implica autoria.

Fechando esse conjunto, Rastier diz que uma teoria da educação supõe uma teoria da linguagem (dos signos, enfim) para as práticas semióticas necessárias ao que chama de *transmissão* (embora esse termo, notemos, pareça inspirado na teoria clássica da comunicação). Rastier, no entanto, diz que ainda predomina o positivismo lógico na compreensão da linguagem – tratando-a como um código entre outros – o que é compatível com o tecnicismo. Caberia, pois, compreender a complexidade dos sistemas semióticos e dos objetos culturais aí implicados.

A questão, na aprendizagem, das motivações e dos projetos deve preceder aquela dos objetos e dos métodos. “Não se estuda para encher seu CV [*curriculum vitae*] desde a mais tenra infância. Não se aprende e não se retém se não se encontra algum valor, e não há aperfeiçoamento a não ser que se possa extrair dele confiança, e mesmo prestígio.” (p. 7). Uma *pessoa*, figura individual e social simultaneamente, se constrói junto às outras, e por elas também. Essas pessoas significativas, de confiança, são objeto de vínculo sensível, até de sedução: elas permitem aprender, sem se tratar de posição de poder. Ora, na ideologia managerial trata-se efetivamente de poder: a repetida chamada à utilidade visa submeter a um poder econômico. Diferentemente,

[...] o conhecimento é um *bem público*, que não diminui pela partilha, antes aumenta, pois encontra aí desenvolvimentos: você faz um seminário para que alguns se apropriem de temas de que você não tratou. O conhecimento que você prodiga lhe é devolvido multiplicado. (RASTIER, 2014, p. 7, grifo do autor).

Todo esse processo, diz Rastier, ultrapassa em muito a pragmática do positivismo lógico: a comunicação é tomada e contextualizada num processo de transmissão.

Ampliando a questão para as culturas, Rastier mostra seu dinamismo em termos de dívidas simbólicas, que são contraídas no interior de cada uma ou com outras, até que se funde uma cultura cosmopolita, atestada, por exemplo, pela literatura mundial. A educação, nesse ciclo, é uma das entradas. Sua concepção de cultura, enfim, é irreduzível à ideologia managerial, e no interior dela a pesquisa e a educação têm uma dimensão crítica.

DISCUSSÃO

Na sequência, promovemos uma discussão com vários tópicos vinculados às questões da rede textual trabalhada por Rastier: 1) um caso exemplar de questionamento sobre o campo da comunicação (formação humanística) visto ainda em período marcado pela ditadura (1979), quando a então Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM, criada em 1977) iniciava suas atividades; 2) uma reflexão sobre a compressão do espaço-tempo na pós-modernidade; 3) uma opção de interpretação para compreender *ideologia* na construção de *ideologia managerial*, não explicitada no texto.

AS TRAMAS DO IMAGINÁRIO

Ideologia e poder no ensino de Comunicação, de 1979, é obra que materializa os resultados de um Ciclo de Estudos da INTERCOM na cidade de Santos (SP) em 1978, tratando de: repensar o ensino de Comunicação; discutir o que surgia como novo currículo de Comunicação; discutir a prática pedagógica nas escolas de Comunicação; apresentar alternativas para o conteúdo de disciplinas.

Em vista de interesse específico vinculado ao tema, selecionamos um texto que discute o novo currículo, à época, homologado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), para os cursos de Comunicação. A autora é Jeanne Marie, que assim assina o texto⁸ *Análise ideológica: as tramas do imaginário*. Como todos os outros participantes da obra, ela se ressentida da precariedade dos fundamentos das teorias da Comunicação naquele momento histórico, e levanta dois fatores que crescem no mesmo solo: um da ordem das ingerências manifestadas no campo, outro das fragilidades teóricas.

A autora inicia pelas fragilidades teóricas. Ela se ressentida da falta de um discurso fundador capaz de ultrapassar o mero fornecimento de elementos operacionais para uma prática consistente no campo, que leve em conta o vir-a-ser, a ação e a crítica. O que havia? Apenas um modelo, um esquema: aquele mesmo de que se ressentida Rastier, muitos anos à frente, na atualidade.

O sistema linear da comunicação começa com o sistema ingênuo (diz ela) Emissor-Mensagem-Receptor – ou seja, nem ao menos aquele mais aprimorado de Jakobson (1969) proposto no texto *Linguística e poética*. O esquema é puramente instrumental em termos linguísticos, ao passo que, salienta Jeanne Marie, se tem de lidar com a complexa questão do Poder. Ela mostra a impotência de se pensar globalmente a comunicação, que exige o compromisso de vários campos das Ciências Humanas, e ainda assim tendo como fundo o mesmo sistema. A falácia do campo, diz ela, se manifesta pelos termos típicos: estruturas, sistema, eficácia, função social, atitudes, comportamento, inteligibilidade, que enformam as teorias e têm como âncora “a racionalidade codificante do sistema de dominação que se objetiva em formas, estruturas, operações, conformando e determinando todo o pensamento teórico sobre a comunicação.” (JEANNE MARIE, 1979, p. 150). A ênfase recai sobre a técnica, o tratamento do código.

Nesse sistema, é “impossível pensar-se os fatores constitutivos da sociedade, a contradição e as classes sociais.” (p. 151). Os temas, em substituição, seriam: diferenças culturais, verdade da opinião pública, liberalidade do mercado de trocas (liberdade de expressão), representação em vez de produção. A autora via aí valores místicos orientando a comunicação: integração, padronização, vigilância de valores tradicionais, evolução. Ela percebe que a heterogeneidade social escapa ao modelo, sendo vista como ruído, ruptura de uma ordem. Perde-se, assim, o conjunto das condições e das relações de produção, e, junto, os sujeitos que produzem. E ocorre o esquecimento de que cada modo de produção acarreta determinado modo de produção de sentido.

O modo de produção capitalista, em seu fundamento, traz o elemento que o determina: o capital, e nele são geradas as operações de racionalidade codificante que acabam ocultando suas condições de produção no trabalho social. Assim é que a racionalidade funciona como “um laço cujas malhas tecem todo o corpo social, dando forma às instituições (jurídicas, educacionais, políticas, religiosas, etc.), permeando ainda as práticas e ações do cotidiano em zonas menos manifestas do que aquelas das instituições.” (1979, p. 151-152).

⁸ O nome pleno da professora e jornalista, mestre em Comunicação Social pela ECA-USP e psicanalista freudiana, é Jeanne Marie Machado de Freitas.

Observemos um detalhe curioso, no momento em que um novo currículo mínimo era homologado para os cursos de Comunicação. O texto da Resolução N. 03/78 traz, em seu *caput*: “Fixa o currículo mínimo para o curso de Comunicação Social.”⁹. Ora, os participantes da INTERCOM, em seus textos, ignoram essa denominação aumentada com *Social*. J. Teixeira Coelho Netto, um dos autores, publicou em 1991 (sob o nome Teixeira Coelho) o *Dicionário do brasileiro de bolso*, trabalho crítico sobre o imaginário da época, na forma de verbetes. Ali encontramos *Comunicação Social*, de que extraímos alguns trechos:

Pressupõe a existência de uma comunicação que não seja social, curioso fenômeno. Difícil entender o que se pretende significar através dessa expressão. Ela poderia apontar, por exemplo, para tudo o que não seja publicidade e propaganda, o que no fundo seria muito adequado. Mas, os cursos de “comunicação social” incluem essas áreas. [...] Caberia [...] observar que a comunicação só pode ser social se não nos lembrássemos que, no Brasil, o termo foi adotado nos laboratórios do regime ditatorial dos anos 60-70 para designar e implantar um sistema de comunicação “não-ideológica”, i.e., que não contrariasse as crenças dos então governantes e não contribuísse para a contestação a seu modelo. (TEIXEIRA COELHO, 1991, p. 53-54)

Dada a ocorrência, ali, do “não-ideológica”, o autor remete também ao verbe *ideologia*, que assim aparece: “São as idéias, planos e opiniões dos comunistas, no tempo em que ainda assustavam alguém. As idéias, opiniões e planos de quem assim pensa nunca são ideológicos.” (1991, p. 119).

Voltemos às considerações de Jeanne Marie. Ela entende que a comunicação precisa se deslocar para o campo do trabalho social, e isso significa que esse campo engendra o ideológico como produção: a produção de sentido é fruto do trabalho da ideologia, que, por sua vez, forma os sujeitos na história. Este pressuposto requer uma concepção de linguagem específica, de caráter discursivo, manifestando laço social. Ela assume, basicamente, um posicionamento materialista, tal como o entendemos na linha da Análise de Discurso francesa. Nesse passo, há uma opção também pela perspectiva psicanalítica (com Freud); no entanto, a teia teórica que se desenha não é aceita no campo da Comunicação no delineamento proposto pelo MEC no currículo mínimo em discussão.

A autora busca, então, traçar o caminho que julga necessário para o trabalho teórico e de ensino no campo da Comunicação, dando lugar especial à visada psicanalítica.

Freud demonstra que a Linguagem, concebida como o lugar da Lei, lugar por onde passam as relações sociais, é passagem necessária para que o homem se torne ser social. A Linguagem é assim o lugar do trabalho fundador da socialidade. Esta proposição significa que o homem só o é enquanto falante, só passa a sê-lo, sendo-o (falando), para um outro [...], é fazendo passar suas necessidades pelos desfiladeiros da Linguagem, por este Outro campo, que o homem se torna ser social. (JEANNE MARIE, 1979, p. 152)

Ora, as relações de Poder se instauram nos fundamentos da socialidade. Como formação histórica, suas modalidades se apresentam, na ideologia, como um poder sem origem, causa e fim. Dessa forma, envolve os sujeitos e lhes confere uma identidade

⁹ Cópia do documento integra a obra organizada por Melo, Fadul e Silva (1979), do Ciclo de Estudos da INTERCOM.

ilusória, construindo, da mesma forma, um edifício de legitimação que agrega o jurídico, o político, o educacional. O campo da comunicação, nesse espaço, vai encontrar os antagonismos de classe.

A crítica e a proposta de novos elementos para o trabalho teórico e de ensino na Comunicação se mostra, desde então, de uma complexidade sem par diante do que a autora nomeia “cândido esquema que modela os estudos da comunicação” (p. 153), resultado de “produções imaginárias, teorias do desconhecimento” moldadas pela racionalidade codificante de um Poder, que oculta o próprio processo que a produz, e cuja trama seria preciso desfazer. Um aspecto é a fragmentação das ciências em termos de objetos específicos e espaços ordenados de funcionamento. A construção do espaço discursivo necessário à Comunicação pressuporia a compreensão das “economias silenciadas”: economia política (de orientação materialista livre de ortodoxia); economia libidinal (considerada em termos de Psicanálise, orientada pelos trabalhos de Freud e Lacan), buscando atravessar o imaginário das teorias.

Cabe lembrar que atravessar o imaginário das teorias “procurando atingir o real que aí se oculta”, tal como expresso por Jeanne Marie (p. 154), precisa ser lido como busca histórica para compreensão de um processo, visto que nem na Psicanálise se pode dizer que o real é *atingido*. Ela mesma especifica (p. 153) que o inconsciente pressupõe a busca de um objeto que falta, mas essa falta nunca é preenchida – para os sujeitos. Da mesma forma, o real, tomado nesse espaço, não se atinge. Pêcheux ([1983] 1997), trabalhando a relação estrutura/acontecimento em Análise de Discurso, percebe e assume – seguindo a linha de Lacan – que “(O real é o impossível... que seja de outro modo).” (p. 29). Assim, não atingimos o real: “a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra.” (p. 29). Ainda nessa linha, com Pêcheux, pensar em um “projeto de saber” racionalizante que tentaria unificar a multiplicidade de saberes e representá-los numa estrutura tão perfeita (com espaços estabilizados) que representasse o real e pudesse controlá-lo sem falha seria acreditar em uma *ciência régia* – desejo humano que, como tudo, não chega a um fim (p. 31).

De outro lado, pensemos na perspectiva atual sobre imaginário que se constrói, segundo a *sociologia compreensiva* de Michel Maffesoli (2001), em agrupamentos sociais na forma de estado de espírito, de matriz espiritual coletiva, diferenciando-se do individualismo pensado em termos de homogeneidade lógica. A noção de *comunicação*, implicada na discussão de Jeanne Marie, é entendida, em Maffesoli, como encontro para compreender, ou, também pensada etimologicamente: “pegar com, tomar junto, reunir, abordar o mundo na sua totalidade, abrir-se aos outros.” (MAFFESOLI, 2003, p. 14). Isso implica vínculos emocionais, sonhos, fantasia, jogo, utopia, elementos de construção de relacionamentos.

O outro fator – indicado pela autora, no início do tópico – que atua como obstáculo para o trabalho na área de Comunicação, a ingerência externa, é aquele que se situa no centro do Poder, que determina, por meio de seus órgãos, os currículos. No caso em pauta, a base para a especialização permanece sendo o esquema conhecido e criticado: Emissor-Mensagem-Receptor, no qual se perde – ela o destaca – a própria comunicação.

Eis o que Jeanne Marie (1979) levanta a respeito do documento:

- a) nas matérias específicas há uma disposição funcionalista: contradições aparecem como problemas, cabendo à sociologia a integração, à psicologia (baseada no imaginário do Ego) as técnicas comportamentalistas, à antropologia a padronização cultural e à língua desenvolver a capacidade de expressão;

- b) nas matérias de fundamentação específica a proposta é desenvolvimentista, enfatizando “ilusões do crescimento e do milagre (brasileiro)” (p. 155);
- c) matérias de natureza profissional registram habilidades técnicas a desenvolver, secundarizando o próprio saber; uma figura anônima sustenta as proposições teóricas: o Poder vinculado ao Capital (racionalidade codificante);
- d) matérias de fundamentação humanística (incluindo Cultura Brasileira), de fundamentação científica e de natureza profissional têm base na lógica da racionalidade, que darão origem, supõe-se, a profissionais burocratas.

Essas características, para Jeanne Marie, atestam a racionalidade das formações imaginárias em questão, que tratariam como ilógico e irracional a contradição, a diversidade, a heterogeneidade. As etapas programadas indiciam fragmentos de saberes a serem oferecidos passo a passo de modo acumulativo. Trata-se, assim, de treinamento.

Em suma, a autora vê nesse processo a concessão, ao campo da Comunicação, de “uma magnitude outrora impensada”, mas por efeito de mistificação tecnológica (p. 156). Fica-nos a sensação de ressonância de uma conversa que poderia estar sendo desenvolvida hoje entre Jeanne Marie e Rastier.

ESPAÇO-TEMPO NA PÓS-MODERNIDADE

Começamos com um destaque de Lyotard ([1979] 1998) sobre o saber nas sociedades informatizadas, prenunciando, há quarenta anos (neste ano de 2019) as transformações do modo de produção e legitimação do saber cultural no capitalismo contemporâneo – o pós-moderno. Note-se que é o mesmo ano em que a discussão da INTERCOM se processava.

O prenúncio (quase se poderia pensar em *profecia*) sobre a natureza do saber era:

O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (*Bildung*) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso. Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim: perde o seu “valor de uso”. (LYOTARD, [1979] 1998, p. 4-5, grifo no original)

Não é de estranhar, portanto, que um governo alinhado com essa visão político-econômica apoie enunciados que secundarizem as ciências humanas, por entender que não dão retorno imediato ao contribuinte¹⁰ – ou: não têm valor de troca. Porém, o que, nos países mais desenvolvidos, ocorria do modo esperado – em velocidade –, “constitui o principal ponto de estrangulamento para os países em vias de desenvolvimento.” (LYOTARD, [1979] 1998, p. 5) – com a previsão de que o distanciamento entre esses países se alargaria no futuro. Contudo, o alerta de Lyotard já fazia sentido: a

¹⁰ Podemos lembrar, em função dessa percepção, que nenhum ser vivo nasce menos preparado para as vicissitudes da vida que os seres humanos, necessitando de muitos anos de cuidados até se tornar “produtivo”. Este parece ser um de nossos *esquecimentos*.

mercantilização do saber podia desestabilizar o privilégio de Estados-nações modernos quanto à produção e difusão de conhecimentos, em vista de sua dependência “do ‘cérebro’ ou do ‘espírito’ da sociedade que é o Estado”, considerando que “a sociedade não existe e não progride a não ser que as mensagens que nela circulem sejam ricas em informação e fáceis de decodificar.” (p. 5-6).

O que Lyotard entendia como *pragmática social* correspondia a pensar na “simplicidade” que as ciências teriam – mas essa pragmática incluiria uma miríade de enunciados: denotativos, prescritivos, performativos, técnicos, avaliativos etc., que não seriam aplicáveis a todos os *jogos de linguagem*¹¹ que circulam na sociedade. Não se pode conceber o sistema social “como uma totalidade em busca de uma unidade com o maior desempenho possível.” (p. 115). Assim, a informatização das sociedades se torna “o instrumento ‘sonhado’ de controle e de regulamentação do sistema do mercado, abrangendo até o próprio saber, e exclusivamente regido pelo princípio de desempenho.” (p. 119), e isso comporta, salienta Lyotard, o terror – ou seja, há um jogo em que há ameaça, do lado do poder, de que haja privação, para outrem, de participar do jogo se não houver adaptação ao que é prescrito (p. 115). É essa forma de terrorismo que fica salientada no trabalho de Rastier, como vimos, e que leva ao sofrimento no trabalho, extensível à vida no cotidiano: uma ameaça à própria vida.

Consideremos, agora, o fator compressão do espaço-tempo na percepção e compreensão do problema, que implica aceleração total no ritmo de vida. David Harvey ([1989] 1992, p. 256) explora o pós-modernismo como “resposta a um novo conjunto de experiências do espaço e do tempo, uma nova rodada da ‘compressão do tempo-espaço’.” relativamente ao período do modernismo como força cultural. E percebe que essa passagem se deveu ao desenvolvimento de novas formas organizacionais e novas tecnologias de controle, que impõem cada vez mais velocidade na produção de bens e também de serviços. Ele quer significar que certos processos revolucionam nossa compreensão do tempo e do espaço, provocando alterações substanciais em nossas vidas: é a ideia de encolhimento prognosticada na expressão “aldeia global” (telecomunicações) e em “espaçonave Terra”, tantas são as interdependências ecológicas e econômicas. Tudo parece se reduzir a um ponto: o presente. (HARVEY ([1989] 1992, p. 219).

Como seria de esperar, isso provoca “reações sociais, culturais e políticas” (p. 219). A aceleração do “tempo de giro do capital” na produção provoca necessariamente aceleração no consumo; tudo tem de circular rapidamente – o que implica também a efemeridade e a descartabilidade de tudo. Compreende-se, então, a insistência em *inovação* a todo custo, como se todos estivessem imbuídos da necessidade de, com isso, compreender o mundo e atingir algum tipo de verdade transcendental. O que nos parece mais realista é que estamos presos numa armadilha que afeta, além das coisas materiais, a vida intelectual e espiritual, visto que, sendo nós apenas elos da máquina, obrigam-nos (ou nos obrigamos) a nos movimentar seguindo seu ritmo.

¹¹ Lyotard adota, em sua obra, a noção wittgensteiniana de *jogos de linguagem*, que sintetiza a recusa de uma linguagem meramente baseada na ideia de cópia figurativa da realidade. Seu ponto de vista é aquele que observa as práticas de linguagem na cultura e seu funcionamento como jogos de linguagem, implicando vários processos (descrever, relatar, comandar, expor, conjecturar etc.) (Cf. WITTGENSTEIN, [1945-1949] 1999).

É em função de como o tempo é perspectivado para a acumulação capitalista que se entende a figuração da máxima ou lema (enunciado “mínimo”) que pretende, em compressão também, dizer tudo e com espírito de verdade: *Tempo é dinheiro* – dito ou inspirado por Benjamin Franklin ([1757] 2010), autor de *The way to wealth*, que entendemos como uma espécie de autoajuda em que ressoa o espírito calvinista aconselhando pessoas, por meio da figura de Pai Abraão, e que remete à sabedoria proverbial refletida no que Franklin publicou como *Almanaque do pobre Richard*, que buscava incutir, segundo ele, *indústria* (ou industriiosidade, engenho, criatividade) e *frugalidade*, caminhos para a riqueza. “Deus ajuda aqueles que se ajudam” é um dos primeiros provérbios emitidos pelo personagem. *Tempo é dinheiro*, por outro lado, também pode ser percebido como uma figura cronotópica do que perspectivamos como capitalismo, incorporando bem a imagem do tempo (racionalizado) amalgamada à de espaço (comprimido).

O princípio da produtividade – junto à competitividade –, nós o fazemos deslizar para *produtivismo*, ao interpretar e ressentir como nos afeta no campo da educação em geral, visto que desatrela de nosso trabalho a necessária solidariedade e instala, mais ou menos de modo corrente e desagregador, a concorrência, desestabilizando o modo como devemos compreender o processo de conhecimento, resistindo, tanto quando possível, ao modo managerial de conduzir a educação.

INTERPRETANDO IDEOLOGIA

O último tópico de discussão diz respeito à compreensão de *ideologia*, no contexto da reflexão de Rastier, e abarcando os tópicos anteriores. Independentemente do sentido específico que Rastier tenha atribuído a *ideologia*, expomos como a entendemos em nossa leitura.

Nos estudos discursivos, especificamente na linha desenvolvida por Orlandi (1996), abandonamos a dicotomia que ainda persiste nas sociedades entre ideológico e não ideológico (neutro), atribuindo-se ao primeiro um conteúdo revolucionário ou subversivo em relação a certa ordem de poder, tal como o termo sofreu deslizamento pela interpretação popularizada por Napoleão Bonaparte, ao atacar os princípios do Iluminismo no século XIX como doutrina perniciosa; ora, a palavra criada pelo filósofo Destutt de Tracy, em 1796, indicava “filosofia da mente” ou simplesmente “ciência das ideias”, diferenciando-a de *metafísica* (Cf. WILLIAMS, [1983] 2007). Esse deslocamento produziu efeitos, aparecendo também em Marx e Engels na crítica a filósofos alemães conservadores, pela contraposição que viam entre processos reais da história e a abstração que se fazia deles, reduzindo-os a imagens que invertiam a realidade. Disso resultou a concepção de pensamento falso e ilusório para *ideologia*.

Embora sempre haja posicionamento (juízo de valor) quanto ao que se desmembre como *ideologias* ou modos de pensar, em Marx e Engels o uso também era crítico, e em Marx esse deslizamento que desmancha a barreira pode ser notado, como destaca Williams ([1983] 2007, p. 215) com respeito a um trecho de sua obra, em que Marx assinala que são *ideológicas*, sem outra distinção: “as formas legais, políticas, religiosas, estéticas ou filosóficas”.

Diríamos então, contemporaneamente, que o sentido mais geral da palavra (sistema de ideias, valores associados a um grupo, uma classe) tem uso amplo, embora a persistência em um componente central de ilusão (como também em *mito*) não desapareça, manifestando oposição: isto é real/isto é ideológico (ilusório, subversivo). Neste caso, ressoa como ofensa, crítica.

Do ponto de vista discursivo, adotamos a concepção que fica expressa neste enunciado de Orlandi (1996, p. 30): “[...] a ideologia não é ‘x’ mas o mecanismo de produzir ‘x’.”. Esse mecanismo induz à naturalização do que é produzido, o efeito de evidência. No mundo social, é o imaginário cultural que fornece sentidos nos espaços em que as relações humanas se manifestam por meio de práticas. A ideologia

[...] é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo. [...] Há uma contradição entre mundo e linguagem e a ideologia é trabalho desta contradição. (ORLANDI, 1996, p. 31)

Esta concepção, porém, não descarta de *ideologia* a ilusão, porém em outro sentido: como não há relação direta entre mundo e linguagem, o que chamamos *realidade* já é efeito dessa não transparência, visto que a linguagem é opaca, é criação humana para lidar com o ambiente. É o funcionamento ideológico que produz o efeito de transparência, mediado pelo imaginário social. A *realidade* não é o mundo: é recorte, fragmentação que se produz de modos alternativos para a produção de saberes, de conhecimento que surge e precisa ser designado, sempre perspectivado em campos específicos – como existem hoje, apesar da tendência à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade.

FINALIZANDO: FIGURAS CRONOTÓPICAS

Nos vários tópicos aqui desenvolvidos, o tema da educação perspectivada como *ideologia managerial* por François Rastier foi foco de reflexão desdobrada em noções para a compreensão do processo a que somos submetidos diuturnamente em sociedade, e especificamente em nossas tarefas como professores, orientadores, pesquisadores que querem desenvolver conhecimentos – não apenas competências – e tomá-los como elementos de ensino e aprendizagem ampla, envolvendo os campos das ciências em geral. As instituições de ensino, embora incorporem técnicas e necessitem de administração, como parte da vida política, não podem ter sua condução filtrada e alinhada como empresa ou como fábrica, reduzindo-se, de sua multiplicidade e diversidade, a um elemento do mundo econômico, que se imagina pode dispensar ou secundarizar as ciências sociais, as artes, a filosofia – traçando uma linha para conduzir tudo de modo único a um único fim.

A própria compreensão desse processo, como é perceptível acima, precisou haurir, para abrir caminho, conhecimentos de várias fontes: filosofia, linguagem, sociologia, comunicação, política, economia, arte. Nessa *viagem* (que já é uma imagem para a criação desta narrativa), o mecanismo social que é a ideologia cria modos de percepção que mostram valores nas épocas e nos espaços, na forma de enunciados (linguagem). Assim, de viagens como esta resultam, na forma de síntese metafórica – tal como em provérbios,

máximas, slogans etc. –, figurações que chamamos formas cronotópicas, com fundamento em Bakhtin ([1937-1938] 2014), e cujo interesse é, de mais de um modo, juntar e comprimir em palavras a percepção de épocas, grupos, valores, espaços (espaço-tempo). Para ajudar-nos na caracterização de alguns desses símbolos, a obra de Battistini ([2002] 2004) *Symboles et allégories*, que é um guia das artes, é providencial.

O que chamamos de fórmula metafórica na ideologia managerial, que é foco e representante pragmático do capitalismo contemporâneo, concentra-se em *Tempo é dinheiro*, surgida, repetida e, circunstancialmente, proferida como argumento, lema ou pretexto. Formas cronotópicas menores, que funcionam como ramos de um tronco, podem ser reconhecidas em variados símbolos, alguns dos quais podem ser interpretados em direções opostas (variação espaço-tempo):

- a) A simbologia das Horas. Na mitologia, as Horas são doze jovens em torno do carro do Sol e que dançam no momento da aurora (a dança das horas). Vamos reter aqui apenas a interpretação de Michelangelo: sua função é “a de testemunhar o poder destruidor do tempo no mundo sublunar.” (BATTISTINI, 2004, p. 74). A parti daí também dizemos: O tempo voa – e essa sensação de rapidez é assustadora: não se pode desperdiçá-lo.
- b) O labirinto. O símbolo provém de antigos mitos solares da civilização minoica (Creta). Também pode representar uma peregrinação em busca de espiritualidade (BATTISTINI, 2004, p. 262). No presente caso, a interpretação segundo a chave do Tempo é dinheiro é outra. Penetrar no labirinto é correr o risco de não encontrar saída, embora ele tenha alternativamente o sentido de fortaleza. Também é uma viagem tortuosa cujo caminho pode levar ao monstro do mito (o Minotauro) que, se vencido, transforma o viajante em herói: conduz ao sucesso, ao reconhecimento, à riqueza – desde que seja precavido para reencontrar a entrada ... e recomeçar o trajeto para outros atos heroicos.
- c) A Roda da Fortuna. Remete a sorte, acaso. É um símbolo ambivalente, voltado tanto à boa como à má sorte, apontando o equilíbrio precário entre as duas possibilidades – inconstância do destino. A roda é uma engrenagem em constante movimento, e humanos de qualquer condição estão submetidos à indiferença da deusa Fortuna – ou Tyché, para os gregos – que faz mover a roda (BATTISTINI, 2004, p. 310). O risco nos empreendimentos é constante: é preciso encontrar o momento propício. Os Antigos, para prever uns e outros, consultavam os oráculos; os consultores, hoje, fazem esse papel.
- d) A escada. Subir, alcançar o topo da escada, vale para elevação espiritual (ascese), moral e intelectual – por etapas que exigem sacrifícios. Difícil é a subida para essa conquista, que faria a ligação da terra com o céu (BATTISTINI, 2004, p. 238). Em óptica mais terrena, a conquista pode ser de um trono, de um alto posto, de um cargo promissor, de preferência pulando degraus (queimando etapas).
- e) A linha reta. Pensamos na linha reta como inflexibilidade, dureza (e talvez desprezo e desconhecimento de mundo), tal como manifestou Oscar Niemeyer em seu Poema da curva: “Não é o ângulo reto que me atrai. / Nem a linha reta, dura, inflexível, / criada pelo homem. / O que me atrai é a curva livre e / sensual. A curva que encontro nas / montanhas do meu país, no curso sinuoso / dos seus

rios, nas nuvens do céu, no corpo / da mulhaer amada. / De curvas é feito todo o Universo. / O Universo curvo de Einstein.”¹²

- f) O abismo. Simboliza problema, ameaça, mistério, afastamento, caos, risco mortal. Representa todo tipo de medo; assemelha-se à roda da Fortuna.
- g) A arena. A palavra evoca, por um lado, lutas acirradas de competição, associando treinamento e técnica; por outro, o mesmo espaço aceita as artes, fruto de trabalho criativo.
- h) A viagem. Simboliza trajeto de conquista, exploração e poderio material. E também iniciação, tensão na pesquisa, descoberta e movimento intelectual e artístico, busca do inexplorado, conhecimento. Muitas narrativas míticas usam o tema seja para aumentar um território, seja para relatar peregrinações de um povo expulso de sua terra, seja para falar da aquisição de conhecimento intelectual ou ainda de ascese espiritual (BATTISTINI, 2004, p. 224).

Deixamos estas reflexões para cogitações seguindo trajeto semelhante, ou optando por mudança de rumo.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 95-114.
- BAKHTIN, M. (1937-1938). Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica). In: BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 211-362.
- BATTISTINI, M. *Symboles et allégories*. Traduit de l'italien par Dominique Férault. Paris: Editions Hazan, [2002] 2004.
- CEVASCO, M. E. Prefácio. In: WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, [1983] 2007. p. 9-20.
- FRANKLIN, B. *The way to wealth*. Compiled and edited by Richard A. Catalina, Jr. Princeton: Princeton Cambridge Publishing Group, [1757] 2010. Disponível em: <https://tendimag.com/2014/02/12/tempo-e-dinheiro-benjamin-franklin/> Acesso em: 28 jun. 2019.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, [1989] 1992.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.
- JEANNE MARIE. Análise ideológica: as tramas do imaginário. In: MELO, J. M. de; FADUL, A.; SILVA, C. E. L. da (Org.). *Ideologia e poder no ensino de Comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes/INTERCOM, 1979. p. 149-156.
- LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Posfácio de Silviano Santiago. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1979] 1998.
- MAFFESOLI, M. O imaginário é uma realidade. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, ago. 2001.
- MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 20, p. 13-20, abr. 2003.
- MAYAFFRE, D. Apprendre pour transmettre. L'éducation contre l'idéologie managériale. *Mots. Les langages du politique*, n. 103, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/mots/21554>. Acesso em: 20 abr. 2019.

¹² Fundação Oscar Niemeyer. Disponível em: <http://www.niemeyer.org.br/outros/poema-da-curva>. Acesso em: 3 jul. 2019. Texto não datado.

- MELO, J. M. de; FADUL, A.; SILVA, C. E. L. da (Org.). *Ideologia e poder no ensino de Comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes/INTERCOM, 1979.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento* [?]. Campinas (SP): Pontes, [1983] 1997.
- RASTIER, F. Education et idéologie managériale. Entretien avec Sarah Al-Matary et Yannick Chevalier. *Texto!* – Textes et cultures, v. 19, n. 4, 2014.
- TEIXEIRA COELHO. *Dicionário do brasileiro de bolso*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, [1983] 2007.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, [1945-1949] 1999.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190202-2518>

**PENSAR A ARTE NA ANÁLISE DE DISCURSO:
UMA ANÁLISE N'O FANTASMA DA LIBERDADE***
**THINKING ON ART IN DISCOURSE ANALYSIS:
AN ANALYSIS IN THE PHANTOM OF LIBERTY**
**PENSAR EL ARTE EN EL ANÁLISIS DE DISCURSO:
UN ANÁLISIS EN EL FANTASMA DE LA LIBERTAD**

Janaina Cardoso Brum**
Universidade Federal de Pelotas
Centro de Letras e Comunicação
Pelotas, RS, Brasil

RECEBIDO EM: 10/04/18

APROVADO EM: 18/11/18

Resumo: *A fim de pensar o estatuto da arte a partir da Análise de Discurso (AD), este artigo empreende a teorização do regime estético das artes como Formação Discursiva Estética (FDE). Para exemplificar o funcionamento dessa FD em torno do questionamento das evidências e do estabelecimento do equívoco como modo mesmo de produção de sentidos, lança mão da análise de uma sequência do filme O Fantasma da Liberdade, escrito por Luis Buñuel e Jean-Claude Carrière, representativa da posição-sujeito surrealista. Nessa sequência, pelo surgimento do absurdo, os sentidos de fantasma e liberdade respondem a uma multiplicidade que é característica do discurso artístico estético, tal como surge na FDE, estabelecendo-se a polissemia como processo dominante, mesmo no seio dos processos parafrásticos.*

Palavras-chave: *Discurso artístico. Formação Discursiva Estética. Cinema surrealista.*

Abstract: *In order to think the statute of art based on Discourse Analysis (DA), we undertake the theorizing of the aesthetic regime of arts as Aesthetic Discursive Formation (ADF). To exemplify the functioning of this discursive formation (DF) regarding the questioning of evidences, as well as the establishment of the equivocal as a means of meaning production, we propose the analysis of a sequence from the movie The Phantom of Liberty, written by Luis Buñuel and Jean-Claude Carrière, which is representative of the surrealist subject-position. In the mentioned sequence, through the emergence of absurd, the meanings of phantom and liberty respond to a multiplicity that is characteristic of the aesthetic artistic discourse such as it emerges in the ADF, establishing polysemy as dominant process, even within the paraphrastic processes.*

Keywords: *Artistic discourse. Aesthetic Discursive Formation. Surrealist cinema.*

* Este trabalho é parte de nossa tese de doutoramento, orientada pela professora Aracy Ernst na Universidade Católica de Pelotas.

** Professora do Centro de Letras e Comunicação. Membro do Laboratório de Estudos em Análise de Discurso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5759-0465>. E-mail: janabrum.uab@gmail.com.

Resumen: Para pensar el estatuto del arte desde el Análisis del Discurso (AD), ese artículo emprende la teorización del régimen estético de las artes como Formación Discursiva Estética (FDE). Para ejemplificar el funcionamiento de esa FD al rededor del cuestionamiento de las evidencias y del establecimiento del equívoco como modo mismo de producción de sentidos, recurre el análisis de una secuencia de la película *El Fantasma de la Libertad*, escrita por Luís Buñuel y Jean-Claude Carrière, representativa de la posición-sujeto surrealista. En esa secuencia, por el surgimiento del absurdo, los sentidos de fantasma y libertad contestan una multiplicidad que es característica del discurso artístico estético, tal como aparece en la FDE, estableciéndose la polisemia como proceso dominante, mismo en el seno de los procesos parafrásticos.

Palabras clave: Discurso artístico. Formación Discursiva Estética. Cinema surrealista.

1 INTRODUÇÃO

Pensar a arte sob os pressupostos da Análise de Discurso (AD) é, a um só tempo, uma tarefa superficialmente simples e profundamente complexa. Esse paradoxo, se tomado como mero impasse na escolha dos caminhos teóricos a serem percorridos na observação da arte como discurso, implica um duplo risco: se tomamos o empreendimento de pensar a arte segundo a Teoria do Discurso como simples, ou, mesmo, simétrico à análise de outros campos discursivos, podemos erroneamente obliterar a potência criadora da arte; ao contrário, se pensarmos esse empreendimento como pertencente a outro campo teórico, do qual o analista de discurso deve apropriar-se a fim de tratar a arte devidamente, podemos incorrer em outro erro: tomar o discurso artístico como aquele em que os funcionamentos da língua, da ideologia e do inconsciente são suspensos. Ora, nesse caso, estaríamos diante de uma concepção de arte como exceção, como lugar no qual o sujeito-artista teria domínio sobre si e conheceria o que os outros sujeitos esquecem em sua relação com a ideologia e o inconsciente.

É Michel Pêcheux (1990) quem nos dá pistas do reducionismo a que esse paradoxo se submete. Em seu *Discurso: estrutura ou acontecimento*, o autor afirma que nada da arte – ele se refere especificamente à poesia e ao humor – é estranho à língua e ao discurso, o que autoriza o tratamento discursivo da arte, já que ela é produzida por sujeitos submetidos à ideologia e ao inconsciente. Dessa forma, pensamos que o campo discursivo das artes pode ser objeto de análise, pois, assim como outros campos, a arte participa das formações sociais e é a elas – e às formações ideológicas e discursivas que lhes são correspondentes – submetida, ao mesmo tempo que quem a produz não são sujeitos livres do assujeitamento.

Com relação ao segundo ponto, Pêcheux (1990) esclarece, com fina ironia, que o marxismo, campo em que a AD ancora-se fortemente, não pode construir, por si só, “edifícios teóricos” capazes de trazer à luz todos os fenômenos, sejam eles linguísticos, filosóficos, artísticos etc. Assim, acreditamos que, como analistas de discurso, temos o dever ético de, quando necessário, aliar dialeticamente conhecimentos concernentes à Teoria do Discurso a conceitos e reflexões externos a ela, desde que devidamente trabalhados sob sua episteme. No entanto, não se trata de nos apropriarmos de campos teórico-filosóficos que se especificam por tratar objetos artísticos, mas de admitirmos não ser a AD uma “máquina” interpretativa homogênea e sem furos. Ao analisar uma cena do filme *O fantasma da liberdade*, escrito por Luís Buñuel e Jean-Claude Carrière, recorreremos não só ao aparato teórico-analítico da AD, mas a exterioridades teóricas relativas à estética, devidamente tratadas sob o ponto de vista discursivo.

2 ARTE, INCONSCIENTE E IDEOLOGIA

Rancière (2009)¹ afirma que, a partir do Romantismo Alemão, a estética deixa de ser uma disciplina que trata do belo para constituir-se como um modo de pensamento específico das artes, um “pensamento daquilo que não pensa” (p. 13). Esse pensamento, dotado de uma potência heterogênea, para o autor, é estranho a si mesmo, no qual idêntico e não idêntico coincidem. Assim, no âmbito da estética, admite-se a existência de uma identidade de contrários, identidade entre razão e irracionalidade, entre realidade e ficção, entre consciente e inconsciente, a qual pode ser formulada como: 1. Existe razão na loucura (pensamento no não pensamento); e 2. A razão pressupõe loucura (não pensamento no pensamento). O que Rancière chama de “regime estético das artes” rompe com uma tradição mimética e, assim, eleva essa identidade de contrários como um modo de produção das artes.

Nesse sentido, reencontramos Pêcheux, para quem o traço poético e o humor “pertencem aos meios fundamentais de que dispõe a inteligência política e teórica” (1990, p. 53), ou seja, no seio mesmo dos processos sócio-históricos, o impensado é capaz de surgir no pensamento, solapando a ilusória unidade lógica dos processos discursivos. Analogamente ao pensamento de Rancière, podemos dizer que a própria realidade tem a estrutura de uma ficção (PÊCHEUX, 1988a). A afirmação de Pêcheux, ancorada em Lacan, diz respeito às relações entre ideologia e inconsciente, mais precisamente às formas como este permite que, no interior da realidade forjada pelo assujeitamento ideológico, haja falhas, seja possível a transformação, intimamente relacionada ao que Rancière chama de regime estético das artes, regime histórico, inaugurado em condições de produção específicas, que trabalha com a identidade de contrários e que, longe de expressar uma simples identidade, ainda que paradoxal, alarga o horizonte do que seja consciência e inconsciente, pensamento e não pensamento etc.

Apesar de as obras de arte serem dotadas de historicidade, elas, segundo Barthes (1987)², não podem ser reduzidas a meros produtos históricos, já que se caracterizam por, ao mesmo tempo que são “signos” de seu tempo, resistirem às condições históricas em que surgem, ou seja, ao mesmo tempo que a arte é história, é resistência à história; identidade de contrários que, longe de estabelecer um paradoxo insolúvel, permite-nos compreender a complexa constituição da arte estética, tal como a define Rancière. Ainda para Barthes (1987), a obra escapa à determinação histórica, pois resta um “caroço duro, irreduzível”. Assumamos que essa dupla constituição, no âmbito da AD, relaciona-se, de um lado, à ideologia e, de outro, ao inconsciente. Essa articulação faz-se presente na formulação do regime estético das artes, de onde partimos para afirmar que: 1. A arte tem relação com a ideologia, já que é historicamente produzida como objeto de saber; 2. A arte tem relação com o inconsciente, já que admitimos, com Rancière e Barthes, que resta, neste campo, um saber estranho a si próprio e um caráter irreduzível, que não permite que

¹ Rancière (2009) concebe a *Estética* como um regime histórico de pensamento das artes que se inaugura no romantismo alemão. Nesse sentido, diferencia-a de outros regimes: o regime ético das imagens e o regime poético ou representativo. Nesse sentido, o termo *estética* não é sinônimo de *arte*, mas um dado modo histórico do fazer artístico.

² O autor refere-se especificamente à literatura.

uma obra de arte (estética) seja um mero produto de suas condições de produção; e, finalmente, 3. Que a arte é discurso, pois não só produz e faz circular sentidos, como os produz de maneira a questionar a evidente – e ilusória – realidade.

3 O REAL DA ARTE COMO DISCURSO

A arte, tal como concebida por Rancière no regime estético das artes, tende a engendrar modos de produção de sentidos mais próximos da polissemia que da paráfrase, o que implica dizer que as coisas da arte, nesse regime estético, têm na ruptura e na transgressão seu modo próprio de produzir discurso, como se ficassem suspensos os sentidos do comum, estabelecidos social e discursivamente como “verdadeiros”, “literais”, em oposição a outros sentidos “periféricos, e pudessem circular, pelo trabalho do sujeito-artista, sentidos outros, sem que a univocidade lógica se exerça completamente sobre eles.

Ora, esse modo excepcional de funcionamento *é regular no Surrealismo* e em outros movimentos no interior do regime estético das artes, de modo que *parece-nos lícito supor a existência de uma Formação Discursiva Estética (FDE)*³, na qual o discurso artístico, a partir da identidade de contrários, teria como saber primeiro o questionamento das evidências. Essa FD determina, no nosso entendimento, *os processos de produção de sentidos do discurso artístico dominante desde o Romantismo alemão*, ao mesmo tempo que questiona os saberes ilusoriamente evidentes *que vêm de outras FD*⁴. Podemos então considerar que, na FDE, têm lugar rearranjos específicos das relações parafrásticas que vão dar origem a efeitos de sentido determinados simultaneamente pela região do formulável na FDE e pelo não-formulável de seu exterior constitutivo.

Nesse sentido, os saberes da FDE estão em constante deslocamento de sentidos produzidos alhures, em outras FD. O movimento constante é, assim, uma relação tensa de desarranjo-rearranjo de processos discursivos que trabalham nos sentidos em seu caráter material. O movimento, pois, mais do que se constituir como real do discurso, no discurso artístico, é a lei formal sob a qual se dão os processos de produção de sentidos. Isso coloca em evidência o fato de que não existe sentido em si mesmo, desautorizando aprioristicamente a ilusão de transparência do que é dito/visto. Concebendo o discurso artístico estético em sua radicalidade, podemos dizer que o saber que regula os processos de produção discursiva na FDE relaciona-se à identidade de contrários, especificamente

³ Apesar de a noção de formação discursiva ter sido revista por Pêcheux (1990), pensamos ser lícito ainda utilizá-la, embora considerando, com o autor, que, em momentos anteriores a noção “derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição” (1990, p. 55). Se, conforme o autor, não se trata de conceber todo e qualquer discurso como independente das redes de memória, i. e., das formações discursivas, mas de concebê-lo como “índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (p. 56), é lícito considerar a heterogeneidade e o equívoco como próprios à noção de formação discursiva.

⁴ Dependendo da obra considerada, diferentes FD figurarão como exterioridade específica da FDE. No caso do filme em questão, por exemplo, podemos considerar como exterioridades específicas uma FD Psicanalítica, dada a relação do surrealismo com a psicanálise freudiana, e uma FD comunista, conforme evidenciamos na sequência.

à identidade entre sentido e não-sentido. Logo, não é que não haja um sistema de evidência *que regula* o discurso na FDE, mas a evidência primeira sobre a qual repousam os processos discursivos estéticos é a de que não há evidências.

A suposição de uma FD cujo *saber prototípico* seja o questionamento das evidências, por outro lado, não implica negarmos a interpelação ideológica; a interpelação é condição primeira da constituição subjetiva. É justamente em seu ponto de falha que trabalha a FDE. Se considerarmos como verdadeira a injunção formal que propusemos, a existência da FDE só pode ser falha, porquanto a forma-sujeito que lhe seria correspondente teria que comportar sua própria falha de identificação. Considerando, então, o sujeito como desde sempre assujeitado e, além disso, desde sempre desejante, consideramos posta a relevância da FDE, de cuja forma-sujeito jamais se supõe um funcionamento absoluto, já que ela trabalha explicitamente sob o questionamento da evidência. Ainda, a contradição, sendo constitutiva do sujeito e das FD, é, pois, o modo primeiro de funcionar da FDE.

4 UM FANTASMA N'O FANTASMA DA LIBERDADE

Situemos os saberes em torno do que se *convencionou chamar Surrealismo* como uma posição de sujeito no interior da FDE, posição essa fundada pela contraidentificação a uma outra posição-sujeito da mesma FD, a dadaísta. As condições de aparecimento dessa posição giram em torno de quatro pontos essenciais: 1. A crise na literatura e nas artes modernas de cunho racionalista, a qual culminou no surgimento de outros movimentos literários, como o Dadaísmo; 2. O fato de ter irrompido entre as duas grandes guerras que marcam a grande crise da sociedade capitalista moderna; 3. O impacto que o pensamento freudiano causou na sociedade ocidental; e 4. O impacto não menos transformador que teve a Revolução Comunista na Rússia (NADEAU, 2008).

Da posição-sujeito surrealista, surge a produção cinematográfica de Luís Buñuel. Respondendo à regularidade estranha da FDE, no interior da posição-sujeito à qual se identifica, a produção do cineasta envolve a utilização da estrutura onírica e dos chistes, relacionados intimamente pela via do absurdo. Em Freud (1996a, 1996b), essas formações do inconsciente são capazes de tocar algo de estranhamente constitutivo ao sujeito, esse Real de que fala Lacan, esse impossível da língua de que falam Gadet e Pêcheux (2010). Esse irreduzível à ordem da língua, à ordem da ideologia e à ordem da consciência instaura o não-idêntico no espaço do repetível, abrindo-se a FDE para a multiplicidade de sentidos e seu equívoco. É nesse sentido que Pêcheux (1990) afirma não ser o equívoco exterior à língua, mas estrutural (e estruturante), constitutivo da ordem simbólica. Esse saber que não alcançamos mas com o qual nos deparamos é o núcleo duro em torno do qual o chiste e o sonho vão se estruturar como seus efeitos. *O Fantasma da Liberdade*, filme dirigido por Buñuel em 1974, materialidade analítica que escolhemos para exemplificar o que vimos falando em torno do discurso estético, vai explorar justamente esse ponto em que o absurdo e o sem-sentido são trazidos à cena e colocados em seu centro.

As partes parcialmente independentes entre si que compõem o “Fantasma da Liberdade” remetem, segundo Buñuel, ao primeiro enunciado do Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels: “Um fantasma ronda a Europa: o fantasma do Comunismo”. O todo da obra aponta para a radical arbitrariedade das normas sociais, questionando, sobretudo, em consonância com o saber prototípico da FDE, o aspecto de evidência a que o que chamamos “realidade” está apegado.

Sob o rótulo opaco do título, o tempo da ação começa em 1808 e, em seguida, passa aos tempos atuais da película. Quanto ao espaço, o filme passa-se basicamente em Paris e seus arredores, com exceção da primeira sequência, que se passa em Toledo, na Espanha. A narrativa da peça audiovisual é baseada na ligação aparentemente contingente de episódios independentes. Passamos de um esquete a outro sem que fique claro como eles se relacionam. As histórias só se conectam através de uma personagem que se repete no esquete subsequente, dando a ideia de *deslocamento*. A ligação fortuita entre os acontecimentos não faz mais que ligar entre si histórias independentes, cuja conjunção tem a estrutura semelhante a um sonho. As personagens que fazem a transição de um esquete a outro, na maioria das vezes, são ligadas às duas situações de que participam pelo acaso, por um processo metonímico, no qual um elemento secundário em uma sequência torna-se o tema central na seguinte, processo semelhante ao deslocamento nas formações do inconsciente (FREUD, 1996a, 1996b). Tentamos remeter esses esquetes sempre ao rótulo que os unifica: o título. Para a análise que empreenderemos a seguir, começemos pelo “fantasma” do título.

A concepção do senso comum de “fantasma”, que aponta para uma lógica dicotômica, vida/morte, corpo/alma, atravessa todo o imaginário ocidental, ligada ao sobrenatural, ou seja, àquilo que excede a natureza e relaciona-se com o mistério, com o desconhecido. Buñuel aproximou-se dessa temática n’*O fantasma da liberdade*. Na peça audiovisual, a dicotomia vida-corpo/morte-espírito é suspensa pela corporificação do fantasma. Para dar conta desse processo discursivo que sobrepõe os polos dessa dicotomia, acreditamos ser produtora a concepção de fantasma advinda da psicanálise.

A noção de fantasia/fantasma surge em Freud em relação às histéricas (Cf. JORGE, 2010, p. 29). Freud observou que muitas pacientes histéricas narravam cenas de agressão, via de regra perpetradas por uma figura masculina, que não necessariamente estavam vinculadas à realidade objetiva: “Há casos em que as fantasias histéricas, ao invés de se expressarem por meio de sintomas, surgem como realizações conscientes que encenam estupros, ataques ou atos de agressão sexual” (JORGE, 2010, p. 50-51). Essas cenas, no entanto, dizem respeito à realidade psíquica do sujeito, pois indicam a realização do desejo. O processo fantasístico dá-se, para Freud, porque a pulsão – essencialmente pulsão de morte – impele o sujeito à tentativa de satisfação que, em última análise, jamais poderá ser total: “A repetição representa a insistência da pulsão em sua busca, jamais atendida, de uma satisfação absoluta” (JORGE, 2010, p. 68), de maneira que o sujeito é levado sempre à repetição automática, compulsiva e inconsciente de “imagens” que encenam as satisfações primeiras. Essas imagens não são fixas, mas sempre variáveis, pois os objetos de satisfação serão sempre parciais.

Para Lacan (Cf. ROUDINESCO; PLON, 1998), a fantasia é um mecanismo de defesa que visa impedir a emergência de um episódio traumático, o que barra a angústia

e faz do outro uma “tela de projeção fantasmática”, levando-nos a perceber o mundo como consistente e dotado de sentido. Assim, podemos considerar que a realidade é desde sempre fantasmática, como a própria unidade do corpo que percebemos como real é fantasmática. Nessa direção, o que chamamos de realidade objetiva, ou seja, a forma como percebemos o que está à nossa volta, é fundamentalmente fantasmática (SAFATLE, s.d.). Assim, a própria unidade corporal que percebemos em uma imagem especular é fantasmática. Essa estruturação da fantasia, produtora de imaginária satisfação e responsável pela imagem de unidade do corpo, também ocorre no nível simbólico: especifica-se como uma estrutura significante, tal como compreendida pela Psicanálise lacaniana. Além disso, ela toca o real, já que o prazer que causa também causa certa cota de desprazer.

Essa estrutura fantasística, que coloca o sujeito na trilha de uma necessidade, é índice de uma falta estruturante, a falta da diferença sexual, que faz com que o desejo nunca possa ser plenamente satisfeito. A fantasia, ao lograr preencher essa falta apenas parcialmente, relaciona-se ao terrível Outro. Para Žižek (2010), o sujeito é dotado de um mecanismo de defesa que evita o contato intolerável com a falta imposta pelo objeto *a*, aquele que é sempre uma falta. O autor relaciona essa dimensão abismal do encontro com o Outro com a diferença kantiana entre juízo negativo e juízo indefinido, identificada por ele nos livros de Stephen King, nos termos da diferença entre “não estar morto” (juízo negativo) e “estar não morto” (juízo indefinido), ou seja, sem o “filtro” da fantasia, o encontro real com o Outro dá existência a um terceiro termo, que não é, no caso do exemplo em tela, nem morto nem vivo, mas não morto, o que se aplica ao par “humano/desumano”, no qual “desumano” não é o contrário exato de humano, mas algo entre o humano e o não humano, de todo modo inerente à humanidade. A fantasia “media” esse encontro com o Real, com o desejo do Outro, com o Outro como desejo, de forma a barrá-lo. Por esse motivo, a fantasia está relacionada àquilo que experimentamos como realidade, o que devolve a unidade ao sujeito. No entanto, é também real, no sentido de que estrutura o desejo do outro para o sujeito, relacionando-se à causa faltosa desse desejo. Para Žižek:

O que temos diante de nós é a ambiguidade fundamental da noção de fantasia: embora a fantasia seja o crivo que nos protege do encontro com o real, a própria fantasia, no que tem de mais fundamental – o que Freud chamou de ‘fantasia fundamental’, que fornece as coordenadas mais elementares da capacidade de desejar do sujeito –, nunca pode ser subjetivada, e tem de permanecer recalcada para funcionar. (2010, p. 75)

Ou seja, ao mesmo tempo que a fantasia tem algo a ver com a realidade imaginária que experimentamos como verdadeira, ela também resta inassimilável de alguma forma, em sua dimensão de real. Para que o sujeito viva em sua fantasia, ela não pode ser plenamente imaginária, estando intrincada, para sempre, na relação real-simbólico-imaginário. Essa contradição inerente à fantasia e à constituição subjetiva desdobra-se nas formações sociais não como mero reflexo, mas na forma de uma tensão entre o social e o psíquico. Žižek (1992), ao analisar, sob as bases do retorno lacaniano a Freud, a aproximação entre o materialismo e a psicanálise empreendida pela Escola de Frankfurt, forja o conceito de “fantasia ideológica” como a ilusão que estrutura a realidade social,

determinando o “fazer” do sujeito. A fantasia ideológica não está somente relacionada ao fato de o sujeito desconhecer o caráter do que o domina, mas em desconhecer o caráter ilusório de sua prática. Žižek (1992) ressalta a dimensão de impossível e de infundado da lei social, esta em cujo cerne reside o “sempre-já” que regula e que interdita seu questionamento. No fosso entre a autoridade forjada da lei e a interdição do questionamento de sua origem, vem inscrever-se a fantasia ideológica: “‘No começo’ da lei, portanto, há um certo fora-da-lei, um certo real da violência que coincide com o próprio ato de instauração da lei, e todo o pensamento político-filosófico clássico repousa num desmentido desse avesso da lei.” (ŽIŽEK, 1992, p. 65).

A lei, ela mesma, é forjada de maneira violenta e “sem sentido” num universo fora-da-lei. Esse “objeto” regulado pela lei contém, em certa medida, um “impossível”, uma falta fundamental que Žižek relaciona ao objeto *a* lacaniano, esse resto que sempre persiste no “ego-sujeito-pleno”, em cuja suplência a fantasia ideológica emerge. Nesse sentido, o autor associa a identificação fantasística da psicanálise com a interpelação ideológica althusseriana. Para ele, o erro da concepção althusseriana da ideologia consiste em ter relacionado a interpelação somente à identificação, em seus vieses imaginário e simbólico, e não em sua dimensão fantasística, que remete, de pronto, ao desejo e à falta no Outro:

O derradeiro suporte do efeito ideológico (ou seja, a maneira como uma rede ideológica de significantes nos ‘prende’) é o núcleo fora de sentido, pré-ideológico do gozo. Na ideologia, ‘nem tudo é ideologia (isto é, sentido ideológico)’, mas é precisamente esse excesso que constitui o derradeiro esteio da ideologia (ŽIŽEK, 1992, p. 122).

A dimensão do gozo, atinente ao campo do Outro, implicada na fantasia – que tenta insistentemente “tapar” o desejo do Outro, estruturando, paradoxalmente o desejo do sujeito –, é precisamente o lugar do *nonsense* da falha no ritual ideológico do qual fala Pêcheux (1988b) em sua retificação, o ponto de impossível a significar pelo qual o assujeitamento pode ser apreendido. Nesse sentido, à fórmula lacaniana clássica segundo a qual a relação sexual não existe, em torno de que a fantasia forja uma complementaridade entre os sexos, corresponde a formulação de Žižek segundo a qual “não existe relação de classe”, ou seja, ao modo da impossibilidade de complementação entre os sexos, as classes em luta não são jamais simétricas e a uma não corresponde a outra como oposto direto. A clivagem entre as classes em luta não pode, segundo Žižek (1992), ser integrada à ordem simbólica, e disso resulta seu antagonismo, dissimulado nas formações sociais.

Assim, a fantasia ideológica mascara o antagonismo, de forma a levar desde sempre em conta sua falha constitutiva, esta implicada na ordem da fantasia, tal como se a concebe na psicanálise. O que ameaça esse edifício fantasístico da sociedade corporativista é precisamente o que deve ser eliminado, o sintoma, o intruso, o estranho que, não obstante, a constitui e desvela seus mecanismos reais. Segundo Žižek (1992), Lacan atribui a Marx a criação do sintoma, como esse “excesso” social que é tomado como o excedente anormal e que, como tal, deve ser eliminado. Todavia, esse sintoma é próprio ao sistema, é o que denuncia seu antagonismo mascarado.

O assujeitamento em sua dimensão de fantasia ideológica é, pois, o real das sociedades capitalistas. É assim que chegamos a considerar que o “fantasma” de Buñuel joga no entremeio do fantasma psicanalítico e do fantasma marxista, sintetizados na fantasia ideológico-social de Žižek (1992): de forma dialética, o constructo teórico “fantasma” encontra a metáfora do fantasma em Marx e Engels n’*O fantasma da liberdade*, fazendo emergir, na película, tanto o fantasma como mecanismo de encobrimento do assujeitamento, como ameaça ao ideal libertário do marxismo.

O saber prototípico da FDE, que imprime uma identidade de contrários às coisas, subtraindo seu caráter de evidência transparente, aliado aos saberes do materialismo e da psicanálise convocados pela posição-sujeito surrealista, resulta no título superficialmente paradoxal da peça audiovisual, que vai subordinar sintaticamente a “liberdade” ao “fantasma”. Todavia, o substantivo *fantasma*, apesar de funcionar como núcleo sintático subordinante, vai modificar qualitativamente o termo *liberdade* que, embora não seja o núcleo sintático do sintagma nominal, funciona como núcleo referencial. Logo, a construção preposicionada (sintagma preposicional) *da liberdade* não é semanticamente subordinada ao núcleo do sintagma nominal, pelo contrário, o núcleo *fantasma* funciona como um predicado de *liberdade* e poderia ser parafraseado como *A liberdade é um fantasma* ou, ainda, *A liberdade contém um fantasma*. Essas duas paráfrases, no entanto, não são simétricas, sendo que a forma nominalizada *O fantasma da liberdade*, ao mesmo tempo que autoriza as duas paráfrases, suspende-as, já que são mutuamente excludentes, ou seja, se a liberdade é um fantasma, ela não pode conter um fantasma. Da mesma forma, as possíveis paráfrases nominalizadas *Liberdade fantasmagórica/fantasmática* e *Fantasma libertário/libertador* são essencialmente dissimétricas em relação ao sintagma original, pois particularizam também propriedades cujo sentido é suspenso na formulação primeira.

Dessa forma, podemos tomar o título *O fantasma da liberdade* como o enunciado que rege a unidade imaginária da peça audiovisual, materializando-se em cada formulação/sequência da montagem fílmica de forma a limitar ou expandir os sentidos relacionados a ele de maneira polissêmica, embora respondendo à regularidade do enunciado, jogando entre os sentidos de *fantasma* e *liberdade*. Os sentidos de *fantasma* aparecem de forma direta nas sequências que têm por tema a dualidade vida/morte. Ocupemo-nos de uma dessas sequências.

Na sequência a ser analisada, o prefeito de polícia vê materializada diante de si a irmã morta, Marguerite. Essa sequência se passa no tempo atual da película, ou seja, em 1974. Após trabalhar no caso de uma menina desaparecida, o chefe de polícia vai a um bar. Lá, encontra uma mulher que é igual à sua irmã, que morrera. Enquanto conversa com essa mulher sobre a irmã, recebe um telefonema misterioso que o faz ir à noite ao cemitério. Aqui, vemos funcionar mais fortemente a fantasia que estrutura a lei como natural, como desde-sempre-já-ai que, no entanto, estrutura violentamente o “fora-da-lei” real de que nos fala Žižek (1992). A crença cristã da vida após a morte subsiste aqui de forma tênue, embora estructure os atos do chefe de polícia.

Num cenário externo urbano, um motorista abre a porta para o chefe de polícia, M. Richepin, perguntando-lhe se quer que o espere, ao que ele responde negativamente. Esse plano inicial, no qual a câmera acompanha os movimentos do motorista e de seu superior,

dá consistência à autoridade encarnada em M. Richepin, já que ele tem sob suas ordens um subordinado. Acompanhamos o chefe de polícia até a porta de um prédio, no qual ele entra. Em um cenário interno, vemos Richepin descer uma escada. Enquanto ele atravessa a portinhola do bar, dois homens saem, aparentemente sem reconhecê-lo, o que dá ao espectador a sensação de que o chefe de polícia vai até esse bar a fim de descansar de suas tarefas como superior do corpo policial da cidade. Já no interior do bar, o “prefeito” cumprimenta o barman, questiona se “eles” – não sabemos quem – ainda não chegaram. Frente à resposta negativa do barman, ele reclama do atraso. Richepin deixa seu casaco e seu chapéu em um cabide. O barman pergunta-lhe se vai beber a mesma coisa de sempre, ao que ele responde afirmativamente. A câmera acompanha novamente o chefe de polícia até uma mesa, atrás da qual ele se senta. Vemos, em seguida, de perto, as mãos de Richepin derrubarem à mesa peças de dominó, que ele organiza de cabeça para baixo. A câmera sobe, mostrando seu rosto, enquanto ouvimos fora do campo a voz do garçom e uma voz feminina. Ao perceber a conversa, o chefe de polícia volta seu rosto para trás e vemos o garçom atendendo uma mulher ruiva de pé. Ela pede um vinho do porto e dirige-se a uma mesa, acompanhada pela câmera. Vemos novamente Richepin, com uma expressão de curiosidade no rosto. Ele volta a mexer nas peças de dominó, que se encontram fora do quadro, enquanto parece pensar confusamente, com o cenho franzido. Olha novamente para trás e a câmera, simulando seu olhar (câmera subjetiva), fixa a mulher ruiva que, distraidamente, tira suas luvas e observa-se em um espelho que não vemos diretamente, mas supomos pelos seus gestos. Novamente vemos Richepin, em plano médio, ainda com o cenho franzido, mexendo nas peças de dominó. Ele olha para trás novamente e larga as peças, levantando-se e dirigindo-se até a mesa da mulher.



Figura 1 – Richepin e Estelle

Fonte: Captura de tela de Buñuel e Silberman (1974).

Richepin dirige-se à mulher, pedindo desculpas pelo incômodo e afirmando que ela não tem nada a temer, já que ele é o chefe de polícia, reafirmando sua autoridade ao mesmo tempo que tenta tranquilizar a mulher, mostrando que, devido a essa autoridade, ela está segura ao falar com um estranho. Sua autoridade é ainda reforçada pelo fato de ele estar de pé, em posição superior à da mulher, que se encontra sentada. Ele solicita sentar-se. O garçom surge, serve a bebida solicitada pela mulher e avisa ao “prefeito” que sua bebida encontra-se em sua mesa. Ao chamar Richepin de “prefeito”, ele reforça ainda mais a autoridade já reafirmada. Richepin pergunta à moça se ela costuma frequentar o lugar, ao que ela responde que é a primeira vez que vai até aquele bar. O chefe de polícia conta, então, a Estelle que ficou muito perturbado ao vê-la entrar, pois a moça era igual à sua irmã, Marguerite, que morrera exatamente quatro anos antes. Estelle, com o rosto curioso, toma seu vinho do porto enquanto ouve a história do chefe de polícia. Novamente a câmera é posicionada atrás de Estelle, enquanto vemos Richepin, com expressão de admiração, olhá-la lembrando as características da irmã. A moça apressa-se em dizer seu nome a fim de reforçar o fato de não ser a irmã do chefe de polícia. Ele, olhando para o lado, lembra de uma tarde de verão com a irmã.

Inicia-se um longo *flashback* que não descreveremos aqui. De volta ao bar, Richepin declara ter a irmã morrido alguns dias depois da lembrança por ele narrada. Ele pergunta a Estelle se ela toca piano como sua irmã Marguerite, ao que ela responde afirmativamente. Estelle pergunta de qual doença morrera Marguerite, ao que Richepin responde que fora de cólica *miserere*, que, em latim, significa “tem misericórdia”, referência sutil ao cristianismo, pois, além de designar a doença, *miserere* é o nome do Salmo 51 na Bíblia. Enquanto Richepin explica o que é a doença a Estelle, ouvimos fora do campo⁵ soar um telefone. No plano seguinte, vemos o garçom dirigir-se ao telefone e atendê-lo. Enquanto vemos o garçom ao telefone, ouvimos fora do campo Richepin despedindo-se de Estelle e convidando-a para o baile da polícia. O garçom ouve atentamente a outra pessoa ao telefone e pede que espere um momento. A câmera o acompanha até a mesa dos dois clientes, onde ele diz ao chefe de polícia que alguém o chama ao telefone. Richepin pergunta se é Marcel, ao que o garçom responde negativamente. Richepin, então, ordena que o rapaz pergunte quem é. O garçom se retira e vemos o prefeito de polícia pedir o telefone da moça. A câmera enfoca, então, o garçom, que, afastando o telefone do rosto, anuncia que fala ao telefone a irmã morta do chefe de polícia, Marguerite. Vemos Estelle e Richepin, que franze o cenho e pergunta, incrédulo, o que o garçom está dizendo, ao que este responde que Marguerite dissera que gostaria de falar com o irmão. Richepin ordena, então, que o garçom, Georges, insulte a pessoa ao telefone, desculpando-se a Estelle pelo palavreado. Aproximando sua mão da mão de Estelle, declara, irritado, que se trata de uma brincadeira de mau gosto, já que a irmã Marguerite está morta. A câmera enfoca novamente o garçom, enquanto ele declara que a pessoa insiste em falar com o chefe de polícia e gostaria de encontrá-lo à noite no mausoléu da família, cuja chave está na gaveta direita da escrivaninha de Richepin. O chefe de polícia volta-se novamente na direção do garçom e ordena que este pergunte à pessoa ao telefone o que ele pediu que Marguerite tocasse ao piano em um dia quente de

⁵ A expressão utilizada refere-se à forma como, no cinema, denomina-se aquilo que não pode ser visto na tela, mas que ainda assim compõe a cena.

verão, cena a que assistimos no *flashback*; o garçom repete a pergunta ao telefone, ouve a resposta e diz a Richepin que fora a Rapsódia de Brahms. Com o cenho franzido, Richepin olha a companheira, apaga o cigarro que tinha entre os dedos, levanta-se e vai até o telefone. Ao telefone, ele repete, em tom de pergunta, enquanto tem a testa franzida, as palavras da pessoa com quem fala “Compreender o verdadeiro mistério da morte esta noite?”. Quando ele vai responder, a pessoa do outro lado do telefone parece ter desligado. O chefe de polícia, visivelmente irritado, coloca o telefone na base. Corta.



Figura 2 – Richepin ao telefone

Fonte: Captura de tela de Buñuel e Silberman (1974).

Na rua, à noite, Richepin desce de um táxi em frente a um portão. Ele olha para os lados e dirige-se até uma porta, onde há uma campainha. Ele toca essa campainha e é atendido por um guarda, o qual pergunta rispidamente a Richepin o que ele quer, ao que ele responde que deseja entrar. O guarda, fazendo um gesto com as duas mãos, declara que está fechado. Richepin apresenta-se, como se devesse ser reconhecido pelo guarda, e solicita a entrada novamente. O guarda, não reconhecendo o chefe de polícia, diz que ele precisaria de uma autorização especial para entrar à noite no lugar. Irritado, Richepin, retirando do casaco um documento e entregando-o ao guarda, diz que é o “prefeito” de polícia. O guarda aproxima-se, enquanto olha alternadamente para o documento e para Richepin que, em contrapartida, observa-o desafiadoramente. O guarda deixa-o entrar e pergunta se quer companhia, ao que o chefe de polícia responde negativamente. O guarda vai atrás de Richepin com o braço levantado, parecendo querer dizer alguma coisa, mas desiste, fazendo um gesto com as duas mãos e voltando novamente até perto da porta, onde pega um telefone e diz “alô”. Corta.

Richepin caminha com uma lanterna entre túmulos. Ao chegar a um mausoléu, ele abre a porta e entra. No interior, ele desce as escadas, iluminando o caminho com a lanterna. A câmera acompanha-o de forma regressiva, tremendo sutilmente, o que sugere

um ângulo subjetivo, como se o espectador estivesse observando a cena de dentro do mausoléu ou, ainda, como se houvesse uma terceira pessoa não identificada observando os movimentos de Richepin. Vemos dois caixões, um de cada lado do chefe de polícia; a câmera acompanha seus movimentos de cabeça enquanto observa os ataúdes. No ataúde que se encontra à sua direita, cabelos ruivos estão dispostos do lado de fora, sugerindo que aquele é o ataúde da irmã. Apesar de estar escuro, vemos o cenho de Richepin franzir-se enquanto toca os cabelos ruivos. Observa em volta e percebe, ao lado do ataúde, um telefone, pega-o e olha, com expressão de dúvida, para a frente. Ele retira do casaco uma ferramenta, com que tenta violar o ataúde da irmã. No plano de fundo, enxergamos a escada, de onde vemos descer o guarda do cemitério e mais três policiais, que pegam Richepin à força, enquanto este protesta, enfurecido, dizendo-se o chefe de polícia, ao que um dos policiais responde que ele poderá explicar-se na delegacia. Richepin ordena que os oficiais ponham-se em sentido e forneçam-lhe seus números de registro. Sem dar atenção aos protestos de Richepin, os guardas o conduzem aos tapas para o exterior. Na parte exterior do cemitério, vemos Richepin ser conduzido por dois policiais que lhe seguram os braços. Nas cenas posteriores, veremos que Richepin não é o chefe de polícia que diz ser.



Figura 3 – Richepin é conduzido à força

Fonte: Captura de tela de Buñuel e Silberman (1974).

O tema do fantasma, nesta sequência, vem sobrepor-se ao tema da autoridade policial. Richepin, ao dirigir-se ao garçom e aos guardas no cemitério, usa somente o imperativo. Ao solicitar ao garçom que a música ambiente do bar seja desligada, ele diz “*Écoutez, coupez cette musique, hein!*” e “*Coupez ça, voulez-vous?*”. Ao solicitar ao garçom que pergunte quem fala ao telefone, ele diz “*Demandez qui est à parler!*”. Ao duvidar que seja sua irmã ao telefone, ele ordena que o garçom faça uma pergunta: “*Demandez-lui donc quel est le morceau que je le priai de jouer un jour très chaud lorsque*

je suis entré dans sa chambre”. Ao ir até o telefone, ele ordena a Georges: “*Donnez-moi ça!*”. Ao insistir para entrar no cemitério à noite, dirige-se ao guarda: “*Laissez-moi passer!*”; aos guardas que tentam levá-lo à força, ordena: “*Lâchez-moi!*” e “*Donnez-moi vos numéros!*”. Ao uso constante do imperativo, vêm juntar-se as várias vezes em que Richepin afirma ser o chefe de polícia. Notemos que Richepin somente afirma sua autoridade, mas não há indício visual dela; quando ele mostra seu documento ao guarda, nós não o vemos. A autoridade de Richepin ainda é reforçada pelo fato de que a câmera subjetiva é usada constantemente, todavia, somente para expressar seu ponto de vista e não o das outras personagens envolvidas na cena. Ao trocar de posição com o espectador, por meio do ângulo subjetivo, Richepin tem sua autoridade reafirmada, já que o espectador vê *como ele vê*.

No nível do intradiscurso, na base da língua mesma, através da autodesignação *préfet de police* e dos verbos no imperativo, sua autoridade é, então, homogênea. No entanto, se tomarmos a formulação audiovisual como um todo, somente a utilização de ângulo subjetivo afirma, simulando o olhar da personagem, a veracidade da autodesignação. Vemos através dos olhos da mais alta autoridade policial de Paris e, por isso, não duvidamos de seu poder, reafirmado constantemente, mesmo que suas roupas sejam civis. Em um nível vertical, ou seja, aquele do interdiscurso, a autoridade de Richepin aproxima-se da “liberdade”, ou seja, ele, como chefe supremo da polícia de Paris, pode dispor *livremente* da vida dos sujeitos, utiliza sua autoridade para aproximar-se de Estelle e para forçar a entrada no cemitério durante a noite.

Como representante da instância da lei e do aparelho repressivo de estado, o chefe de polícia forja sua autoridade frente aos outros sujeitos sociais, que cedem aos seus desejos, não somente o garçom, que trata com rispidez, sempre no imperativo, mas também a irmã, Marguerite, que toca a Rapsódia de Brahms, como ele lhe pede, e Estelle, que permite ao estranho, já que se autodesigna *chefe de polícia*, sentar-se à sua mesa, além de aceitar o convite para ir ao baile da Polícia. Todavia, essa autoridade onipotente é sutilmente colocada em questão desde o início da sequência, seja pelo atraso dos colegas de dominó, seja por a pessoa ao telefone terminar a ligação antes de ele obter mais informações. Pequenos indícios como os citados contrapõem-se ao uso excessivo do imperativo e à repetição de sua designação como chefe de polícia. A própria repetição reiterada de sua autoridade emerge como pista de que essa autoridade e a consequente liberdade não são totalmente plenas. Em outras palavras, o *excesso* causa o *estranhamento* de que nos fala Ernst-Pereira (2009).

O fantasma é aludido pela primeira vez pela estranheza com que Richepin ouve e acompanha a chegada de Estelle ao bar: sua expressão facial tensa parece ser a de quem viu/ouviu uma “assombração”. Enquanto o chefe de polícia aproxima-se, a mulher olha-se no espelho que, malgrado não vejamos, reduplica sua imagem, anunciando uma dupla presença, a sua e a da irmã do chefe de polícia, Marguerite. Aqui, o fantasma de Marguerite, apesar de anunciado, não desfaz a dualidade vida/morte, já que se anuncia pela presença duplicada de Estelle, que, embora seja igual a Marguerite, apresenta-se com nome diferente e, até mesmo, com sotaque diferente, pois é italiana. A semelhança das duas mulheres é o que parece, aos olhos de Richepin, “sobrenatural”. O irmão deseja que Marguerite esteja viva, mas é somente quando a pessoa ao telefone lhe dá informações precisas a respeito de sua relação com a irmã que vida e morte passam a coexistir sem serem mutuamente exclusivas.

Marguerite convida o irmão a conhecer o “verdadeiro mistério da morte”, no cemitério, à meia noite, lugar e horário típicos de lendas sobrenaturais populares. O fato de ela falar ao telefone nesses termos – a que só temos acesso por acreditarmos que Richepin, imbuído da autoridade que lhe é atribuída, ao menos aparentemente, pelo estado, repete as palavras da irmã – reforça sua constituição como viva e morta ao mesmo tempo; ela fala ao telefone ao mesmo tempo que diz conhecer “o mistério da morte”. A crença cristã no espírito, que, ao ser materializado na voz ao telefone – inacessível ao espectador, mas ainda assim suposta –, torna-se fantasma, é reforçada pela designação da doença que tirou a vida corpórea de Marguerite, a cólica *miserere*. Apesar de realmente existir tal doença, a designação nominalizada funciona como pré-construído cristão que incide, sem a intervenção do locutor Richepin, como pré-construído, no interior de seu discurso laico de autoridade de estado. *Miserere* é o título do salmo 51 da Bíblia cristã, constituído por uma oração que implora perdão e promete sacrifícios a Deus.

Vejam a formulação inicial de tal salmo: “Tem misericórdia de mim, ó Deus, por teu amor; por tua grande compaixão apaga as minhas transgressões” (Salmos 51:1). O pré-construído cristão incide, assim, pela designação “*miserere*”, no discurso laico de Richepin e, não por acaso, a formulação inicial do salmo, que traz em si a designação *miserere* – tem misericórdia – incide sobre a morte de Marguerite, que expunha sua nudez ao irmão, no *flashback*. Notemos que, mesmo não parecendo desejar a irmã quando esta está nua ao piano no *flashback*, Richepin flerta com Estelle, a mulher idêntica a Marguerite, convidando-a para acompanhá-lo ao baile da Polícia. O desejo incestuoso inconsciente emerge, assim, na imagem duplicada da irmã. Nesse sentido, Richepin, interdito em seu desejo por Marguerite, adquire *liberdade* ao desejá-la pelo crivo fantástico da imagem de Estelle.

O fantasma da irmã incide, então, na liberdade laica atribuída aparentemente pelo estado a Richepin. Nesse sentido, podemos parafrasear a afirmação dessa liberdade que toma forma pela via da autoridade repressiva policial como “A liberdade contém um fantasma”, o fantasma cristão que, quando está por vir à tona, implica a destituição da autoridade e, conseqüentemente, da liberdade de Richepin, o qual não é mais reconhecido como chefe de polícia enquanto tenta profanar o ataúde de Marguerite e é, por isso, privado de sua “liberdade de ir e vir”, sendo levado preso pelos policiais, que usam a força. O cristianismo impõe uma barreira à liberdade autoritária do sujeito de estado Richepin, trazendo à superfície sua divisão. Se o desejo por Estelle emerge como substituição fantástica do desejo incestuoso por Marguerite, o objeto *a* insuportável, barrado quando a irmã era viva, esse desejo logo volta-se à irmã, pela interrupção abrupta que a pessoa ao telefone impõe à conversa com Estelle. O telefonema, índice do desejo insuportável do Outro, faz com que Richepin abandone sua posição autoritária a fim de ceder à ordem de Marguerite. Nesse movimento, sua autoridade desfaz-se e dá incidência ao surgimento de novos agentes do aparelho repressivo de estado que não usam da força através da língua, como Richepin, mas a colocam literalmente em ato: os quatro guardas conduzem-no à força e aos tapas para fora do sepulcro da família. O desejo do Outro, quando se afigura na materialidade do cabelo ruivo que aparece na parte exterior do ataúde de Marguerite, reforçado pela presença de um telefone ao seu lado, o qual sugere que a ligação recebida por Richepin no bar originara-se ali, é logo solapado pela autoridade repressiva.

A liberdade aparece na sequência em outro de seus vieses: a liberdade repressiva de estado, a Lei forjada no espaço mesmo de sua constituição equívoca, como aponta Žižek (1992). A coincidência, na mesma personagem, da garantia policial da aplicação da lei, ou seja, da autoridade/liberdade repressiva, materializada pelo uso excessivo do imperativo e da autodesignação *préfet de police*, e da subversão da lei, materializada na formulação audiovisual pela tentativa de violação do sepulcro de Marguerite, traz à superfície, pela via do interdiscurso, a falha, o furo próprio à lei. Richepin condensa essa identidade de contrários; ele é o bom sujeito do Estado, na medida em que garante a força da lei, e é, também, o mau sujeito, que se contraidentifica subvertendo a lei pela via de sua autoridade mesma, ou, mais precisamente, identificando-se *plenamente* com a lei, ele é a lei e, por isso, pode dispor da vida e da morte dos sujeitos. Quando Richepin identifica-se plenamente com a instância da lei, ele se atribui uma qualidade onipotente: sendo a lei, ele não precisa respeitá-la; na relação com a forma-sujeito do cristianismo, ele age como Deus, regulando vida e a morte da irmã.

Identificado à lei e a Deus, Richepin transgride as próprias leis de que é a garantia e a sustentação, ele trabalha na própria falha do ritual ideológico, emergindo como sujeito fundamentalmente desejanter e dividido. Ele impõe a lei e *resiste* a ela; ele encarna a lei laica do estado burguês e *resiste* a ela. Assim, a mobilização discursiva da liberdade repressiva que encarna não faz mais que reverberar o engodo de toda autoridade e, mais que isso, de trabalhar na falta inerente a todo ego-sujeito-pleno.

Sob o saber que eleva a não-evidência dos sentidos em detrimento da literalidade na relação entre a posição-sujeito surrealista e a forma-sujeito da FDE, tal como materializada na peça audiovisual *O fantasma da liberdade*, participam do processo de produção discursiva sentidos diversos que, em relação de contradição, estendem a polissemia ao eixo parafrástico. Na sequência em análise, as exterioridades convocadas sob a designação “O fantasma da liberdade” fazem deslizar os sentidos mobilizados, de forma a fazer coincidir saberes contraditórios, apontando para o equívoco que solapa a relação ilusoriamente transparente do sujeito com o discurso. Apesar de não ter compromisso com o que concebemos como realidade, o absurdo que surge da sobreposição de saberes heterogêneos, como os saberes cristãos e laicos, retorna sobre a fantasia ideológica, colocando à prova sua eficácia. As “liberdades civis” consideradas próprias às formações sociais ditas democráticas são questionadas pelo caráter chistoso e pela estrutura onírica do deslocamento e da condensação, de modo que os inúmeros sentidos mobilizados pela palavra “liberdade” retornam sob a forma de uma asserção: a liberdade é um fantasma.

5 POR UMA ANÁLISE DO DISCURSO ARTÍSTICO

Não pretendemos defender, com este trabalho, que toda manifestação artística seja mais ou menos revolucionária, questionadora das evidências que regem o funcionamento discursivo. No entanto, partindo de Rancière (2009), podemos dizer que há ruptura com a arte representativa no Romantismo Alemão, a qual deu origem ao que Rancière chama de regime estético das artes. Nesse regime, como dissemos, a identidade de contrários dá margem para a potência criadora de um discurso que trabalha diretamente no equívoco.

A posição-sujeito surrealista é emblemática desse potencial transgressor da FDE, pois, em determinadas condições de produção, essencialmente relacionadas às crises sucessivas do entreguerras, pôde aliar saberes que denunciavam a instabilidade social e subjetiva, de forma a produzir configurações singulares no âmbito da arte.

O cinema, como campo discursivo e artístico extremamente difundido desde o advento do filme sonoro no princípio do século XX, pareceu-nos um campo profícuo para a observação do discurso estético. Como materialidade significativa na qual a língua, o som e a imagem não podem ser dissociados, o cinema emerge, assim, como um campo discursivo em que a arte estética tem franca disseminação. Engendrado por uma contradição, produto de uma indústria, ao mesmo tempo que resiste ao *status quo* da sociedade capitalista, o cinema surrealista é campo privilegiado para a observação do funcionamento excepcional da FDE. A fim de compreender as relações aí estabelecidas, mobilizamos saberes da AD, bem como a saberes relacionados à estética e à psicanálise. Nesse sentido, Jacques Rancière e Slavoj Žižek foram essenciais para o estabelecimento, respectivamente, das relações entre estética e discurso e ideologia e inconsciente.

No filme de Buñuel, assistimos a um complexo jogo discursivo que traz à superfície a opacidade a que está submetido todo discurso. Através de uma série de sobreposições, inversões e deslocamentos, essa peça audiovisual desnaturaliza a percepção de ações, atitudes e hábitos “semanticamente normais” na formação capitalista ocidental. Utilizando-se do absurdo, a película é capaz de flagrar, de seu universo não estabilizado logicamente, as relações sociais em sua dupla dimensão, ideológica e inconsciente, de modo a retornar sobre a realidade como um questionamento a respeito da evidência sob a qual subjaz o equívoco dos sentidos. O “desalinho” aparente de *O fantasma da liberdade* não faz mais que retroagir sobre as evidências a que estava submetida a sociedade ocidental em meados do século XX, de forma a içar o equívoco ao nível do intradiscurso. Por sua filiação à FDE, o filme desarranja-rearranja as relações entre a evidência e o equívoco, relação esta que preside o discursivo.

A estética, por sua relação não vinculativa com a realidade empírica, é campo privilegiado para a observação dos processos discursivos relacionados à polissemia: a suspensão dos sentidos correntes faz com que possamos perceber, na materialidade discursiva, aquilo que há de inconsistente no que acreditamos ser a verdade única, una e transparente. *O fantasma da liberdade*, especialmente na sequência que analisamos, ao mobilizar diferentes sentidos para “fantasma” e “liberdade”, flagrando a heterogeneidade constitutiva de todo dizer, traz aos olhos do espectador uma verdade incômoda: aquela segundo a qual não há o que, do desejo, da linguagem, do discurso e da ideologia, não possa ser desacomodado.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. [1963]. História ou Literatura? In: BARTHES, R. *Racine*. Trad. Antônio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- BARTHES, R. *Racine*. Trad. Antônio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- BUÑUEL, L.; SILBERMAN, S. *O fantasma da liberdade* [filme-vídeo]. Produção de Serge Silberman, direção de Luís Buñuel. DVD, 104 min. França, 1974.

- ERNST-PEREIRA, A. *A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo*. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.
- FREUD, S. [1900]. *A interpretação dos sonhos*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.
- FREUD, S. [1905]. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. [1982]. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Trad. Bethania Mariani e M^a. Elizabeth C. de Mello. 2. ed. Campinas: Ed. RG, 2010.
- JORGE, M. A. C. *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan*. A clínica da fantasia. Vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- NADEAU, M. [1964]. *História do Surrealismo*. Trad. Geraldo G. de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- PÊCHEUX, M. [1983]. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1988a.
- PÊCHEUX, M. [1978]. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês. In: PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1988b.
- RANCIÈRE, J. [2001]. *O inconsciente estético*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Trad. Vera Riberio, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SAFATLE, V. *Gênese e estrutura do objeto do fantasma em Jacques Lacan*. S/D. Disponível em: <http://www.oocities.org/vladimirsafatle/vladi090.htm>. Acesso em: 10 mar 2015.
- ŽIŽEK, S. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ŽIŽEK, S. *Como ler Lacan*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190203-4418>

PRÁTICA CIENTÍFICA NA ESCRITA DE PROFESSORA SCIENTIFIC PRACTICE IN THE FEMALE TEACHER'S WRITING PRÁCTICA CIENTÍFICA EN LA ESCRITURA DE LA PROFESORA

Wagner Rodrigues Silva*

Universidade Federal do Tocantins

Instituto de Pesquisa e Extensão em Educação

Palmas, TO, Brasil

RECEBIDO EM: 12/07/18

APROVADO EM: 03/04/19

Resumo: Este artigo investiga autorrepresentações produzidas por uma professora de escola básica em uma dissertação de mestrado profissional para professoras de português como língua materna no território brasileiro. A partir das representações identificadas, a construção do letramento científico da educadora na pós-graduação profissional é problematizada. O trabalho se configura como um estudo de caso sob a perspectiva indisciplinar da Linguística Aplicada, delineado pela problematização da cultura científica legitimada e pela análise linguística do documento selecionado. Os resultados mostraram a predominância da autorrepresentação de pesquisadora alinhada a teorias linguísticas apropriadas na pesquisa e desdobrando-se, portanto, na reprodução de um modelo de letramento científico dominante característico da pós-graduação acadêmica.

Palavras-chave: Letramento científico. Linguística Sistêmico-Funcional. Mestrado profissional.

Abstract: This paper investigates self-representations produced by a basic school female teacher in a professional master's dissertation for Portuguese teachers as their mother tongue in Brazilian territory. From the identified representations, the construction of the scientific literacy of the female educator in the professional graduate is problematized. The research is configured as a case study under the undisciplined perspective of Applied Linguistics, outlined by the questioning of the legitimized scientific culture and the linguistic analysis of the selected document. The results have showed the predominance of the researcher's self-representation aligned with the appropriate linguistic theories in the research, unfolding in the reproduction of a dominant scientific literacy model characteristic of academic postgraduate studies.

Keywords: Scientific literacy. Sistic-Functional Linguistics. Professional master's program.

Resumen: Este artículo investiga auto-representaciones producidas por una maestra de escuela básica en una disertación de maestría profesional para profesoras de portugués como lengua materna en el territorio brasileño. Desde las representaciones identificadas, la construcción del alfabetismo científico de la educadora en el posgrado profesional es problematizada. El trabajo se configura como un estudio de caso bajo la perspectiva indisciplinar de la Lingüística Aplicada, delineado por la problematización de la cultura

* Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3994-1225> E-mail: wagnerrodriguesilva@gmail.com

científica legitimada y por el análisis lingüístico del documento seleccionado. Los resultados muestraron la predominancia de la auto-representación de investigadora, alineada con teorías lingüísticas apropiadas en la investigación, por lo tanto se desplegando en la reproducción de un modelo de alfabetismo científico dominante, característico del posgrado académico.

Palabras clave: Alfabetismo científico. Lingüística Sistémico-Funcional. Maestría profesional.

“formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE” (BRASIL, 2014, p. 51).

1 INTRODUÇÃO

A epígrafe deste artigo enuncia um grandioso e polêmico desafio a ser enfrentado pelo governo brasileiro no âmbito da formação continuada de professoras¹. O excerto reproduz parte da Meta 16 descrita no Plano Nacional da Educação (PNE), ainda composto por outras dezenove e caracterizado como “exigência constitucional com periodicidade decenal” (BRASIL, 2014, p. 5). Em outras palavras, o documento apresenta vinte metas para elevar a qualidade da educação no Brasil, nos diferentes níveis de instrução formal. Todas as metas devem ser cumpridas entre os anos de 2014 e 2024.

Mais recentemente, a meta focalizada foi enfrentada pelo governo federal a partir da criação de mestrados profissionais para educadoras, a exemplo do Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), implementado em 2013 e ofertado para professoras efetivas de Língua Portuguesa vinculadas a escolas públicas brasileiras do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)². Essa modalidade de mestrado se configura como um desafio para as universidades brasileiras, que, por estarem inseridas numa cultura acadêmica distante das instituições de ensino básico, vêm empregando esforços para responder às demandas da renovação do ensino de língua materna, motivadas especialmente por práticas interativas fluidas a serem democratizadas e por encaminhamentos para o ensino originários de avanços científicos nos estudos da linguagem.

Assumindo a linguagem como uma atividade social desencadeadora de sentidos, investigo algumas autorrepresentações construídas por uma professora da escola básica em uma dissertação apresentada como *trabalho de conclusão final* (TCF) do ProfLetras. Nesse sentido, problematizo alguns desdobramentos das representações descritas para o letramento científico das professoras em formação continuada no mestrado profissional. Trata-se de um estudo de caso a partir da análise linguística das orações gramaticais em

¹ Ao longo deste artigo, flexibilizei a prescrição gramatical referente à flexão de gênero na língua portuguesa para me referir aos profissionais da educação. Optei pelo uso do feminino para visibilizar o trabalho do magistério realizado predominantemente por mulheres.

² Foram criados os Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professoras da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), compreendendo as seguintes disciplinas escolares: Artes (ProfArtes); Biologia (ProfBio); Educação Física (ProfEdFísica); Filosofia (ProfFilo); Física (ProfFis); História (ProfHistória); Química (ProfQui); Matemática (ProfMat); Sociologia (ProfSocio). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/proeb>. Acesso em: 24/06/2018

que a professora, autora da dissertação selecionada, é representada na posição gramatical de sujeito. Assim este artigo traz um estudo de algumas tensões em torno da construção do ProfLetras como mestrado na modalidade profissional, considerando interferências de práticas estabilizadas de pesquisas na pós-graduação acadêmica brasileira³.

Este estudo se alinha à abordagem indisciplinar da Linguística Aplicada (cf. PENNYCOOK, 2001; SILVA, 2014), justificada pelo diálogo explícito ou não entre referenciais teóricos de diferentes disciplinas ou campos do conhecimento, e pelo compromisso político com o fortalecimento da formação de professoras na pós-graduação profissional. Alguns estudos do letramento científico (cf. SOUSA, 2016; SILVA, 2017) e da sociologia da ciência (cf. DEMO, 2012; SANTOS, 2010) são utilizados para caracterizar o contexto acadêmico em que está inserido o ProfLetras e identificar o desafio da construção para educadoras de uma pós-graduação profissional sustentável. Estudos de origens distintas sobre práticas reflexivas na formação da professora também contribuem para fundamentar esta pesquisa (cf. PERRENOUD, 2002; SIGNORINI, 2000; SILVA, 2014). Para a análise linguística da dissertação selecionada, são utilizados alguns pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Sistêmico-Funcional – LSF (cf. EGGINS, 2004; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; THOMPSON, 2014). Aleatoriamente escolhi uma dissertação dentre dez TCF analisados preliminarmente. Esses trabalhos são originários de unidades do ProfLetras localizadas na Região Norte, conforme estudo mais extenso apresentado por Silva (2019).

Este artigo está organizado em três partes principais, além desta Introdução, das Considerações Finais e das Referências. Na primeira, caracterizo o ProfLetras no contexto universitário brasileiro em que o modelo de pós-graduação acadêmica, informado pelo paradigma dominante de pesquisa, prevalece. Na segunda, sintetizo alguns pressupostos teóricos atrelados à *metafunção experiencial* da linguagem proposta na LSF, utilizados na análise linguística da dissertação. Por fim, na terceira parte, apresento uma análise quantitativa e qualitativa do objeto investigado, quando são exemplificados os tipos de escolhas linguísticas responsáveis por práticas de letramento científico perceptíveis na escrita da professora.

2 DESAFIOS DO MESTRADO PROFISSIONAL PARA PROFESSORAS

O desafio da oferta de mestrados profissionais alinhados a demandas da escola básica, em resposta à Meta 16, parcialmente reproduzida como epígrafe deste artigo, articula-se a outras metas igualmente descritas no PNE (BRASIL, 2014), a exemplo da de número 14, proposta para elevar o número de matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo mestrado e doutorado. No contexto brasileiro, esses cursos são

³ Este artigo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa “Letramento Científico do Professor no Mestrado Profissional em Letras” (CNPq 305094/2016-5). Contribui para as investigações científicas no grupo de pesquisa Práticas de Linguagens – PLES (UFT/CNPq). Foi apresentado nos seguintes eventos científicos: XIV Congresso da Associação de Linguística Sistêmico-Funcional da América Latina (ALSFAL), Puebla, México; VII Congresso Latino-Americano de Formação de Professores de Línguas (CLAFPL), Belém, Brasil.

ofertados nas modalidades profissional ou acadêmica, sendo essa última bastante consolidada.

Caracterizo a Meta 16 como grandiosa pelo complexo desafio a ser enfrentado a fim de assegurar as condições necessárias para que professoras da educação básica frequentem e concluam dignamente a pós-graduação. No contexto do ProfLetras, as professoras da escola básica retornam à universidade após passar alguns anos distantes da referida instituição, cumprem um elevado número de disciplinas no mestrado, inclusive no semestre em que desenvolvem a pesquisa compulsória na escola básica⁴, acumulam as atividades do curso e a rotina das aulas no ensino básico (quase sempre sem redução da carga horária trabalhada)⁵, além de lidarem com esforços em outros espaços, sobretudo as mulheres ao exercerem jornadas domésticas.

Conforme relatório de monitoramento do PNE (BRASIL, 2018, p. 271), entre os anos de 2008 e 2017, apenas 2,4 % e 0,4 % das professoras possuíam o título correspondente a mestrado e doutorado, respectivamente. Considerando o tempo restante para implementação do PNE, tem-se como certo que, mantendo-se a política atual, a meta focalizada será descumprida.

Diante da realidade descrita, uma leitura flexível do documento é realizada: considere-se a pós-graduação *lato sensu*, totalizando 34,4 % de professoras da escola básica que frequentaram alguma especialização, curso configurador dessa última modalidade de pós-graduação⁶. Os denominados cursos de especialização não são submetidos aos critérios de qualidade assegurados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência do governo federal brasileiro responsável pela abertura, implementação e avaliação de mestrados e doutorados, seja em instituições de ensino superior públicas ou privadas⁷.

⁴ Conforme Artigo 17 do Regimento do ProfLetras, o curso “prevê o cumprimento de um mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas em disciplinas, correspondendo a 5 (cinco) disciplinas obrigatórias e 3 (três) optativas, cada uma delas com 45 horas”. Disponível em: <http://www.profletras.ufrn.br/documentos/108963191/regimento#.W0QONtJKjIU>. Acesso em: 9 jul. 2018.

⁵ Inicialmente o edital da seleção nacional do ProfLetras informava que o curso era *semipresencial*, o que, dependendo da leitura realizada pela rede pública de ensino de lotação das professoras, impossibilitava o afastamento ou, até mesmo, a redução da carga horária da profissional em sala de aula. Em 24 de abril de 2017, o conselho gestor do ProfLetras criou a Resolução 001/2017 para regulamentar a obrigatoriedade da permanência das alunas do ProfLetras em sala de aula, o que deve ser comprovado, semestralmente, durante a renovação da matrícula, mediante entrega de documento emitido pela unidade escolar de lotação. Disponível em: <http://www.profletras.ufrn.br/documentos/193488707/resolucoes#.W0QTR9JKjIU>. Acesso em: 9 jul. 2018.

⁶ Em documento oficial (BRASIL, 2014, p. 52), especifica-se a pós-graduação *stricto sensu*, conforme observável no seguinte excerto: “É fundamental, para atingir essa meta, implementar ações articuladas entre os sistemas de ensino e os programas de pós-graduação das universidades públicas, bem como assegurar a implantação de planos de carreira e remuneração para os professores da educação básica, de modo a garantir condições para a realização satisfatória dessa formação, objetivando alcançar a cobertura de 50% dos professores da educação básica com mestrado ou doutorado”.

⁷ Em 11 de julho de 2017, o então presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 11.502/2007 ampliando a missão da CAPES para qualificação de professoras da educação básica. A ampliação do campo de atuação foi justificada pelo aproveitamento da experiência e tradição dos 56 anos da CAPES, na formação de pesquisadores e docentes para o ensino superior. A título de ilustração, reproduzo o Art. 2º da lei sancionada: “A Capes subsidiará o Ministério da Educação na formulação de

Esses números marcam a pós-graduação *stricto sensu* como um espaço distante das professoras da educação básica, pois há uma tendência de desarticulação entre o preparo técnico em função da prática profissional e a formação de pesquisadoras. A esse respeito destaco uma das fórmulas responsáveis pela manutenção da dicotomia mencionada, conforme elenca Perrenoud (2002, p. 93): “a formação de professores pode se reduzir à graduação, enquanto os setores mais fundamentais oferecem a possibilidade de um curso de pós-graduação mais aprofundado e teórico aos melhores alunos”⁸.

Também caracterizo a Meta 16 como polêmica pela ausência de estudos mostrando impactos da atuação de professoras com mestrado ou doutorado na educação básica, principalmente quando se conhece o cientificismo comum a esses cursos. Pode-se considerar ainda o investimento para instrução e permanência da profissional altamente qualificada na escola básica, sem ignorar a diversidade e complexidade de outros investimentos, igualmente necessários para o aumento da qualidade da educação e a produção de bons resultados, a exemplo da garantia de infraestrutura e materiais pedagógicos adequados e, até mesmo, de transporte escolar para crianças residentes em comunidades rurais e de alimentação para vulneráveis matriculadas em escolas públicas.

A polêmica também se justifica por representações a respeito das práticas da pós-graduação acadêmica, marcadas pela produção de avanços teóricos disciplinares ainda restritos à própria comunidade científica, formada por grupos de seletos especialistas responsáveis pela produção de teorias. Não restrita ao contexto brasileiro, essa toada identifica o paradigma dominante de procedimentos científicos (cf. DEMO, 2012; PERRENOUD, 2002). Garante a legitimação de algumas disciplinas ou campos do conhecimento, a exemplo das ciências naturais (ex. biologia, física e química) em contraposição às humanidades (ex. linguística, linguística aplicada e sociologia); sustenta a universidade distante do cidadão comum, conseqüentemente, longe das escolas, desdobrando-se na figura dos pesquisadores como produtores de conhecimentos a serem reproduzidos na escola básica, resultando no silenciamento de professoras e alunos. Assim, para esses últimos pode-se reservar os papéis de sujeitos pesquisados e, por vezes, colaboradores ou participantes⁹.

A influência dessa prática acadêmica legitimada desafia o ProfLetras, conforme mostra Santos (2018), do qual, em função de alguns resultados produzidos nesta pesquisa, destaco dois aspectos inerentes ao projeto do mestrado: a natureza disciplinar e a simplificação do contexto escolar na construção do objeto de investigação. O primeiro é perceptível na matriz de disciplinas informada predominantemente por teorias

políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm. Acesso em: 25 jun. 2018.

⁸ Ainda conforme o autor, “este foi o procedimento utilizado no Canadá até recente extensão da formação ao ensino em nível de mestrado” (PERRENOUD, 2002, p. 93). Talvez o Brasil esteja iniciando um percurso semelhante ao dos canadenses.

⁹ Criticando essa prática científica silenciadora e dominante, contraposta ao que propõe e denomina “ciência rebelde”, Demo (2012) compara a autoridade exercida pela ciência à das religiões, que compartilham verdades inquestionáveis. Nos termos do autor, “o novo templo se chama universidade. Enquanto as religiões comandam as almas, a ciência comanda as mentes. São ambas também esquemas de poder, tendo o ser humano como arquiteto insubstituível” (p. 34).

linguísticas para aplicação em sala de aula. De alguma forma, sustenta-se o equívoco de que a apropriação teórica garantiria o sucesso profissional. Influenciada por essa lógica, a própria escolha do objeto de investigação ou da intervenção pode sofrer motivação exclusivamente teórica, diferentemente das demandas internas ao complexo local de trabalho das professoras¹⁰. O segundo aspecto é caracterizado pela alteração das reais condições de trabalho das professoras em função de adequações necessárias a procedimentos investigativos informados pela aplicação de teorias linguísticas.

A distância entre os representantes dos domínios universitário e escolar foi objeto de investigação por Silva (2017), ao analisar interações instauradas durante os encaminhamentos para reescrita de dissertações produzidas no ProfLetras. Os encaminhamentos foram motivados pelo distanciamento da escola básica e, conseqüentemente, entre os próprios pares, assumido por professoras nas primeiras versões da escrita acadêmica.

Essas práticas acadêmicas legitimadas são produzidas em interações mantenedoras do domínio científico, as quais são mediadas pela tecnologia da escrita, daí a pertinência do tratamento do assunto na perspectiva dos estudos críticos do letramento (cf. KALMAN; STREET, 2013; MARINHO; CARVALHO, 2010). As práticas de escrita instauradas em torno da produção, circulação e divulgação de saberes especializados, envolvendo diversos interesses em disputa, são identificadas como *letramento científico*, que, originalmente, é objeto de pesquisa no âmbito do Ensino de Ciências, em função da demanda de uma educação científica já na infância (cf. HOLDBROOK; RANNIKMAE, 2007; KNAIN, 2015; SANTOS, 2007).

Ao situar minha pesquisa nos estudos do letramento científico, no campo indisciplinar da Linguística Aplicada (cf. SILVA, 2016; 2017; SILVA; GUIMARÃES; MEDEIROS, 2018), interessa-me investigar como o exercício da escrita acadêmica dos TCF, realizado no gênero dissertação de mestrado profissional, pode auxiliar na formação de professoras, motivando ou não a reprodução inconsciente de práticas acadêmicas legitimadas, alinhadas a procedimentos investigativos identificadores do *paradigma dominante de pesquisa* (cf. SANTOS, 2010). Assim a influência da pós-graduação acadêmica no ProfLetras pode ser caracterizada como interferência de um *modelo dominante de letramento científico*, compreendido por usos da escrita acadêmica alinhados a práticas do referido paradigma contraposto.

A esse modelo pode-se atribuir a responsabilidade pelo silenciamento ou alinhamento das professoras diante das teorias acadêmicas, restando ao profissional do magistério copiar, reproduzir ou, simplesmente, parafrasear os conhecimentos produzidos na/pela universidade. Essa passividade diante de saberes teóricos é denominada *espelhamento* por Signorini (2000), ao investigar distintas formas de reprodução do discurso do formador ou do especialista por professoras da escola básica em situação de formação. No contexto do ProfLetras, esse modelo ameaça a autonomia das professoras

¹⁰ Conforme as diretrizes para a pesquisa do *trabalho de conclusão final* (TCF) do ProfLetras (20014), a investigação “deverá ser de natureza interpretativa e interventiva e ter como tema/foco/objeto de investigação um problema da realidade escolar e/ou da sala de aula do mestrando no que concerne ao ensino e aprendizagem na disciplina de língua portuguesa no ensino fundamental”. Disponível em: <http://www.profletras.ufrn.br/documentos/187325203#.WzE5uqdkJIU>. Acesso em 25 jun. 2018.

que retornam à universidade numa posição privilegiada do ponto de vista da experiência profissional acumulada. Nesse retorno, as professoras podem renovar a própria prática profissional, podendo influenciar, inclusive, a própria comunidade universitária.

O posicionamento crítico em função de uma prática científica mais democrática, diante do modelo dominante de pesquisa, não implica na inobservância de critérios garantidores da qualidade do trabalho. Nesse sentido, elenco alguns princípios interconectados e garantidores do letramento científico, os quais podem ser observados no processo formativo de professoras no ProfLetras: “curiosidade”; “investigação”; “relevância social”; “relevância pedagógica”; “criatividade”; “rigor”; e “aplicabilidade”. Em síntese, esclareço que esses princípios são merecedores de uma discussão consistente em outro momento. Foram propostos por Sousa (2016, p. 40), num trabalho dissertativo no próprio ProfLetras, como encaminhamentos para o trabalho produtivo de educação científica na escola básica; foram elaborados à luz dos princípios da sustentabilidade propostos por Hargreaves e Fink (2007).

3 CAMINHO DA ANÁLISE LINGUÍSTICA DOS DADOS

O interesse em estudar o letramento científico de professoras levou-me às dissertações do ProfLetras. Assim foram encontrados escritos de professoras da escola básica com livre acesso, em repositórios de dissertações e teses de instituições associadas à rede nacional do ProfLetras, as quais, no ato da redação deste artigo, totalizavam quarenta e nove unidades¹¹. Questiono se esses repositórios são os locais mais adequados para compartilhar os produtos do ProfLetras com a comunidade externa à universidade, a exemplo das demais educadoras da escola básica.

A tensão entre os tipos de pós-graduação acadêmica e profissional foi evidenciada de imediato com os dois modelos do TCF apresentados na diretriz específica do ProfLetras¹². Na Figura 1, sistematizo os referidos modelos com os elementos responsáveis pelos estágios funcionais da estrutura esquemática do gênero.

¹¹ Em alguns momentos, foi difícil encontrar as dissertações, pois havia unidades sem repositório institucional e outras com as coleções desatualizadas. Aproveito para agradecer aos secretários e coordenadores que, gentilmente, enviaram algumas dissertações por e-mail, devido à não disponibilização dos trabalhos nos repositórios. Para ilustrar parte da complexidade do ProfLetras, saliento que, no último processo seletivo, foram ofertadas 843 vagas distribuídas nas cinco regiões geográficas brasileiras. Disponível em: <http://comperve.ufrn.br/conteudo/posgraduacao/profletras/201701/edital.php>. Acesso em: 26 jun. 2018.

¹² Disponível em: <http://www.profletras.ufrn.br/documentos/187325203#.WzKLLadKjIU>. Acesso em: 26 jun. 2018.

+ MATERIAL DIDÁTICO, que tenha suportes como vídeo, *software* (sic), caderno pedagógico, entre outros, deverá vir acompanhado de um relatório de pesquisa que tenha, no mínimo, 50 páginas com a seguinte estrutura:

* **DISSERTAÇÃO** deverá ter, no mínimo, 100 (cem) páginas, e apresentar a seguinte estrutura:

- +* a. Elementos pré-textuais;
- * b. Resumo, em português, em inglês ou em outra língua estrangeira;
- * c. Sumário;
- +* d. Introdução;
- +* e. Considerações teóricas;
- +* f. Metodologia;
- +* g. Análise dos dados;
- * h. Proposta para enfrentar o problema;
- * i. Considerações finais;
- +* j. Bibliografia;
- +* l. Elementos pós-textuais.

Figura 1 – Modelos do TCF do ProfLetras

Fonte: Autoria própria¹³.

Ao mesmo tempo que se mostram pouco precisos para os propósitos particulares do mestrado profissional para educadores, os modelos são bastante semelhantes e reproduzem a sequência de estágios funcionais característica de gêneros acadêmicos, a exemplo das dissertações e teses da pós-graduação acadêmica: fundamentação teórica > metodologia > análise dos dados. Nesse sentido compartilho das mesmas inquietações de Santos (2018, p. 258-259):

as pesquisas interpretativas e interventivas também são praticadas em mestrados e doutorados acadêmicos. Nesse caso, como distinguir o mestrado profissional do acadêmico? O fato de o tema/objeto ser um problema da realidade escolar, embora desejável num MP, também não é suficiente para caracterizá-lo. Em que medida a resolução de um problema pontual por meio da aplicação de uma proposta de intervenção permite avaliar a capacitação profissional, processo complexo que se desenvolve ao longo da carreira do professor? Não seria esse tipo de pesquisa mais coerente com o tipo de investigação que busca verificar a validade de teorias no campo do ensino?

Conforme revela a sistematização da Figura 1, o que diferenciaria a **Dissertação* seria a presença do *resumo* em língua portuguesa e estrangeira, *sumário*, *considerações finais* e *proposta para enfrentar o problema*. Dado o exposto, restam algumas perguntas: essa proposta para enfrentar o problema, no segundo modelo, poderia coincidir com o material didático do primeiro? Por que seria desnecessário o uso de um *sumário* no relatório de apresentação do *+Material didático*? Por que as *considerações finais* são desnecessárias no relatório do *+Material didático*? O *material didático* e a *proposta para*

¹³ Foram utilizados o sinal de adição (+) e o asterisco (*) para identificar os elementos responsáveis pelos estágios funcionais do Material Didático e da Dissertação, respectivamente.

enfrentar o problema seriam obrigatoriamente implementadas, uma vez que se exige uma “pesquisa de natureza interpretativa e interventiva”?

Para análise dos dados, selecionei uma dissertação que me fez recordar dos trabalhos finais da pós-graduação acadêmica, haja vista, por exemplo, o extenso espaço da fundamentação teórica: três capítulos. No projeto de pesquisa focalizado, inicialmente, são analisados TCF produzidos em instituições associadas da Região Norte do Brasil. A dissertação selecionada corresponde ao segundo modelo do TCF da Figura 1, assim como os demais trabalhos acessados no projeto. O referido trabalho não foi identificado para evitar constrangimentos das profissionais ou instituição responsáveis pela dissertação. Neste estudo, o objeto de investigação é a construção do letramento científico no ProfLetras e não a competência individual dos envolvidos na produção do trabalho final¹⁴.

A análise qualitativa previamente realizada a partir de uma ficha analítica, criada para um estudo comparativo de dissertações do ProfLetras, parecia-me pouco convincente para contribuir com a compreensão do letramento científico das professoras, em construção no referido curso em rede. Em resposta a essa inquietação, lancei mão da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) a fim de proceder a uma análise linguística detalhada da materialidade textual, uma vez que a referida teoria disponibiliza “um enquadramento descritivo e interpretativo bastante útil para ver a língua como fonte estratégica de produção de sentido” (EGGINS, 2004, p. 2)¹⁵.

Na perspectiva sistêmico-funcional, os sentidos são construídos a partir de escolhas linguísticas responsáveis pela materialidade textual, realizadas pelos produtores de textos em diferentes modalidades de manifestação da linguagem. Essas escolhas são motivadas por fatores contextuais e selecionadas a partir de opções linguísticas disponíveis em sistemas da língua. Nos termos de Berry (2017, p. 43):

LSF é uma teoria da língua como escolha; a questão é que é impossível produzir sentido das escolhas linguísticas sem referência ao contexto e também é impossível produzir sentido do contexto sem referência a escolhas linguísticas. Escolhas linguísticas são fortemente influenciadas pelos contextos de situação em que elas ocorrem, mas, em certas circunstâncias, escolhas linguísticas podem provocar mudança no contexto, por exemplo conduzindo-o a tornar-se mais formal ou mais informal. Mais geralmente, o contexto é considerado como esclarecedor da forma do sistema da língua como um todo. Os agrupamentos de escolhas no sistema da língua são hipotetizados para originar-se de agrupamentos de recursos contextuais. Assume-se que a língua é da forma que é em razão dos usos para os quais é mobilizada no mundo real.

Assim, algumas escolhas léxico-gramaticais realizadas na dissertação passaram a ser investigadas para compreender o processo formativo de professoras no ProfLetras. Considerando o interesse no letramento científico dessas profissionais, foram analisadas todas as orações gramaticais da dissertação selecionada, nas quais a própria autora foi

¹⁴ A omissão da referência bibliográfica da dissertação também foi um pedido das responsáveis pelo trabalho, professora e orientadora, que, gentilmente, realizaram leituras preliminares deste artigo. Agradeço a disponibilidade e contribuições. Possíveis inconsistências neste artigo são de minha responsabilidade.

¹⁵ Os excertos citados cujos originais estão escritos em inglês foram por mim traduzidos livremente.

representada na posição sintática de sujeito, ou seja, na função de participante principal da oração. Para tanto, focalizei mais diretamente a *metafunção experiencial da linguagem*, proposta na LSF junto a outras três – *metafunção interpessoal*; *metafunção textual*; *metafunção lógica* –, a fim de explorar as escolhas léxico-gramaticais realizadas pela autora da dissertação para representar o percurso da própria pesquisa na materialidade textual do TCF¹⁶.

A metafunção experiencial se realiza no sistema de TRANSITIVIDADE da língua, formado pelas seguintes categorias gramaticais com denominações funcionais devido aos papéis exercidos por cada elemento da representação: *processos* (verbos: atividades); *participantes* (nomes: coisas, setimentos e seres em geral, podem ser acompanhados por atributos – adjetivos); e *circunstâncias* (advérbios: detalhamento do lugar, tempo, maneira, dentre outras atribuídas à atividade) (THOMPSON, 2014, p. 92). Conforme Halliday e Matthiessen (2014, p. 213), “o sistema de TRANSITIVIDADE fornece recursos léxico-gramaticais para construir um quantum de mudança no fluxo de eventos como uma figura – como uma configuração de elementos centrados em um processo”.

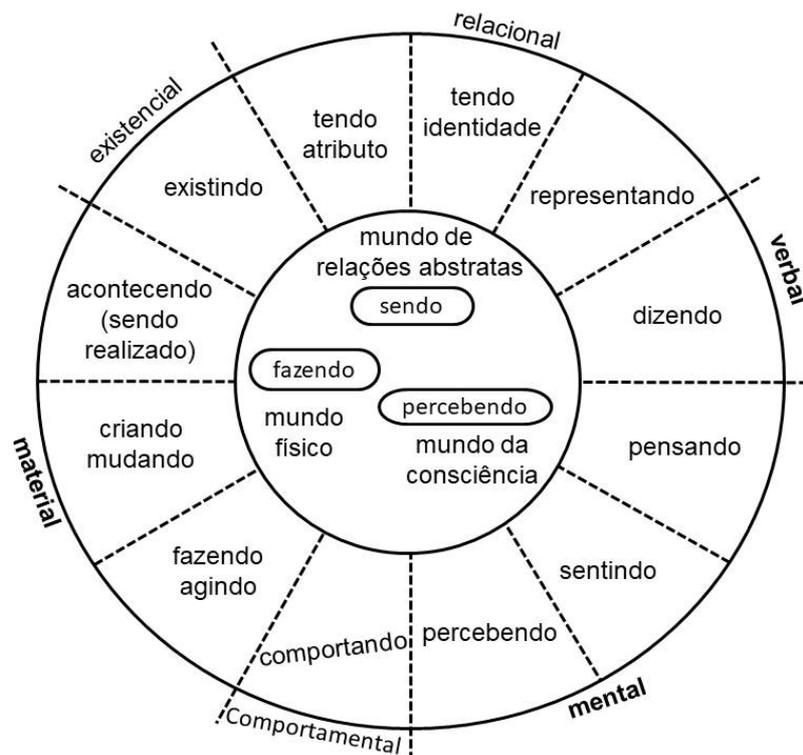


Figura 2 – Tipos de processo na gramática da experiência

Fonte: Adaptação de Halliday e Matthiessen (2014, p. 216).

¹⁶ Considerando a impossibilidade de detalhamento das metafunções neste artigo, remeto o leitor a Eggins (2014), Halliday e Matthiessen (2014) e Thompson (2014), só para citar alguns. Por ora, saliento que as metafunções são responsáveis pela produção simultânea de três tipos de significados na oração: “um significado sobre a interação (um significado interpessoal), um significado sobre a realidade (um significado experiencial e lógico) e um significado sobre a mensagem (um significado textual)” (EGGINS, 2004, p. 213). Com a *metafunção experiencial*, a *lógica* é um dos componentes do que se denomina *metafunção ideacional*, responsável pela produção de significado ou representações das coisas no mundo interior ou exterior.

Produzida a partir de textos em língua inglesa, a Figura 2 traz os tipos de processo disponíveis na língua e, dada a disposição desses tipos ao longo do círculo, representa uma continuidade dos sentidos produzidos pelos processos, o que justifica o uso de traços pontilhados para evitar a ideia de fronteiras rígidas. No centro do círculo, estão representadas as figuras do *fazer*, *ser* e *perceber*, que remetem respectivamente aos processos *material*, *relacional* e *mental*, considerados como tipos principais por serem mais frequentes no sistema de TRANSITIVIDADE da língua inglesa. Entre tais processos, emergem outros – *existencial*, *verbal*, *comportamental* –, “compartilhando alguns traços de cada e, assim, adquirindo características próprias” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 215).

Na dissertação analisada, os processos *material*, *mental* e *verbal*, atrelados à autora da dissertação na função de participante principal da oração, são os mais recorrentes. A análise realizada recaiu sobre as orações produzidas em torno dos referidos processos, daí o uso do negrito na Figura 2. Os demais processos, *relacional*, *existencial* e *comportamental*, totalizaram apenas 3,6% das ocorrências identificadas. Sobre os sentidos produzidos pelos processos focalizados diretamente neste artigo, reproduzo os seguintes termos de Halliday e Matthiessen (2014, p. 214):

Há uma diferença básica da qual nos tornamos conscientes na idade mais tenra (três ou quatro meses), entre a experiência interior e exterior: entre o que nós experienciamos como acontecendo ‘lá fora’, no mundo em nosso redor, e o que nós experienciamos como acontecendo dentro de nós mesmos, no mundo da consciência (incluindo percepção, emoção e imaginação). A forma prototípica da experiência ‘exterior’ é aquela das ações e eventos: coisas acontecem, e pessoas ou outros atores fazem coisas ou fazem-na acontecer. A experiência interior é mais difícil de destrinçar, mas ela é parcialmente um tipo de reprise da exterior, recordando, reagindo, refletindo e, parcialmente, uma consciência separada de nosso estado de ser. A gramática organiza uma discontinuidade entre esses dois mundos: é distinguido mais claramente entre experiência exterior, os processos do mundo externo, e experiência interior, os processos da consciência. As categorias gramaticais são essas das orações de processo **material** e orações de processo **mental**. [...] Na fronteira do mental e relacional está a categoria do processo **verbal**: relações simbólicas construídas na consciência humana e proclamada em forma de língua, como *dizendo* e *significando* (grifos do original).

A depender do tipo de processo realizado na oração, as funções exercidas pelos participantes assumem algumas especificidades, garantindo a cada participante, seja na posição de sujeito, identificado como participante principal, ou de complemento da forma verbal, identificado como participante secundário, uma nomenclatura diferenciada, conforme sistematizado na Figura 3.

PROCESSO	PARTICIPANTE PRINCIPAL	PARTICIPANTE SECUNDÁRIO
material	Ator	Meta
mental	Experienciador	Fenômeno
verbal	Dizente	Receptor, Verbiagem Alvo

Figura 3 – Processos e participantes

Fonte: Autoria própria.

Conforme revelam os excertos analisados na seção seguinte, a autora da dissertação foi representada como *Ator*, *Experienciador* ou *Dizente*, a depender do tipo de oração: *material*, *mental* ou *verbal*, respectivamente. Na posição de participante secundário, pessoas e coisas são representadas, sobressaindo alguma relação desses últimos com as teorias linguísticas tomadas como referência na pesquisa.

4 SENTIDOS CONSTRUÍDOS PELAS ESCOLHAS LINGUÍSTICAS

A dissertação selecionada foi separada em cinco partes para uma análise comparativa entre as ocorrências dos processos em cada estágio funcional da estrutura esquemática do gênero: *introdução*, *fundamentação teórica*, *metodologia*, *análise dos dados e conclusão*. O capítulo composto pela proposta interventiva implementada numa turma de 9º ano foi ignorado, pois, de alguma forma, configura-se como um material didático. Essa estratégia justifica a forma de apresentação dos excertos exemplificados adiante: oração de cada tipo de processo agrupada por cada estágio da estrutura genérica. As orações em que a autora se autorrepresenta como participante principal foram separadas manualmente e agrupadas por estágio da dissertação. Posteriormente, os processos foram classificados e quantificados.

Na Tabela 1, apresento o resultado da análise quantitativa dos processos identificados por orações gramaticais separadas da dissertação selecionada e, posteriormente, agrupadas numa planilha conforme os estágios da estrutura esquemática do gênero. Para corroborar a leitura da tabela, também apresento adiante a análise numérica no Gráfico 1.

Tabela 1 – Análise Quantitativa de Processos na Dissertação

PROCESSO	PÁGINAS	MATERIAL	MENTAL	VERBAL	TOTAL
ESTÁGIO					
Introdução	10	20	25	23	68
Fundamentação	72	21	78	68	167
Metodologia	23	48	30	27	105
Análise	34	30	68	34	132
Conclusão	04	11	11	9	31
TOTAL		130	212	175	503

Fonte: Autoria própria.

Por um lado, os números indicam uso dos processos característicos dos estágios da estrutura esquemática do gênero, a exemplo da distribuição equilibrada entre os diferentes processos na introdução e conclusão. Na introdução, os processos materiais constroem uma síntese dos principais procedimentos investigativos realizados pela pesquisadora (*realizar*, *desenvolver*), além do percurso da professora na escola básica até chegar ao ProfLetras (*lecionar*, *atuar*). Os processos mentais mostram algumas percepções da

professora sobre o próprio local de trabalho e o ProfLetras (*verificar, conhecer*), e algumas escolhas da pesquisadora para o desenvolvimento da pesquisa (*conceber, notar*). A pesquisadora anuncia a organização dos capítulos com uso de processos verbais (*explicar, descrever*). Na conclusão, os processos materiais são utilizados pela pesquisadora para reconstruir alguns momentos da pesquisa (*analisar, diagnosticar*), os mentais para explicitar algumas decisões e conclusões (*adotar, julgar*) e os verbais para enfatizar as figuras reconstruídas e apresentar encaminhamentos (*destacar, sugerir*). As ocorrências expressivas de processos materiais (48), na metodologia, e processos mentais (68), na análise dos dados, também são exemplos de escolhas léxico-gramaticais justificadas pela própria natureza dos respectivos estágios da estrutura esquemática da dissertação de mestrado.

Por outro lado, os números trazem algumas especificidades que escapam ao estilo do gênero, mas indicam aspectos do trabalho científico que ganharam mais relevância na pesquisa do mestrado profissional. A maior ocorrência dos processos mentais mostra que a autora da dissertação se autorrepresenta mais como Experienciador (212) do que como Dizente (175) ou Ator (130). Ou seja, o texto parece trazer um quantitativo maior de marcas do exercício da reflexão sobre as atividades inerentes ao processo da elaboração de pesquisa no ProfLetras, porém, conforme mostro na análise qualitativa adiante, o esforço reflexivo assim como as ações verbais e materiais, desdobram-se na valorização da teoria linguística assumida na pesquisa. Esse fato leva o leitor a questionar se realmente não foi a teoria mobilizada que motivou a realização da pesquisa, mesmo considerando o esclarecimento da professora de que a escolha do objeto de investigação foi motivada pelas próprias inquietações diante do desempenho em leitura por parte dos alunos.

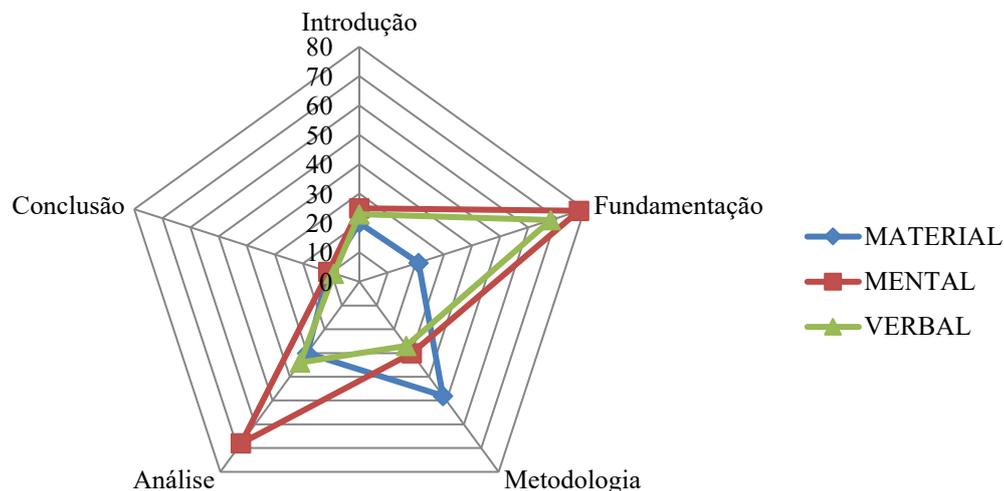


Gráfico 1 – Processos por Estágios da Estrutura Esquemática

Fonte: Autoria própria.

A fundamentação teórica (167) apresentou a maior ocorrência de processos dos tipos investigados nesta pesquisa. Esse número expressivo se justifica pelo quantitativo de páginas (72) reservadas à revisão da literatura científica. A análise atenta mostra ainda que o referido estágio não se configurou no espaço de maior autorrepresentação da pesquisadora/professora, pois, no estágio análise (132), há muito mais ocorrência da autorrepresentação na proporção do número de páginas utilizadas (34). Assim, posso afirmar que a pesquisadora/professora se esconde por entre as vozes dos autores citados, movimento constitutivo do processo de educação científica pelo qual atravessam as professoras no ProfLetras.

Ao analisar os processos escolhidos, observei quem eram os participantes representados na primeira pessoal do plural (*nós*) utilizada ao longo da dissertação. Foram identificados na ordem crescente de ocorrência: *professora-aluno-pesquisadora*, *pesquisadora-leitor*, *professora-pesquisadora* e *pesquisadora*. Destaco as representações de *pesquisadora* e *professora-pesquisadora*, pois apontam para os tipos de interação entre representantes dos domínios universitário e escolar, marcados historicamente por diálogos pouco amistosos. A representação de *pesquisadora* ocorre majoritariamente em todos os estágios funcionais da dissertação, sendo ocorrência exclusiva no capítulo de análise dos dados. A de *professora-pesquisadora* corresponde a ocorrências pontuais nos capítulos de introdução, metodologia e conclusão, não ocorre na fundamentação e na análise. Ao longo dos excertos exemplificados adiante, retomo essas representações.

No primeiro excerto do Exemplo 1, o processo material sinaliza a professora-pesquisadora inquieta com o desempenho em leitura dos próprios alunos. Apesar de *a falta de competência leitora dos alunos da educação pública* ser apresentada como “um problema da realidade escolar” motivador da pesquisa desenvolvida, conforme prescrito no regimento do TCF do ProfLetras, a escolha da abordagem teórica selecionada ganha volume no trabalho, o que é mostrado em outros exemplos.

Exemplo 1: INTRODUÇÃO

Material	De modo geral, o que nos despertou interesse em pesquisar o assunto foi o fato de que a falta de competência leitora dos alunos da educação pública é uma realidade nas instituições de ensino do país e, de forma mais particular, por ser este um problema que também atinge o desempenho dos alunos da escola em que <u>trabalhamos</u> . (p. 13)
Mental	Dentre as diversas possibilidades para a elaboração da proposta de intervenção, conforme a necessidade e o contexto de nossa pesquisa, <u>optamos</u> pela proposta de projetos pedagógicos de leitura e de escrita de Lopes-Rossi (2008), pois <u>acreditamos</u> , assim como a autora, que, para haver um maior desenvolvimento no processo da leitura e produção de texto, é preciso que os discentes compreendam o funcionamento da língua e, para isso, o estudo dos gêneros discursivos é uma grande possibilidade de ensino de LP. (p. 15)
Verbal	<u>Discutimos</u> , também, sobre a origem e características das fábulas e sua função social, histórica e cultural. (p. 19)

O segundo excerto ilustra um uso dos processos mentais recorrentes na dissertação: a pesquisadora representada compartilha a função de Experienciador com autores das teorias de referência. A escolha do projeto pedagógico como ferramenta mediadora é

motivada por atributos da teoria selecionada (*optamos*). Assim como em outros usos do processo *acreditamos*, a ação interior experienciada pela pesquisadora é compartilhada pela autora da teoria de referência citada (*assim como a autora*).

O terceiro excerto ilustra um uso recorrente do processo verbal no parágrafo final das seções e capítulos da dissertação: o processo verbal anuncia o que o leitor encontrará na parte seguinte da dissertação, explicita a distribuição/organização das informações no texto. No excerto focalizado, a pesquisadora anuncia (*discutimos*) parte do conteúdo de um dos capítulos teóricos (*sobre a origem e características das fábulas e sua função social, histórica e cultural*). Na introdução, os processos verbais predominam na parte final, quando a pesquisadora anuncia o conteúdo tematizado ao longo dos capítulos do TCF.

No primeiro excerto do Exemplo 2, destaco o uso do processo material (*investigarmos*) contribuindo para valorizar uma citação direta da teoria de referência. Inserido num complexo oracional, a ação manifesta pelo processo material na forma nominal do infinitivo pessoal é valorizada pela construção *é importante*.

Exemplo 2: FUNDAMENTAÇÃO

Material	Nela, é importante <u>investigarmos</u> se o leitor é capaz de [citação direta com recuo] (p. 47)
Mental	<u>Acreditamos</u> que a leitura, na escola, precisa ser pautada nas duas últimas concepções, na interação leitor-texto e na perspectiva discursiva, pois é pressuposto que elas são necessárias à abordagem adequada da leitura na sala de aula, uma vez que, nessas concepções, adotam-se os aspectos essenciais do texto, do leitor e do contexto discursivo em que o autor e o leitor estão inseridos a partir da análise integrada desses aspectos. [...] Por isso, também não <u>descartamos</u> as demais teorias, mas <u>aproveitamos</u> os seus benefícios condensados nessas duas teorias que aqui <u>defendemos</u> . (p. 57-58)
Verbal	

No segundo excerto do Exemplo 2, a pesquisadora é representada como Experienciador do processo mental *acreditamos*. Ignora a autonomia a ser exercida e reproduz duas concepções de leitura discutidas no estágio da fundamentação. A suposta explicação para a adesão às referidas concepções são ensaiadas pelo conectivo *pois*, que introduz argumentos circulares (*é pressuposto que elas são necessárias à abordagem adequada da leitura na sala de aula...*). Essa apropriação de saberes teóricos resulta no que Signorini (2000) denomina *eco*, uma forma de produção do *espelhamento* mencionado previamente. Ou seja, demonstra dependência teórica por parte da autora da dissertação, ao passo que ela poderia experimentar maior autonomia se posicionando diante do contexto escolar focalizado.

Ainda no mesmo excerto, os outros dois processos mentais (*descartamos; aproveitamos*) também possuem como Fenômenos as teorias discutidas (*as demais teorias; os seus benefícios condensados nessas duas teorias...*), portanto, valorizam o referencial teórico utilizado na pesquisa. Outra valorização acontece com o uso do processo verbal (*defendemos*), pois as teorias tematizadas são representadas como Verbiagem (*essas duas teorias*). Em outras palavras, esse uso do processo verbal, assim como em outras ocorrências, expressa “propósito mental”, ou seja, uma apreciação mistura-se à ação do dizer (cf. THOMPSON, 2014, p. 106).

O primeiro excerto do Exemplo 3 traz um uso do processo material semelhante ao do verbal do Exemplo 1. Os processos materiais mostram o procedimento concluído (*realizamos*) pela pesquisadora na seção que se encerra e o procedimento a ser executado (*passamos*) na seção seguinte do capítulo metodológico. Ou seja, os processos materiais estão no último parágrafo de uma seção e também foram utilizados para organizar a distribuição dos conteúdos na materialidade textual.

Exemplo 3: METODOLOGIA

Material	Partindo desse esclarecimento sobre o tipo de pesquisa que <u>realizamos</u> , <u>passamos</u> à descrição do contexto no qual a pesquisa foi desenvolvida. (p. 98)
Mental	Quanto à pesquisa qualitativa e às suas contribuições na formação docente, <u>acreditamos</u> , assim como Vasconcelos (2002), que a adoção desse tipo de pesquisa proporciona, ao professor, um saber mais reflexivo e analítico dos dados. (p. 94)
Verbal	Outro problema que <u>podemos destacar</u> foi a falta de estrutura física do local para a realização das atividades.

O processo mental do Exemplo 3 corresponde ao uso do mesmo tipo no segundo excerto do Exemplo 1. A pesquisadora não desenvolve um argumento informado pela experiência como professora, por exemplo, mas aceita uma asserção ancorada numa referência teórica a fim de sustentar as escolhas dos procedimentos metodológicos. Assim, novamente, o processo *acreditamos* é atrelado a uma circunstância composta pela menção a uma autora (*assim como Vasconcelos (2002)*), lembrando o exercício da fé no domínio religioso. No terceiro excerto do Exemplo 3, a pesquisadora representada menciona com alguma ênfase (*podemos destacar*) a estrutura física da escola como um problema para a intervenção, porém não se desenvolve uma discussão em torno do assunto, nem a professora se posiciona diante do contexto institucional que, certamente, lhe é familiar e interfere nas aulas de língua portuguesa, que não estão condicionadas apenas às teorias linguísticas de referência.

No primeiro excerto do Exemplo 4, os processos materiais (*fizemos; desenvolvemos*) são responsáveis pela reconstituição da intervenção realizada pela pesquisadora. Ao refletir sobre e relatar o reduzido trabalho com a prática de análise linguística na intervenção, a pesquisadora procura justificar a dificuldade dos alunos em questões de leitura que demandavam a observação mais atenta dos usos ou escolhas linguísticas. A partir dos movimentos de reflexão *retrospectiva* e *prospectiva* (cf. PERRENOUD, 2002, p. 36), o trabalho mais sistematizado com a prática de análise linguística é apresentado como encaminhamento da pesquisa interventiva no capítulo de conclusão¹⁷.

¹⁷ Após a leitura deste artigo, a professora esclareceu que, além de o foco da pesquisa ter recaído sobre a prática de leitura, o reduzido tempo para realização da intervenção em sala de aula não permitiu o trabalho mais aprofundado com a prática de análise linguística.

Exemplo 4: ANÁLISE

Material	<u>Fizemos</u> apenas dois encontros com o objetivo de estudar os efeitos de sentido dos elementos linguísticos dos textos, mas essas atividades foram feitas em grupo e não <u>desenvolvemos</u> um momento em que o aluno pudesse refletir sobre essas questões individualmente e depois socializar suas impressões. (p. 165)
Mental	Segundo Ohuschi (2013, p. 162), <u>percebemos</u> responsividade ativa expansiva de explicação, quando há “resposta imediata do parceiro da situação de interação, com marcas de reflexão, explicitando compreensão ativa”. (p. 145)
Verbal	Ambos não fazem uma reflexão crítica das questões sociais dispostas no texto, mas demonstram uma compreensão parcial dos sentidos do texto, por isso <u>classificamos</u> como responsividade silenciosa de compreensão, na qual, segundo Ohuschi (2013, p. 162), “o parceiro revela tentativas de compreensão, encontrando-se em processo de internalização (VYGOTSKY, 1988)”. (p. 149)

No segundo excerto, há outra ocorrência do processo mental em função da mobilização de aspectos teóricos. Após classificar como *responsividade ativa expansiva de explicação* algumas respostas dos alunos para uma questão de leitura da intervenção, a pesquisadora se utiliza do processo mental (*percebemos*) para compartilhar a definição do tipo de resposta dos alunos, conforme autora citada (*Segundo Ohuschi (2013, p. 162)*). Assim é possível afirmar que a própria autora citada pode estar incluída, junto à pesquisadora, na representação de Experienciador do processo mental.

Ainda no estágio da análise dos dados, o terceiro excerto do Exemplo 4 mostra o uso do processo verbal (*classificamos*) para nomear ou classificar os tipos de respostas apresentadas pelos alunos para as questões de leitura da intervenção. O nome atribuído pode ser mobilizado da teoria trabalhada, conforme as duas ocorrências no exemplo focalizado (*responsividade ativa expansiva de explicação; responsividade silenciosa de compreensão*), ou, ainda, criado em função da inexistência de nomenclatura adequada a alguma resposta apresentada, conforme mostrado em outro momento da dissertação investigada.

Exemplo 5: CONCLUSÃO

Material	A pesquisa também colaborou, significativamente, para nossa formação como professora, uma vez que <u>identificamos</u> os aspectos positivos do trabalho com os gêneros discursivos em uma perspectiva sócio-histórica da linguagem e a possibilidade de desenvolver a responsividade discente e aspectos negativos, quando não <u>elaboramos</u> questões que estimulavam a responsividade ativa dos discentes. (p. 178)
Verbal	Quanto às limitações da pesquisa, <u>ressaltamos</u> que a elaboração de algumas questões da atividade de leitura final da proposta de intervenção, tais como, quarta, sétima e oitava questões, não oportunizaram a compreensão do texto como <u>objetivávamos</u> e, por esse motivo, é possível que talvez tenham dificultado a responsividade ativa dos todos os alunos, uma vez que a maioria evidenciou responsividade passiva de compreensão. Diante disso, <u>sugerimos</u> a reformulação das questões. (p. 178)
Mental	
Verbal	

O primeiro excerto do Exemplo 5 ilustra outra ocorrência do uso do processo material em função da reflexão sobre a intervenção realizada. Ele corresponde à única ocorrência da professora-pesquisadora como participante no estágio de conclusão, as demais são representações da participante pesquisadora. Os processos materiais (*identificamos; elaboramos*) reconstituem, respectivamente, um aspecto positivo da intervenção (*trabalho com os gêneros discursivos em uma perspectiva sócio-histórica da linguagem e a possibilidade de desenvolver a responsividade discente*) e um aspecto negativo (*não elaboramos questões que estimulavam a responsividade ativa dos discentes*), ambos responsáveis por ganhos na profissionalização da professora, conforme conclusões apresentadas pela professora-pesquisadora. O segundo excerto ilustra a participante pesquisadora refletindo sobre a pesquisa e apontando algumas limitações observadas. Na função de Dizente, a pesquisadora atribui (*ressaltamos*) à elaboração de algumas perguntas o não alcance de resultados idealizados (*objetivávamos*). Por essa razão, o processo verbal (*sugerimos*) mostra a reformulação das questões como solução para o resultado indesejado.

Talvez o reconhecimento da inadequação na elaboração de algumas questões de leitura revele uma simplificação do olhar sobre os dados, apesar da importante atividade de autoavaliação realizada pela pesquisadora. Para ela, o problema, certamente, não deve estar na teoria, mas estaria em quem manuseou a teoria, ou seja, nela própria... A justificativa para a dificuldade discente não poderia estar em outro lugar da proposta elaborada: na sequência de atividades ou, ainda, na necessidade de se realizar uma tarefa preliminar em função da garantia de alguma habilidade. Por que não estaria a dificuldade atrelada a aspectos da cultura ou da história de vida, incluindo as experiências escolares, dos discentes? Essas são algumas das perguntas levantadas a partir de uma postura indisciplinar, quando a pesquisadora não se alinha/ajusta a disciplinas/teorias precisas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise linguística mostrou a predominância da autorrepresentação de pesquisadora na dissertação investigada. Enquanto pesquisadora, os processos identificados revelaram uma participante que planeja e desenvolve a intervenção científica, compartilha experiências comuns aos autores das teorias apropriadas, realça as asserções realizadas pelos referidos autores, e orienta o leitor sobre a distribuição das informações no TCF. Enquanto professora, os processos identificados revelaram uma participante que enfrenta desafios diários na escola básica, encontra/reconhece contribuições nas teorias científicas ou necessidade de reelaboração de elementos do percurso interventivo, e, até mesmo, ignora a própria voz. Mesmo consciente de que tais representações sejam constitutivas do processo de educação científica das professoras, destaco a necessidade de insistir no deslocamento dos representantes dos domínios universitário e escolar, pois eles tendem a permanecer nos lugares convencionalmente ocupados ao longo da história.

O que esse mundo representado na escrita da dissertação revelou sobre o letramento científico construído? As práticas sociais em torno da pesquisa apresentada parecem se justificar em função da formação de profissionais capazes de mobilizar uma série de conhecimentos especializados (*know-how*), para replicar pesquisas semelhantes, envolvendo a mobilização de teorias científicas. Neste estudo, predominou a valorização de práticas acadêmicas, mesmo diante de uma demanda identificada no contexto escolar. Ainda é preciso aprender a legitimar os saberes originários dos espaços escolares nas atividades instauradas no mestrado profissional. A universidade precisa se reeducar cientificamente para responder mais adequadamente aos desafios trazidos pelos mestrados profissionais para educadoras.

A continuidade desta investigação é necessária a partir da análise linguística comparativa entre diferentes dissertações com pressupostos teórico-metodológicos diferenciados. Os possíveis desdobramentos da experiência focalizada na sala de aula das professoras continuam desconhecidos e só serão acessados com futuras pesquisas, junto às egressas do ProfLetras na sala de aula da escola básica. Os desdobramentos junto a outras professoras do ensino básico, que não usufruíram do mestrado profissional, desaguam num universo igualmente desconhecido e, também, passível de pesquisas futuras na própria escola.

REFERÊNCIAS

- BERRY, M. Stratum, delicacy, realisation and rank. In: Tom Bartlett; Gerard O'Grady (Eds.). *The Routledge Handbook of Systemic Functional Linguistics*. London: Routledge, 2017. p. 42-55.
- BRASIL. *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, 2014.
- BRASIL. *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / Ministério da Educação, 2018.
- DEMO, P. *Ciência rebelde: para continuar aprendendo, cumpre desestruturar-se*. São Paulo: Atlas, 2012.
- EGGINS, S. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. 2ª ed. London: Continuum, 2004.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. 4. ed. London: Routledge, 2014.
- HARGREAVES, A.; FINK, D. *Liderança sustentável: desenvolvendo gestores da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- HOLDBROOK, J.; RANNIKMAE, M. Holbrook, J. Nature of science education for enhancing scientific literacy. *International Journal of Science Education*, v. 29, n. 11, p. 1347-1362, 2007.
- KALMAN J.; STREET, B. (Eds.). *Literacy and Numeracy in Latin America: Local Perspectives and Beyond*. London: Routledge, 2013.
- KNAIN, E. *Scientific Literacy for Participation: a Systemic Functional Approach to Analysis of School Science Discourses*. Rotterdam: Sense Publishers, 2015.
- MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (Org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- PENNYCOOK, A. *Critical Applied Linguistics: a Critical Introduction*. London: Routledge, 2001.
- PERRENOUD, P. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

- SANTOS, M. B. Epistemologia da prática e desenvolvimento profissional no Mestrado Profissional em Letras. *Solettras*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 245-273, 2018.
- SANTOS, W. L. P. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 474-550, 2007.
- SIGNORINI, I. O papel do relato no contexto de formação da alfabetizadora: percurso feito, percurso por fazer. In: KLEIMAN, A.; SIGNORINI, I. (Org.). *O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos*. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 210-222.
- SILVA, W. R. *Reflexão pela escrita no estágio supervisionado da licenciatura: pesquisa em Linguística Aplicada*. Campinas: Pontes, 2014.
- SILVA, W. R. Letramento científico na formação inicial do professor. *Revista práticas de linguagem*, Juiz de Fora, v.6, n. especial, p. 8-23, 2016.
- SILVA, W. R. Formação sustentável do professor no mestrado profissional. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 70, p. 708-731, 2017.
- SILVA, W. R. Construção de práticas de pesquisa no Mestrado Profissional em Letras. In: SILVA, W. R.; BEDRAN, P. F.; BARBOSA, S. A. (Org.). *Formação de professores de língua na pós-graduação*. Campinas: Pontes, 2019. p. 25-57.
- SILVA, W. R.; GUIMARÃES, E. V.; MEDEIROS, I. A. Construção de objetos de conhecimento para aulas de língua portuguesa na abordagem do letramento científico. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 159-191, 2018.
- SOUSA, B. S. *Letramento científico a partir de relatórios de pesquisa no Ensino Fundamental II: uma intervenção pedagógica*. 2016. 97f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.
- THOMPSON, G. *Introducing Functional Grammar*. 3. ed. London: Routledge, 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa, que financiou a investigação científica apresentada neste artigo (CNPq nº 305094/2016-5), e pelo auxílio financeiro para apresentação deste trabalho no XIV Congresso da Associação de Linguística Sistemico-Funcional da América Latina (ALSFAL), em outubro de 2018, na Faculdade de Línguas da Benemérita Universidade Autónoma de Puebla (BUAP), México (CNPq nº 452878/2018-7).

Agradeço ainda aos pareceristas anônimos pela leitura crítica apresentada deste artigo, o qual é de minha inteira responsabilidade.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190204-5618>

**DISCURSOS SOBRE O IDOSO:
SEXUALIDADE E SUBJETIVIDADE
DISCOURSES ABOUT THE ELDERLY:
SEXUALITY AND SUBJECTIVITY
DISCURSOS SOBRE EL ANCIANO:
SEXUALIDAD Y SUBJETIVIDAD**

Adéli Bortolon Bazza*

Pedro Navarro**

Universidade Estadual de Maringá
Departamento de Língua Portuguesa
Maringá, PR, Brasil

RECEBIDO EM: 29/07/18

APROVADO EM: 04/05/19

Resumo: O objetivo deste trabalho é fazer uma descrição da forma como a sexualidade do idoso é representada em diversos processos discursivos. Tal recorte se deve ao fato de que, nos últimos anos, houve um aumento da população idosa e esta se tornou objeto de uma produção discursiva que fez emergir a figura do novo idoso. Entre as práticas características dessa subjetividade está uma sexualidade ativa. A partir de uma perspectiva discursiva, calcada nos pressupostos lançados por Michel Foucault, foi constituída uma série enunciativa composta de diversos textos em que a sexualidade do idoso é abordada. Essa série é analisada com base em conceitos foucaultianos como objetivação, subjetivação, práticas discursivas e dispositivo da sexualidade, de modo a apontar estratégias recorrentes na criação de um discurso da sexualidade do idoso. A análise aponta que a representação da sexualidade idosa é diferente em processos de objetivação e de subjetivação.

Palavras-chave: Discurso. Dispositivo. Sexualidade. Idoso.

Abstract: The aim of this research is describing the form in which elders' sexuality is represented in various discursive processes. This specific theme came into focus due to the fact that, over the last years, there has been an increase in the elderly population, and it has become an object of a discursive practice which gave rise to the new elder's image. Amongst the practices that are particular to this subjectivity, there is an active sexuality. From a discursive perspective based on the theories formulated by Michel Foucault, an enunciate series composed by several texts in which the elders' sexuality is approached. This series is analyzed based on concepts by Foucault, such as objectivation, subjectivation, discursive practices and sexuality apparatus, in order to point out recurrent strategies in the creation of an elder's sexuality discourse. The analysis points to the representation of elders' sexuality is different in objectivation and subjectivation processes.

Key-words: Discourse. Dispositive. Sexuality. Elder.

* Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora Adjunta da UEM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4396-067X> . E-mail: adellibazza@hotmail.com

** Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-Araraquara. Professor Associado da UEM. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3267-4985> E-mail: navarro.pl@gmail.com

Resumen: El objetivo de ese trabajo es hacer una descripción de la forma como la sexualidad del anciano es representada en diversos procesos discursivos. Tal recorte se debe al hecho de que, en los últimos años, hubo un aumento de la población anciana, y ella se ha cambiado en objeto de una producción discursiva que hizo emerger la figura del nuevo anciano. Entre las prácticas características de esa subjetividad está una sexualidad activa. Desde una perspectiva discursiva, basada en los supuestos lanzados por Michel Foucault, fue constituida una serie enunciativa compuesta de diversos textos en que la sexualidad del anciano es abordada. Esa serie es analizada con base en conceptos de Foucault, como objetivación, subjetivación, prácticas discursivas y dispositivo de la sexualidad, de modo a apuntar estrategias recurrentes en la creación de un discurso de la sexualidad del anciano. El análisis apunta que la representación de la sexualidad anciana es diferente en procesos de objetivación y de subjetivación.

Palabras clave: Discurso. Dispositivo. Sexualidad. Anciano.

1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste texto é analisar o modo como a sexualidade do sujeito idoso é discursivizada em um conjunto de textos que possuem como “referencial” discursivo (FOUCAULT, 2008) a relação entre subjetividade e sexualidade na velhice. Parte, portanto, de duas justificativas, uma de cunho social e outra de caráter discursivo. Do ponto de vista social, nas últimas duas décadas os países considerados desenvolvidos e os em desenvolvimento viveram uma mudança em seu perfil populacional, que foi denominada como envelhecimento da população, tendo em vista que, proporcionalmente, o número de idosos aumentou. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), estima-se que, em quarenta anos, a população idosa vai triplicar no Brasil e passará de 19,6 milhões (10% da população, em 2010) para 66,5 milhões de pessoas, em 2050 (29,3% da população).

Como forma de materializar esse trabalho governamental que busca gerir esses corpos e vidas, por meio de leis específicas, campanhas de vacinação, programas sociais voltados aos idosos etc., desenvolve-se uma produção discursiva que se projeta sobre esse sujeito, o que justifica uma discussão de cunho discursivo, que vem sendo gestada no interior de um projeto de pesquisa institucional mais abrangente, intitulado “Práticas discursivas de subjetivação II”¹.

O que se vem observando é que os idosos tornaram-se objeto de discussão de áreas de pesquisa, tais como: gerontologia e geriatria. No conjunto disperso e heterogêneo de discursos que se encontram sob investigação pelo referido projeto, esses sujeitos são retratados em comerciais que buscam lhes vender produtos e serviços, tornaram-se assunto de notícias e de reportagens; personagens de blogs e sites voltados à questão da terceira idade, assim como passaram a ser o perfil de aluno que ocupa os bancos da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI). Nessa vasta produção discursiva, emerge a figura do ‘novo idoso’, para a qual concorrem diversas práticas que constituem essa subjetividade, dentre as quais cuidar da saúde; conviver em grupos, em oposição à solidão

¹ Projeto institucional que teve início em 2010, no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, e congrega pesquisas em desenvolvimento realizadas pelo coordenador, Pedro Navarro, por Adéli Bortolon Bazza, coautora deste artigo e por orientandos de iniciação científica, de mestrado e de doutorado da referida instituição. Parte das discussões desse projeto está sendo financiada pelo CNPq, na forma de bolsa de produtividade em pesquisa, desde 2011.

e ao convívio apenas com a família; ser jovial, em oposição à imagem frágil e de cabelos brancos; consumir produtos e lazer em oposição ao poupar; e, por último, viver ativamente a sexualidade em vez de sua neutralização (NAVARRO; BAZZA, 2012).

Isso posto, as discussões aqui apresentadas partem da hipótese de que tais práticas se orientam a partir do seguinte “enunciado reitor” (FOUCAULT, 2008)²: “o novo idoso é ativo”, já depreendido em outros trabalhos sobre a temática em tela (BAZZA, 2016a). Ao atravessar outros dispositivos, esse enunciado reitor origina enunciados dele derivados. Num cruzamento com o campo da sexualidade, emerge um saber segundo o qual o novo idoso teria uma vida sexual ativa.

Por se tratar de uma discussão que objetiva compreender, de um ponto de vista discursivo, de que forma a sexualidade, como dispositivo de poder-saber, produz sujeitos, além das pesquisas em desenvolvimento brevemente citadas, busca-se um aporte teórico calcado em trabalhos de Foucault (2004; 2010; 2014) sobre biopoder e sexualidade; de Veyne (2011) e de Deleuze (1990) sobre a compreensão que ambos têm de dispositivo de poder; de Machado (1999), sobre a teoria do poder, e de autores que se valem desse campo teórico, tais como Araújo (2008), Fischer (2012) e Lolli (2016). Com base nessa visada que é, ao mesmo tempo, filosófica, histórica e discursiva, toma-se como objeto empírico de análise uma série enunciativa constituída por nove textos de variados gêneros, que circulam em diferentes espaços sociais, mas que têm em comum o referencial discursivo mencionado. Compõem, assim, esse quadro enunciativo duas campanhas publicitárias, um *folder* de conscientização, um ensaio fotográfico, um livro sobre a velhice, uma reportagem *online*, uma piada, um vídeo e trechos de entrevistas com idosos.

2 O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Tendo em vista que a questão norteadora deste estudo é o modo como a sexualidade do sujeito idoso é produzida discursivamente, toma-se como ponto de partida teórico o conceito de *dispositivo*, em virtude da sua produtividade em termos de se considerar que os textos sob análise, constantes da série enunciativa descrita anteriormente, são produzidos no interior de um dispositivo da sexualidade que produz, portanto, saberes sobre esse sujeito. A descrição dos enunciados busca, pois, dar visibilidade a elementos de tal dispositivo. Se, como afirma Veyne (2011), o discurso dá cor ao dispositivo, o enunciado reitor “o novo idoso é ativo” e a rede enunciativa que ele congrega deve, pois, exercer tal funcionamento na produção discursivo em foco.

De acordo com esse autor, um dispositivo põe em jogo todo um conjunto de

[...] leis, atos, falas ou práticas que constituem uma formação histórica, seja a ciência, seja o hospital, seja o amor sexual, seja o exército. O próprio discurso é imanente ao dispositivo que se modela a partir dele [...] e que o encarna na sociedade; o discurso faz a singularidade, a estranheza da época, a cor local do dispositivo. (VEYNE, 2011, p. 54)

² Esse seria um enunciado geral, que traz as características de uma prática que vai se desdobrar em outros campos de saber, como os que originaram os discursos analisados neste texto.

Veyne segue argumentando que um discurso, com seu dispositivo institucional e social, só se mantém enquanto a conjuntura histórica e a liberdade humana não o substituam por outro. Somente se sai do aquário (o *a priori* histórico) por conta de novos acontecimentos do momento ou pelo surgir de um novo discurso que obteve sucesso. O dispositivo é, portanto, algo que engloba “coisas e ideias (entre as quais a verdade), representações, doutrinas, e até mesmo filosofias, com instituições, práticas sociais, econômicas” (VEYNE, 2011, p. 57).

Como analisa Deleuze (1990), o dispositivo de poder tem como componentes as linhas de visibilidade e as linhas de enunciação. Em relação às primeiras, os dispositivos são máquinas de fazer ver, uma vez que podem lançar luz sobre os sujeitos. Em *A vida dos homens infames*, Foucault (2003) analisa o dispositivo de poder denominado *lettre de cachet*, por meio do qual cada súdito poderia ser o monarca do outro. A vida dos homens infames passaria despercebida, não fosse essa possibilidade de uso de um poder que ordena prender ou internar algum vagabundo ou alguém que perturbe a ordem. Como analisa Foucault, para que alguma coisa dessas vidas chegasse ao conhecimento, “foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder” (FOUCAULT, 2003, p. 207).

Em relação às linhas de enunciação, os dispositivos são máquinas de fazer falar. Uma ciência, em um determinado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, definem-se precisamente pelos regimes de enunciação.

O tema do dispositivo leva a considerar o poder e o modo como ele se manifesta no tecido social e discursivo, fato esse que requer uma atenção, mesmo que breve, sobre o projeto de estudos que Foucault desenvolveu ao longo de sua trajetória como um importante pensador de questões que afetam os sujeitos. Em um dos momentos em que esse autor realiza uma espécie de síntese de seu percurso analítico (FOUCAULT, 2010), é feita uma divisão de sua obra em três grandes fases: uma denominada arqueológica, outra genealógica e a terceira concebida como ética e estética de si mesmo.

Na fase arqueológica, o autor busca descrever como se organizam e se constroem determinados saberes, como os da gramática, da biologia, da economia e da psiquiatria, atentando para aquilo que chama de “regras de formação” dos objetos, das modalidades enunciativas, dos temas e das estratégias enunciativas (FOUCAULT, 2008). Assim, com base na formação dos saberes, é possível interrogar os discursos e as suas regras de formação, por meio das quais se opera um processo de designação, de nomeação, de classificação e de qualificação das coisas, nesse caso, particularmente, do idoso. A ideia de enunciado reitor, tal como apresentada anteriormente, surge nesse momento e dará conta de descrever aquilo que o autor chama de “arvore de derivação” enunciativa, a partir da qual os enunciados surgem, fazem alusão uns aos outros, se aproximam ou se excluem, formando um domínio associativo, no interior do qual os diversos objetos de um dado saber se constituem.

Na fase genealógica (FOUCAULT, 2014a, 2014c; 2004, 1999b, 1997), observa-se uma inflexão no pensamento desse autor, e a tônica passa a ser dada às relações de poder e aos seus efeitos quando vinculados aos discursos dos sujeitos e/ou sobre os sujeitos. A ideia de dispositivo surge nesse momento e parece englobar os demais conceitos até então estudados, em particular o de discurso, haja vista o que já foi exposto na introdução desta seção.

A genealogia foucaultiana abre caminho para a compreensão dos modos pelos quais o sujeito e seu corpo são produzidos no interior de micropoderes, e isso, de saída, fornece a ideia de como o poder é agora concebido pelo autor. Sobre tal aspecto, Machado mostra que não há no pensamento foucaultiano uma teoria geral do poder, posto que o poder não é visto como “uma realidade que possua uma natureza, uma essência [...] não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas” (MACHADO, 1998, p. X), por isso se trata de uma prática social e historicamente constituída. Fazendo uma retomada das postulações de Foucault, Machado exemplifica que o filósofo trouxe à tona as relações intrínsecas entre saberes específicos, como a medicina e a psiquiatria, e poderes “locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação, que Foucault analisava em termos de instituição” (MACHADO, 1998, p. XI). Parte-se, desse modo, da ideia de que o exercício do poder não se dá única e exclusivamente do centro para a periferia, mas também desta para aquele, constatação esta que faz o poder surgir como relações que se exercem em diferentes pontos da rede social.

O terceiro momento, denominado ética, é aquele em que o autor se preocupa em demonstrar como essas duas primeiras questões – formação de saberes e forças de poder – constroem subjetividades. A terceira fase foucaultiana seria, portanto, aquela que estuda a construção de uma verdade do sujeito. Nesse momento teórico, diversas obras tratam da subjetividade a partir da sexualidade, pois, de acordo com Foucault (2004), houve uma relação estreita entre a busca da verdade do sujeito e a extração de uma confissão de sua sexualidade.

Foucault defende a tese de que o poder, longe de interditar, provoca uma espécie de “colocação do sexo em discurso. Para ele, o ponto essencial é levar em consideração “o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de quem fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a ‘colocação do sexo em discurso’.” (FOUCAULT, 2004, p. 16).

O gesto analítico de Foucault tem como foco a sexualidade, como uma forma de economia positiva dos corpos e do prazer. Consequentemente, a sexualidade configura-se como um importante dispositivo na constituição dos sujeitos. Segundo o autor (2014b, p. 69), “o objeto ‘sexualidade’ é, na realidade, um instrumento formado há muito tempo, que constituiu um dispositivo de sujeição milenar”. A visada foucaultiana, ao focar no exercício discursivo da sexualidade, busca

mostrar como as relações de poder podem passar materialmente na própria espessura dos corpos sem ter que ser substituídas pela representação dos sujeitos. Se o poder atinge o corpo, não é porque ele foi inicialmente interiorizado na consciência das pessoas. Há uma rede de biopoder, de somatopoder que é, ela mesma, uma rede a partir da qual nasce a sexualidade como fenômeno histórico e cultural no interior do qual, ao mesmo tempo, nós nos reconhecemos e nos perdemos. (FOUCAULT, 2014a, p. 38)

Por ser ao mesmo tempo um efeito e um indício da subjetividade, a sexualidade passou a ser objeto de interesse de diversos saberes. No poder pastoral, as pessoas eram orientadas a confessar seus atos, seus desejos e até seus pensamentos. Assim, elas se

davam a conhecer a alguém que lhes podia interpretar e, posteriormente, orientar. No campo das ciências, os corpos, as alterações por que passam no ato sexual, na gestação etc. passaram a ser objeto de descrição detalhada. Posta constantemente em discurso, “A sexualidade não é mais o grande segredo, mas ela é ainda um sintoma, uma manifestação do que há de mais secreto em nossa individualidade” (FOUCAULT, 2014d, p. 201).

A necessidade de se falar tanto sobre a sexualidade tem relação com o quanto ela é constitutiva da subjetividade. Sendo assim, quanto mais se conhece sobre ela e a forma como cada um a compreende, mais se sabe sobre cada sujeito. Nesse sentido, Foucault (2014e, p. 251) afirma que “A sexualidade faz parte de nossas condutas. Ela faz parte da liberdade de que gozamos neste mundo. A sexualidade é algo que nós criamos nós mesmos – ela é nossa própria criação, muito mais que a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo.”

Como uma criação social, a sexualidade trata, portanto, de uma construção discursiva, calcada em saberes e poderes. É no jogo discursivo que uma forma de viver a sexualidade é definida como normal e outra como anormal; que se define uma atitude como sensual ou não. De acordo com Foucault (1999a), alguns dos procedimentos que sustentam o funcionamento do poder seriam: a vontade de verdade, a interdição e a separação-rejeição. Estar no “verdadeiro de uma época”, como Foucault chama, implica obedecer a regras de uma ordem discursiva, que exerce coerção para que os sujeitos assumam determinadas práticas, enquanto interdita outras. No caso da sexualidade do idoso, observa-se uma verdade que se estabelece pela reiteração do enunciado de que o idoso tem uma vida sexual ativa. Não obstante essa verdade, esses sujeitos podem sentir-se incluídos ou excluídos conforme suas condições mentais e físicas para adotar ou não essa prática sexual.

Anteriormente à emergência do enunciado “o novo idoso é ativo” como acontecimento discursivo na ordem dos saberes, constituíra-se uma memória social segundo a qual o idoso era posicionado com foco em seus aspectos familiares e de saúde. No domínio discursivo recoberto por essa memória, que, para os fins deste artigo, não é possível recuperar especificamente em textos aqui e acolá, as questões da sexualidade não eram tratadas ou eram citadas da perspectiva das perdas sexuais. Nesse outro verdadeiro de uma época, produziu-se uma subjetividade de idoso assexuado. Como uma ruptura nessa ordem, emerge um saber sobre a sexualidade idosa que se materializa no enunciado de que o idoso tem uma vida sexual ativa. Tal saber está calcado numa relação dialética com um jogo de poder que define o início da terceira idade aos sessenta anos (BRASIL, 2003) e faz com que as pessoas nessa faixa etária se sintam impelidas a ter esse padrão sexual.

Conforme Foucault (2014d, p. 201),

Essa forma de poder se exerce sobre a vida cotidiana imediata, que classifica os indivíduos em categorias, designa-os por sua individualidade própria, liga-os à sua identidade, impõe-lhes uma verdade que lhes é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos.

A construção de uma subjetividade se dá por meio de dois movimentos. Um deles é a objetivação, calcada na compreensão do discurso como prática que forma os objetos de que fala. Ao tratar de um determinado tema/objeto/sujeito, ele é criado como objeto de saber e se exerce uma força de sujeição sobre ele. No momento em que os diversos campos de saber tratam do idoso, descrevem quem é o idoso, como ele deve agir e como deve ser a vida sexual dele, ocorre a força de sujeição para que os indivíduos que estão enquadrados nessa faixa etária assumam essas práticas e assumam a vida sexual ativa, tal qual ela é proposta. A construção da subjetividade também implica um outro movimento, que funciona como uma resposta ao primeiro: trata-se da subjetivação, que compreende as práticas que produzem o sujeito. É o momento em que o próprio sujeito, deparando-se com os discursos que dizem para ele quem ele deve ser, seleciona o que pode para se constituir. Ele trabalha com os discursos, com as coerções a que é exposto e se coloca discursivamente como um determinado sujeito.

Buscando compreender as subjetividades por meio da sexualidade, Foucault (2004) aponta duas formas de tratá-la: a ciência sexual e a arte erótica. A primeira está pautada na prática da confissão e da análise da verdade sobre o sexo. Trata-se da forma de vivência da sexualidade que o autor observa na sociedade contemporânea em que se diz, fala, classifica, categoriza e descreve o sexo em si. Em oposição a isso, Foucault busca outros momentos e outras culturas em que a sexualidade foi vivida como uma arte erótica. Uma vivência em que

a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo: ele deve ser conhecido como prazer, e portanto, segundo sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma” (FOUCAULT, 2004, p. 57)

De acordo com o autor, em oposição a alguns momentos em que o sujeito viveu para o seu prazer e foi acumulando suas experiências, sentindo e recolhendo isso para si, nós vivemos uma sociedade contemporânea em que o sexo é vivido, predominantemente, a partir da ciência sexual: descrito, classificado, confessado e analisado. Esse processo, em última instância, leva (ou deveria levar) ao conhecimento sobre o sujeito. Na confissão do sujeito, ele diz a verdade sobre o seu sexo e, como resposta,

nós dizemos a sua verdade, decifrando o que dela ele nos diz; e ele nos diz a nossa, liberando o que estava oculto. Foi nesse jogo que se constituiu, lentamente, desde há vários séculos, um saber do sujeito, saber não tanto sobre sua forma porém daquilo que o cinde; daquilo que o determina, talvez, e sobretudo o faz escapar a si mesmo. (FOUCAULT, 2004, p. 68)

Assim, atua o dispositivo da sexualidade em prol da decifração da verdade do sujeito. Nessa perspectiva, propõe-se analisar a discursivização da sexualidade do idoso como forma de descrever esse sujeito.

3 ESCAVANDO A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE DO IDOSO

Foucault adota uma perspectiva histórica, na qual o sujeito é falado, construído historicamente. De acordo com Araújo (2008, p. 58), “Seu material é o discurso e os objetos que determinados discursos, em cada época, podem dispor ou representar, isto é, como um objeto se torna inteligível e como alguém pode apropriar-se de certos objetos para falar deles”. Sendo assim, a teoria discursiva permite interrogar quais discursos se constroem acerca da sexualidade do idoso, o que, em última instância, leva a refletir quem é o sujeito idoso atual, que surge como objeto de discursos, como os da medicina preventiva, geriátrica, nutricional entre outros.

O método de análise foucaultiano parte do pressuposto de que o discurso é apreendido na dispersão (FOUCAULT, 2008). Nesse percurso, o autor primeiro questiona a unicidade da obra (normalmente, tomada como documento de análise), em seguida problematiza a relação que se faz do que é enunciado em relação ao já-dito e propõe que, em vez de nos subordinarmos a uma predeterminação do dito ao já-dito, é preciso aferir o que é dito a esse todo anterior a ele. Do ponto de vista metodológico, para recobrir essa dispersão, devem ser construídas séries de enunciados que, aparentemente, não têm relação entre si, e o analista descreverá essas relações. Desse modo, entender a sexualidade do idoso atualmente implica mais que buscar um ou dois textos que tratem do assunto. É em meio a uma dispersão que o discurso pode ser localizado e descrito.

De acordo com Fischer (2012, p. 26),

Nada em Foucault se resolve pela distinta clareza das coisas ditas e das práticas institucionais: há que problematizar, nos diferentes campos do saber, o que vivemos no presente; melhor, os modos dispersos pelos quais nos tornamos a diferença que hoje somos. Veremos que Foucault, no movimento permanente de sua filosofia, nos falou sempre disso: como (cheguei) chegamos a ser a diferença que (sou) somos agora?

Como parte da interrogação “quem é o idoso hoje?”, é possível questionar como a sexualidade do idoso atual (parte da constituição de sua subjetividade) é representada discursivamente. Em uma tensão entre a dispersão e a sistematização das regularidades, a série enunciativa ora analisada é composta por 9 textos de variados gêneros e que circulam em diferentes espaços sociais, mas que têm em comum tocar na questão da sexualidade do idoso: duas campanhas publicitárias, um *folder* de conscientização, um ensaio fotográfico, um livro sobre a velhice, uma reportagem *online*, uma piada, um vídeo e trechos de entrevistas com idosos.

A primeira sequência enunciativa é um anúncio publicitário produzido em agosto de 2009 para divulgação da marca Havaianas. Avó e neta estão sentadas à mesa em um restaurante conversando:

Sequência 1

Avó: Não acredito que você veio para o restaurante de chinelo.

Neta: Deixa de ser atrasada, né vô! Isso não é chinelo, é Havaianas, Havaianas Fit (mostrando o pé calçado com o produto), dá pra usar em qualquer lugar.

Avó: Que é bonitinha, é. (entra o ator Cauã Reymond)

Neta (olhando para o rapaz): Olha lá vô...

Avó: É aquele da televisão. Você devia de arrumar um rapaz assim pra você. Neta: Ah, mas deve ser muito chato casar com famoso, né? Avó: Mas quem falou em casamento? Eu to falando em sexo...

Neta: Vô!

Em relação à visualidade, tem-se uma idosa prototípica do ideal de velho, quase estereotipada a figura da avozinha, com cabelos brancos. Mas tem algo que rompe com o ideal do velho assexuado: o fato de ela falar de sexo. Não está representada tendo relações ou falando de si, mas a questão sexual já faz parte de seu repertório. Apesar de projetar na neta, a idosa está voltada para questões da vivência da sexualidade. E não se trata de uma sexualidade vivida dentro do casamento: “Não estou falando de casar, estou falando de sexo”.

A segunda sequência enunciativa trata do comercial do creme fixador de dentaduras da marca Corega.

Sequência 2

Idosa (sentada em um sofá): Tem gente que acha que a vida muda muito quando se usa dentadura. Nada disso, eu e as minhas amigas saímos sempre. Vamos comer, passear (em um cinema) dar risada (as três amigas andando em shopping) e agora com Corega, eu faço tudo tranquila. (imagem das amigas em uma mesa do shopping, paquerando homens em uma outra mesa. Um deles pisca para elas)

Idosa – Com Corega eu me sinto bem para fazer o que quiser, o que quiser mesmo. (Ela ri).

Aqui não se tem, visualmente, a figura da avozinha. Ela usa dentadura, é uma idosa, mas é uma pessoa com cabelos coloridos e não brancos, usa roupas modernas e não está representada em meio à família. Enquanto a primeira idosa estava lanchando com a neta, a segunda está sozinha e depois vai passear com as amigas. Observa-se a presença de práticas típicas do ideal do novo idoso: ele se cuida, aparenta ser mais jovem do que realmente é, passeia, interage para além do ambiente familiar, tem amigos, tem vida própria, faz compras. Também se observa a insinuação de uma vida sexual (as três amigas se encontram com três idosos). A sexualidade está insinuada, mas já não é sugerida para outrem: é vivida pela idosa.

A próxima sequência enunciativa é o *folder* de uma campanha americana que se chama *Safe sex for seniors*, de 2012. Ela foi desenvolvida em vista do aumento do número de idosos aidéticos. A explicação que se tem, na mídia em geral, é que quando eles chegam na terceira idade e são incitados a ter uma vida sexual ativa, usar camisinha não é uma prática de suas vidas sexuais. Com isso, eles têm relações sem prevenção e o índice de aidéticos na terceira idade aumenta muito. Nesse *folder*, foram colocados idosos simulando poses do Kama Sutra.

Sequência 3



Figura 1 – Safe Sex for Seniors

Fonte: safersex4seniors.org/assets/safer-sex-poster.pdf

Para os fins analíticos, essas imagens são vistas em correlação com os demais enunciados que compõem o *corpus* discursivo destas reflexões. Em outras palavras, uma vez que se considera, como já exposto, a existência de uma árvore de enunciação derivativa que gravita em torno do enunciado-acontecimento “o novo idoso é ativo”, as imagens constantes do referido *folder* criam uma espécie de escala com os textos anteriores, ao mesmo tempo que se relacionam com os seguintes. Assim, no primeiro, a sexualidade é projetada no outro; no segundo, é representada no idoso, mas insinuada; então, chega-se a um ponto em que a sexualidade é do idoso, vivida pelo idoso e demonstrada.

A existência dessa escala, entretanto, não supõe que os enunciados dessa série estariam interligados por uma sequência temporal, tampouco seria o caso de se escavar algo do tipo, haja vista que a proposta de análise discursiva posta em prática prescinde da necessidade de se buscar uma origem dos fatos discursivos. O que conta é o “efeito de acúmulo” (FOUCAULT, 2008) que a análise faz aparecer, ou seja, a conservação do enunciado-acontecimento “o novo idoso é ativo” no interior do quadro enunciativo sob análise. Essa conservação, na esteira de Foucault, aponta para o fato de que um enunciado sempre atualiza outros e permite rastrear o uso que é feito desse enunciado por determinadas instituições e por outros discursos.

Ainda é possível ampliar essa escala e passar para o ensaio feito em 2004 por uma fotógrafa holandesa, Marrie Bot, em que se retrata a sexualidade na terceira idade.

Sequência 4



Figura 2 – Idosos no quarto



Figura 3 – Idosos na cama

Fonte. Disponível em: www.hypeness.com.br/2014/01/fotografia-quebra-tabu-e-cria-serie-fotografica-mostrando-a-intimidade-e-o-sexo-na-velhice/.

Nele, não estão representadas as posições do Kama Sutra, mas não se tem posições insinuadas. São idosos nus, nos seus quartos, nas suas camas, em vias de concretizar o ato sexual.

Esses enunciados emergem e circulam e contrariam um saber de que o idoso não teria vida sexual ou seria assexuado. Em oposição a isso, surge a figura do novo idoso como aquele que tem uma vida sexual ativa, mas existe algo que sugere que falar da vida sexual na terceira idade é um tabu. A publicidade toca na questão da sexualidade idosa, mas faz isso de forma sutil, o que pode ser um indício de que há algumas interdições no tratamento dessa temática. Essa suposição pode ser reforçada se pesquisada a recepção do público e os desdobramentos do comercial das Havaianas: houve tanta crítica e reclamações, que a empresa optou por retirar o comercial da rede televisiva e mantê-lo apenas no *site youtube* (COMERCIAL HAVAIANAS).

Outra sequência enunciativa que indica essas práticas regradas para a objetivação da sexualidade do idoso é o título do livro *Quebrando o silêncio: uma conversa sobre bem-estar, tabus e intimidade depois dos 60 anos*. O título desse livro sugere que entre os tabus que envolvem a terceira idade estariam a intimidade e, conseqüentemente, a sexualidade. Essa “verdade” pode ser posta em questionamento, tal qual Foucault (2004) se questionou sobre a sexualidade em geral. Diante de um discurso que sustentava haver uma repressão da sexualidade, o autor, ao escavar diversos momentos históricos, constata que o sexo não era reprimido ou interditado, mas discursivizado dentro de um dispositivo da sexualidade que regulava as formas de dizer sobre ele. Falar sobre o sexo estava regulado, mas não era interditado. Embora Foucault (2006) passe a observar o funcionamento do que ele chama de um “supersaber”³ sobre a sexualidade humana, na articulação disso com a relação entre velhice, subjetividade e sexualidade, é oportuno interrogar se a sexualidade na terceira idade é de todo posta em discurso, se ainda é recoberta por certo “tabu do objeto”, tal como Foucault (1999) considerou quando de suas

³ Por “supersaber, Foucault compreende um saber excessivo, ampliado, que é, ao mesmo tempo, intenso e extenso da sexualidade, não no plano individual, “mas no plano cultural, no plano social, em formas teóricas ou simplificadas” (FOUCAULT, 2006, p. 58).

reflexões a respeito de haver uma ordem discursiva que se sobrepõe aos sujeitos quando falam sobre sua sexualidade, se existiria uma luta contra essa interdição ou, enfim, se haveria uma posição de sujeito contrária ao discurso que advém do enunciado-acontecimento “o novo idoso é ativo”.

Nesse sentido, dando continuidade à análise das sequências enunciativas, a próxima é a matéria “Casais da terceira idade falam sobre a importância do sexo”, da qual se extraem os seguintes excertos:

Sequência 5

Se a idade traz algum problema de saúde que limita a prática sexual, o idoso deve procurar um médico. [...] Já os homens precisam de mais tempo para chegar a uma ereção completa. Porém, com a saúde em dia, nem será necessário recorrer a remédios para ter um pênis ereto. “O que ocorre é que **ele precisará de um intervalo maior entre uma relação sexual e outra. O idoso não consegue mais ter três ereções ao dia**”, diz o médico. (*grifos nossos*)

No movimento em que se trata da virilidade, funciona uma ciência sexual que, além de esquadrihar a sexualidade do idoso, quantifica-a. Toma como um padrão três ereções por dia e analisa se o sujeito consegue se manter nesse padrão de normalidade. Percebe-se, portanto, que em campos como a publicidade e a arte, a sexualidade do idoso é discursivizada como presente, mas aparece de forma sutil, insinuada. O detalhamento dessa sexualidade ocorre com foco no ato sexual em si, a partir do olhar da medicina. Esse campo de saber funciona como um dispositivo, parte do dispositivo da sexualidade, que está autorizado a falar disso na medida em que despersonaliza o sujeito e analisa corpos e estatísticas. Essa teia de saberes e poderes, a seu modo, sustenta o ideal de uma sexualidade ativa na velhice.

Em oposição a isso, diversos textos circulam na rede, como aquele apresentado na figura 4 a seguir (Sequência 6). A piada em forma de anúncio lida com as diversas verdades a respeito da sexualidade idosa de forma humorística; desse modo, abandona o modo direto e objetivo de dizer e constrói sentido de outra forma, mais próxima do que se nomearia como paródia. De acordo com Sant’Anna (2002, p.28), “Na paródia, busca-se a fala recalcada do *outro*”. A possibilidade da leitura da voz do outro em meio ao dito é responsável por esse feito de deslocamento próprio da paródia e permite que se tenha um texto com memória de dois. Neste caso, em um contexto em que circula predominantemente o ideal de um idoso saudável e com uma vida sexual ativa, faz-se um destronamento que o torna risível confrontando-o com a memória do idoso doente e impotente. Para destronar o que se validou como verdade, o humor traz à pauta discursos outros, que foram sendo silenciados ou esquecidos na bruma da história.

Esse efeito de destronamento, entretanto, é pontual. Ao descrever o carnaval como um mundo às avessas, Bakhtin (1999) explica que no fenômeno da carnavalização a ordem era invertida, as autoridades destituídas e essa inversão tornava a situação risível. Como a festa era pontual, no restante do ano, aquilo que ali era subvertido e objeto de riso consistia na lei e na ordem a que as pessoas estavam submetidas. No caso da piada sobre o idoso, por um momento de riso, abre-se espaço para uma verdade que diz sobre a sua ausência de virilidade. Mas o fato de isso precisar ser dito a partir de mecanismos de humor indica que há um outro saber circulando como verdadeiro: o da vida sexual ativa.

Sequência 6

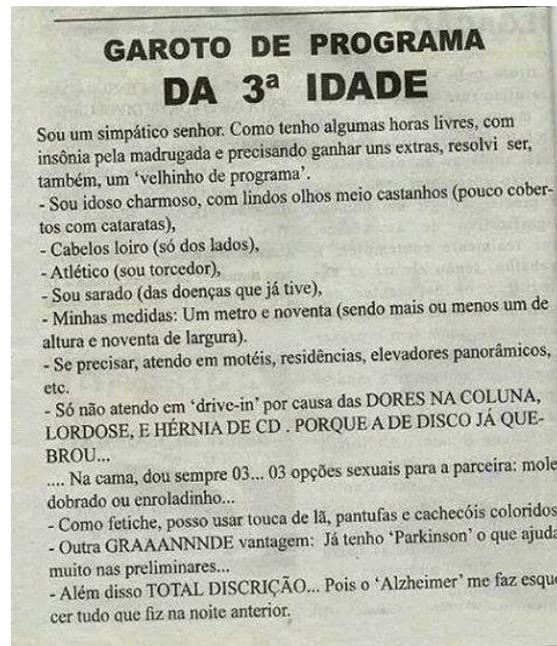


Figura 4 – Garoto de Programa da 3ª idade

Fonte: <www.coisasdavid.net.br/2013/08/garoto-de-programa-da-terceira-idade.html>

O conjunto das sequências enunciativas descritas demonstra que existem diversos saberes disputando um espaço na constituição de uma verdade sobre a sexualidade do idoso. Há um estereótipo do velho assexuado, o discurso da gerontologia que fala de uma velhice ativa e de uma vida sexual ativa na terceira idade. A área médica que esquadrinha o corpo, a potência, a virilidade, a capacidade de coito na terceira idade, e o campo do humor que, além de pôr em xeque o ideal da vida sexual ativa na terceira idade, mostra que isso não está interdito, mas que a sexualidade é vivida e falada segundo certas restrições e em determinados espaços.

Dessa forma, no campo da objetivação, delinea-se uma produção discursiva heterogênea que ou insiste em uma vida sexual ativa ou, via humor, desconstrói esse enunciado, fazendo, assim, uma espécie de resistência ao discurso que parece se mostrar hegemônico na atualidade. Essa produção é pautada em uma estratégia na qual a sexualidade está centrada no coito (quando ele é possível ou quando não é), com foco na virilidade, em práticas eróticas paralelas, que é caso do ensaio fotográfico de Marrie Bot, ou na sedução, como encenam as personagens da campanha publicitária da marca Corega. Além disso, centraliza-se em uma técnica que esquadrinha uma ciência sexual e que insiste na potência, na quantidade de ereção e no vigor do corpo.

Como um movimento discursivo distinto e complementar à objetivação, existe a subjetivação. Ao mesmo tempo que os dispositivos fazem circular certos saberes sobre a sexualidade do idoso, os próprios sujeitos com mais de sessenta anos, deparando-se com essas verdades, trabalham sobre elas para se constituírem. Se existe uma força de coerção atuando para que os idosos assumam uma vida sexual ativa, cabe, da mesma forma, uma resistência. De acordo com Foucault (2014c, p. 132),

Uma relação de poder, em compensação, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis para ser justamente uma relação de poder: que o 'outro' (aquele sobre o qual ela se exerce) seja bem reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, inversões possíveis.

Nessa perspectiva, o sujeito tem sempre um espaço de movência dentro da teia de poder. Então, é possível questionar como o idoso se subjetiva em relação à sua sexualidade.

Da mesma reportagem em que se retirou a fala do médico, que consta na sequência 5, encontra-se o depoimento de uma idosa que diz o seguinte:

Sequência 7

'Nossa vida íntima se desenvolve com naturalidade, porque nutrimos nossos sentimentos diariamente. Mesmo diante dos problemas, mantemos nossos carinhos e beijos. O sexo é consequência', diz Maria Angela.

A forma como a idosa discute sua sexualidade aparece no mesmo texto em que o médico faz uma descrição detalhada e impessoal da sexualidade, mas em termos de posicionamento funciona de forma diametralmente oposta. Falando do lugar de pessoa idosa que comenta sua sexualidade, ela demonstra uma visão não centrada no ato, mas sim na sua subjetividade.

Essa mesma abordagem pode ser observada em trechos de entrevistas de idosos maringauenses. Tais entrevistas foram realizadas como parte da pesquisa de doutorado *Subjetivação de idosos em contextos de estudos na UNATI-UEM* (BAZZA, 2016). Sua realização foi avaliada e autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da instituição, mediante diversos requisitos, entre eles: a autorização por escrito de cada informante para a publicação de seu depoimento e o anonimato dessas pessoas nas publicações. Dessa forma, cada depoimento destacado segue identificado apenas pelas letras S (indicando sujeito) e o número que diferencia um sujeito de outro.

Sequência 8

S1 – A minha vida sexual é muito lenta hoje. Não é mais aquela. Eu acho que tem muito a pesquisar sobre isso aí, porque cada um é cada um. A nossa é mais companheirismo, hoje. Vida sexual lenta mesmo.

S2 – O pessoal florescia um pouco. Eu acho que a vida sexual, no meu modo de pensar, do casal não é toda aquela fantasia que o pessoal faz, porque nós temos altos e baixos. E o pessoal, por alguns cinco minutos, dez minutos, meia hora, um dia acha que a vida é plena daquele jeito. Não é. Tem altos e baixos. Tudo é moderado. Com a idade a gente perde o vigor, perde o estímulo também. Só que não vou deixar de ter, não deve deixar de ter. E se buscar algum recurso, eu acho viável.

S3 – A parte da sexualidade vai caindo, é outros interesses. Dançar, às vezes é melhor que transar, entende? Já muda o sentido da coisa com o tempo.

S4 – Eu acho que é mais mito, não é bem mito, é mais propaganda, porque pro pessoal não é mais assim tão importante como a televisão quer mostrar, não é mais aquela... [...] Menos importante, tem coisas mais importantes do que isso. (BAZZA, 2016b)

A análise das sequências acima indica que a subjetivação da sexualidade do idoso está atravessada pela ciência sexual, porque eles assumem a ideia do vigor, da quantidade. O sujeito fala de si, confessa sua verdade sobre o sexo e o faz a partir de elementos que esquadriham a sua frequência sexual quantitativamente. Sendo assim, ele faz parte de uma ciência sexual, calcada nos saberes do dispositivo da clínica médica. Isso se marca linguisticamente em termos como: *pesquisado, vigor e estímulo*.

Ainda assim, existe uma diferença: apesar de disseminada nos processos de objetivação, a representação de uma sexualidade vigorosa e ativa na velhice é refutada pelos sujeitos. Enquanto o processo de objetivação trata de uma vida sexual ativa recortando dela o ato sexual, o coito, e focando na virilidade, no processo de subjetivação a sexualidade é discursivizada como ativa, mas abarca outros elementos, tais como a afetividade, os anseios, e outros prazeres desejáveis. Os idosos, ao se subjetivarem como sujeitos ativos, fazem-no pautados em uma ética segundo a qual sua sexualidade e, também, sua subjetividade são compreendidas a partir de uma estética de existência, que em termos de estratégias do dispositivo da sexualidade, se não se desprendem totalmente de uma ciência sexual, talvez se aproximem em alguma medida de uma arte erótica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, neste estudo, descrever as diferentes formas de discursivização da sexualidade na terceira idade. Para tanto, foram levantados recursos teóricos, elementos da análise de discurso foucaultiana como: objetivação, subjetivação e dispositivo da sexualidade. A série enunciativa analisada foi constituída por textos de autoria diversa e colhidos em variadas áreas de circulação. Eles têm em comum o fato de tratarem da questão da sexualidade na terceira idade.

Das sequências enunciativas em que se fala sobre os idosos e a sexualidade idosa, pôde-se observar a tônica no discurso sobre a vida sexual ativa, pautada em uma estratégia que se vale da ciência sexual, em conjunção com a arte erótica, pela qual a produção da sexualidade passa por questões de ordem social, emocional e estética, e com traços de humor, que dá visibilidade à contradição desse discurso. Diante de uma regulação discursiva que interdita certas formas de abordar essa temática, a impessoalização por meio de descrição compartimentada de corpos atua como técnica que libera e incita o esquadrihamento dessa sexualidade. O dispositivo da clínica médica oferece essa técnica, bem como faz circular os saberes derivados dela.

Nas sequências enunciativas em que os próprios sujeitos com mais de sessenta anos comentam sobre a sexualidade nessa fase da vida, é possível observar a subjetivação, ou seja, o processo segundo o qual essas pessoas entram no jogo discursivo e assumem uma subjetividade. Apesar de atravessada por uma ciência sexual, essa produção promove deslocamentos no discurso produzido na objetivação. Isso é possível por técnicas que, no dispositivo da sexualidade, aproximam-se de uma arte erótica e, no processo de constituição da subjetividade, apontam um trabalho ético e estético do sujeito.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. L. *Foucault e a crítica do sujeito*. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.
- BAZZA, A. B. Enunciado, enunciado reitor e as práticas de subjetivação do novo idoso. In: MELLO, S. M.; FERNANDES, C. A. (Org.). *Violência e seus paradoxos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016a, p. 139-156.
- BAZZA, A. B. *Subjetivação no discurso do idoso em contexto de estudos na UNATI-UEM*. 2016. 132 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016b.
- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Tradução de Iara Frateschi Vieira. São Paulo- Brasília: HUCITEC, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/pagina_saude_do_idoso/estatuto_do_idoso.pdf>. Acesso em: 7 maio 2019.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Dados sobre o envelhecimento no Brasil*. Disponível em: <www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhecimentonoBrasil.pdf>. Acesso em: 6 maio 2017.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- CASAI DE TERCEIRA IDADE falam sobre a importância do sexo. Portal UOL. Disponível em: <<http://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2016/07/04/casais-de-terceira-idade-falam-sobre-a-importancia-do-sexo.htm>> Acesso em 20 nov. 2017.
- COMERCIAL COREGA Vida Nova. Agência Grey. Rio de Janeiro, Produtora Proview, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xXr7--3nfUY>>. Acesso em 20 nov. 2017.
- COMERCIAL HAVAIANAS Avó com Cauã Reymond. Rio de Janeiro, Produtora AlmapBBDO. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=KxgTJMZo8Kg>. Acesso em 20 nov. 2017.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.
- FISCHER, R. M. B. Na companhia de Foucault: multiplicar acontecimentos. In: FISCHER, R. M. B. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 21-32.
- FOTÓGRAFA quebra tabu e cria série fotográfica mostrando a intimidade o o sexo na velhice. Portal Hypheness. Disponível em: <www.hypheness.com.br/2014/01/fotografa-quebra-tabu-e-cria-serie-fotografica-mostrando-a-intimidade-e-o-sexo-na-velhice/>. Acesso em 20 nov. 2017.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5. ed., São Paulo: Edições Loyola, 1999a.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *Estratégia poder-saber. Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. As relações de poder passam para o interior dos corpos. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. p. 35-43.
- FOUCAULT, M. O jogo de Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. p. 44-77.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c. p. 118-140.

FOUCAULT, M. Uma entrevista de Michel Foucault por Stephen Riggis. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014d. p. 192- 206.

FOUCAULT, M. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. In: *Ditos e escritos*, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014e. p. 251-263.

GAROTO de Programa da 3ª Idade. *Portal Coisas da Vida*. Disponível em: <www.coisasdavidade.net.br/2013/08/garoto-de-programa-da-terceira-idade.html>. Acesso em: 22 jul. 2018.

LOLLI, M. C. G. dos S. *Quebrando o silêncio: uma conversa sobre bem-estar, tabus e intimidade depois dos 60*. Curitiba: CRV, 2016.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

NAVARRO, P.; BAZZA, A. B. A subjetivação do “novo idoso” em textos da mídia. *Estudos da Língua(gem)*, v. 10, n. 2, p. 143-159, 2012.

SAFER-sex-poster.pdf. [Somente Ilustrações]. Disponível em: <safersex4seniors.org/assets/safer-sex-poster.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

SANT’ANA, A. R. de. *Paródia, paráfrase & Cia*. São Paulo, Ática, 2002.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190205-6218>

**CECI N'EST PAS VINGT CENTS*:
ESTRANHO OBJETO, RELEITURA E ACONTECIMENTO
NOS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013
CECI N'EST PAS VINGT CENTS: ODD OBJECT, REREADING
AND EVENT IN THE PROTESTS OF JUNE 2013
CECI N'EST PAS VINGT CENTS: EXTRAÑO OBJETO, RELECTURA
Y ACONTECIMIENTO EN LAS PROTESTAS DE JUNIO DE 2013**

José Isaías Venera**

Universidade Regional de Joinville

Joinville, SC, Brasil

Universidade do Vale do Itajaí

Itajaí, SC, Brasil

Maurício Eugênio Maliska***

Universidade do Sul de Santa Catarina

Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Palhoça, SC, Brasil

RECEBIDO EM: 05/08/18

APROVADO EM: 02/05/19

Resumo: Este trabalho focaliza a imagem *Ceci n'est pas vingt cents*, que circulou nos protestos de junho de 2013, como parte dos eventos que marcaram esse acontecimento. A imagem é uma releitura do quadro *La trahison des images* (1928/1929), de René Magritte, conhecido pelo enunciado que o integra, *Ceci n'est pas une pipe*. A investigação trabalha o conceito de estranho em Freud (1969), relacionado com o que mobiliza a produção de linguagens e com o que escapa ao discurso e, na tradição da *Análise de Discurso de orientação francesa*, examina a imagem como *locus* de uma memória discursiva. O artigo mobiliza também leituras de Foucault (2001), que desnaturaliza a função da linguagem na obra de Magritte; e de Lacan (2005) sobre o objeto *a* – que mobiliza o dizer, mas está invisível nele. A análise permitiu aferir a imagem como uma materialidade significativa que evidencia o deslocamento discursivo para a produção de novos sentidos.

Palavras-chave: Memória discursiva. Análise do discurso. Protestos.

* Este estudo integra um conjunto de material trabalhado na tese *Da cólera ao acontecimento junho de 2013: do que escapa à representação em Deleuze e Lacan*, defendida na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) em 2017.

** Doutor em Ciências da Linguagem pela Unisul. Professor dos cursos de Comunicação da UNIVILLE e UNIVALI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9220-446X>. E-mail: j.i.venera@gmail.com.

*** Doutor em Linguística pela UFSC. Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Unisul. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6457-3743>. E-mail: mmaliska@yahoo.com.br.

Abstract: *This work focuses on the image *Ceci n'est pas vingt cents*, which circulated in the protests of June 2013, as part of the events that marked this episode. The image is a re-reading of the painting *La trahison des images* (1928/1929), by René Magritte, known by the statement that integrates it, *Ceci n'est pas une pipe*. The research works on Freud's (1969) concept of odd, related to what mobilizes the production of languages and what escapes the discourse, and in the tradition of French-oriented Discourse Analysis, examines the image as a locus of a memory discourse. The article also mobilizes readings by Foucault (2001), who denatures the function of language in Magritte's work, and by Lacan (2005) on object the [a] – which mobilizes the saying, but is invisible in it. The analysis allowed gauging the image as a significant materiality that evidences the discursive displacement to the production of new senses.*

Keywords: *Discursive memory. Discourse analysis. Protests.*

Resumen: *Este trabajo tiene foco en la imagen *Ceci n'est pas vingt cents*, que circuló en las protestas de junio de 2013 como parte de los eventos que marcaron ese acontecimiento. La imagen es una relectura del cuadro *La trahison des images* (1928/1929), de René Magritte, conocido por el enunciado que lo integra, *Ceci n'est pas une pipe*. La investigación trabaja el concepto de extraño en Freud (1969), relacionado con lo que moviliza la producción de lenguajes y con lo que escapa al discurso, y en la tradición del Análisis de Discurso de orientación francesa, examina la imagen como locus de una memoria discursiva. El artículo moviliza también lecturas de Foucault (2001), que desnaturaliza la función del lenguaje en la obra de Magritte; y de Lacan (2005) sobre el objeto la [a] – que moviliza el decir, pero está invisible en ello. El análisis ha permitido evaluar la imagen como una materialidad significativa que hace evidente el desplazamiento discursivo para la producción de nuevos sentidos.*

Palabras-clave: *Memoria discursiva. Análisis del discurso. Protestas.*

*Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele,
dá de encontro com ele, o encontra.*
(PÊCHEUX, 1990, p. 29)

1 O “ESTRANHO” OBJETO NOS PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

A palavra *estranho*, neste artigo, desloca-se de sua função adjetiva e adquire a noção de um conceito. O *estranho* objeto, que não se enquadra nas representações da linguagem, é articulado com base na noção desenvolvida por Sigmund Freud em *O estranho* (*Das Unheimliche*), de 1919, no qual o conceito adquire o sentido paradoxal de *estranho familiar*. O termo alemão *Das Unheimliche* tem vários sentidos, no entanto, “de fato, o adjetivo ‘unheimlich’, de uso corrente, revela sentimentos paradoxais, e alia o familiar – heimlich – e o não familiar – un-heimlich –, ou seja, o estranho” (QUINODOZ, 2007, p. 185). Em Freud (1969, p. 297), “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar”. Esse conhecido a que Freud faz referência é, também, o que foi recalçado e retorna. Como mostra Garcia-Rosa (2003, p. 24), “o estranho é algo que retorna, algo que se repete, mas que, ao mesmo tempo, se apresenta como diferente”.

O objeto de que trata este artigo está inserido no contexto de sucessivas manifestações, desde 2011, que se espalharam do Oriente ao Ocidente. Começando pelo norte da África – na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen –, derrubando ditaduras. Depois, os indignados da Europa, as revoltas dos subúrbios de Londres, o grito dos

estudantes no Chile e os protestos do *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos. Como não ver desejos mobilizados em redes difusas, rizomáticas, ou mesmo não sentir vertigem diante de muitos enunciados sem territorialidade e que poderiam ser de protestos de diferentes lugares?

No *Occupy Wall Street*, um rapaz levanta um cartaz: “Estão nos perguntando qual é o nosso programa. Não temos programa.” (ŽIŽEK, 2012, p. 16). Poderia, tranquilamente, ser um cartaz de um dos manifestantes de junho de 2013 no Brasil. Há, em certa medida, cólera contra a época, um gesto de resistir ao jogo que está sendo jogado que pode ser sentido em diversos lugares, como um *estranho* objeto que não se enquadra nos modelos já conhecidos de fazer política e de promover manifestações. Uma sequência de mobilizações marcadas por uma diferença em curso.

Não teríamos nos protestos de junho de 2013 algo similar? Não haveria algo que se repete, que nunca se encaixa completamente nas materialidades significantes? Luta pela redução de R\$ 0,20 da tarifa de ônibus; contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37; por mais educação e saúde; pelo fim da corrupção; até a variada temática de demandas específicas das cidades por onde as mobilizações se espalharam. Há, em todas as manifestações, sempre um tema *a mais*, como se todos os enunciados marcassem o retorno de um estranho objeto que ignora completamente o gesto de simbolização. É como se os territórios conceituais, que têm a função de sustentar a realidade – as balaustras sólidas no mirante social –, perdessem sua capacidade diante de um movimento estranho que não se deixa representar.

Esse *a mais* observado na variação dos temas vem como expressão desse objeto inquietante que mobiliza o sujeito, que o faz existir na busca desse desconhecido. Na abordagem psicanalítica, esse objeto aparece na teoria de Jacques Lacan como *objeto a*: “A demanda surge inevitavelmente no lugar do que é escamoteado, a, o objeto” (LACAN, 2005, p. 77). A demanda surge no que *ali* está para além dos objetos parciais e falta ao sujeito.

O que salta aos olhos na série de mobilizações de junho de 2013 é a maneira como esse objeto *estranho* se dá a ver. É o que torna a linguagem sempre vertiginosa, na qual o movimento contínuo de representar o que sempre escapa constitui a presença de algo assignificante. Um eterno retorno do que não pode integrar-se ao simbólico. As marcas de algo que sempre retorna (repetição) e se manifesta (atualiza) na diferença (atual) – na qual se busca investigar essa diferença irreduzível nas tramas, nos protestos de junho de 2013 – é também o que faz de todo o tempo presente um tempo subjetivo.

Esse *a mais* é analisado pela via da análise do discurso francesa por intermédio da materialidade de duas imagens: a pintura de René Magritte conhecida popularmente no Brasil como *Isto não é um cachimbo* e a imagem digital que circulou nas redes sociais durante os protestos e se apresenta como uma releitura, sob o nome que poderíamos traduzir como *Isto não são vinte centavos*. Isso que fica sempre faltando no dizer, mas que o mobiliza, adquire, em Pêcheux (1990), a forma de real, como consta da epígrafe deste trabalho.

A imagem *Ceci n'est pas vingt cents* é tomada aqui como uma materialidade significativa, inserindo essa análise numa investigação teórico-metodológica que vem sendo desenvolvida com destaque por Lagazzi (2010). A analista do discurso tem

realizado estudos com diferentes materialidades, nos quais procura “compreender funcionamentos do social em composições contraditórias” (LAGAZZI, 2010, p. 173). Nessa perspectiva, *Ceci n'est pas vingt cents* como materialidade significante é tomada como um dos eventos de uma série que funda o acontecimento de junho de 2013.

Na imagem, é evidenciada a contradição constitutiva da relação entre materialidade significante e história, seja na relação da releitura de uma obra de arte, separando a materialidade e a história no tempo histórico e no campo discursivo em que cada uma se insere, seja naquilo que fica sempre faltando dizer de uma sucessão de protestos e pelo qual a nova imagem se configura como uma das materialidades discursivas.

Unindo-se à abertura para a análise de diferentes materialidades discursivas, Orlandi (2004) ressalta a interpretação, buscando “pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos.” (ORLANDI, 2004, p. 9).

Assim, pretende-se, neste artigo, interpretar, via análise do discurso, a imagem que circulou pelas redes sociais durante os protestos de junho de 2013 como um dos eventos pelos quais se processa o discurso e se determina o que pode e não se ler e dizer. Nesse caminho, “a imagem seria um operador de memória social” (PÊCHEUX, 1999, p. 51). No gesto de releitura da obra *Ceci n'est pas une pipe*, a nova imagem funciona como um operador de uma *memória discursiva*¹ que vai sendo atualizada ou esquecida de acordo com os processos discursivos. Como observa Indursky (2011, p. 86), a memória discursiva “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos”. Neste trabalho, é a imagem que tem uma existência histórica e que passa a ser regulada por deslocamentos discursivos.

2 DUAS IMAGENS NA MESMA DISCURSIVIDADE?



Figura 1 – La trahison des images (1928/1929)

Fonte: Disponível em: <<https://unframed.lacma.org/2013/09/09/magritte-and-the-trading-of-images>>.

¹ Outra importante pesquisa pela análise do discurso tendo entre imagens as materialidades é o artigo “Acidente ou ataque? Leituras de imagens e imagens de leitura”, de Souza (2001). Para o analista, a “memória discursiva é que funda semanticamente sobre a série de eventos o acontecimento do 11 de setembro em Nova York” (SOUZA, 2001, p. 4).



Figura 2 – Isto não são vinte centavos

Fonte: circulação nas redes sociais durante os protestos de junho de 2013

Ceci n'est pas une pipe. A afirmação funciona como uma contradição na pintura de Magritte, em cujo plano de expressão explode, um pouco acima da inscrição, a imagem de um cachimbo com traços realistas. É sobre esse mesmo movimento de contradição no interior de um regime discursivo que circula essa análise, partindo de uma releitura do quadro *La trahison des images* (1928/1929), de René Magritte. Na nova imagem, vê-se a afirmação *Ceci n'est pas vingt cents* saltando aos olhos na imagem de quatro moedas de cinco centavos.

A releitura circulou pelas redes sociais, sobretudo pelo Facebook, mas também em *blogs* durante os protestos de junho de 2013, quando o Movimento Passe Livre (MPL) promoveu, começando por São Paulo, uma luta organizada contra o aumento de 20 centavos nas tarifas do transporte público. Mas não demorou muito para o país ser sacolejado por manifestantes de sul a norte, de leste a oeste, sem, dessa vez, uma pauta específica que unificasse as manifestações.

3 A IMAGEM COMO DISCURSIVIDADE

A releitura do quadro de Magritte é aqui tomada como discursividade. Ou seja, o que está em questão é seu funcionamento na produção de sentido. Mais do que sua composição, marcada pela diferença visual e verbal, as condições de produção ligam a imagem a sua exterioridade. Orlandi (2006, p. 16) afirma:

Esta ligação [ligá-lo a sua exterioridade], no entanto, não coloca o texto [imagem] como um documento no qual veríamos ilustrados os sentidos já constituídos em outro lugar, mas como monumento, como diria Foucault, em que a própria textualidade traz nela mesma sua historicidade, isto é, o modo como os sentidos se constituem, considerando a exterioridade inscrita nela e não fora dela.

Assim, a relação contraditória, nesse recorte, é o motor do efeito de sentido não somente no interior da imagem, mas produzido nessa exterioridade interior, dada pelas

condições de produção que determinam o *já lá* do sentido construído historicamente. Aqui, aderimos às pistas de Pêcheux sobre o *On a gagné* (Ganhamos), que “‘faz trabalhar’ o acontecimento (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar.” (PÊCHEUX, 1990, p. 19). Seria prematuro, contudo, tomar a imagem *Ceci n’est pas vingt cents* como um acontecimento discursivo tal qual Pêcheux analisou o *On a gagné* na vitória de François Mitterrand nas eleições de 1981, na França. Não há dúvida de que, de início, somos seduzidos a esse passo, sendo percebido de forma literal o movimento de reprodução e de transformação.

Nesse espaço do óbvio, a forma literal de perceber a reprodução/transformação de uma obra de arte para uma imagem de protesto do primeiro gesto de interpretação conduz, ao contrário, a um acontecimento enunciativo, entendendo que a mudança não pressupõe a abertura de uma nova formação discursiva. Para fazer funcionar assim a análise de discurso, a começar por esse primeiro gesto de leitura, parece fundamental descrever/interpretar sua projeção com base em determinada formação discursiva, como a materialização, na linguagem, das formações ideológicas.

4 ISTO NÃO É UM CACHIMBO E CECI N’EST PAS VINGT CENTS ECOAM A MESMA FORMAÇÃO IDEOLÓGICA?

Para Pêcheux (1995, p. 160), as formações discursivas constituem aquilo que, “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito”. Os indivíduos então passam a ser interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas, “que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

Ora, ao tomar a releitura como uma textualidade, ou seja, como uma materialidade específica do discurso, há certa regularidade no dizer que evoca uma posição do sujeito numa formação discursiva que, por sua vez, determina o seu dizer. Há, na releitura, identificação (estabilização) de sentido (sentido do quadro de Magritte e sentido da releitura), fazendo funcionar, na afirmação/contradição (texto/imagem), uma negação em relação a outros discursos, como se a própria tensão interna fosse também o dado a ver de um movimento de luta de classes.

Tomemos o discurso do comentarista do *Jornal da Globo* Arnaldo Jabor, que, no dia 12, seis dias após o primeiro protesto nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, comparou as ações do MPL com as do Primeiro Comando da Capital (PCC) – comentário noticiado pela mídia corporativa² como criminoso:

² O termo *mídia corporativa* inclui os conhecidos meios de comunicação de massa que compõem a cena da *indústria cultural*, e foi cunhado por Adorno e Horkheimer na publicação de *Dialética da esclarecimento* (1985), de 1944, para destacar a dimensão estrutural das sociedades totalitárias e, também, das democracias capitalistas, em que impera, nessas últimas, a ditadura do mercado. A indústria cultural é, assim, uma das estruturas de alienação responsáveis pela reprodução do *status quo*. Mídia corporativa refere-se também aos conglomerados de meios de comunicação que não se limitam mais aos consagrados meios de comunicação de massa – jornais, rádio, cinema, TVs –, mas que adquirem uma plasticidade pouco mensurável do ponto de vista de seu alcance e estratégias, por intermédio da internet e de negócios em âmbito global.

Mas, afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de 20 centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível. Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis-molotovs, que ganham muito mal³.

Podemos considerar que o efeito de sentido da releitura está associado, em certa medida, a outros dizeres determinados pelas condições de sua produção. Assim, teríamos dois deslocamentos de sentido: o primeiro relaciona a obra à releitura; e o segundo, o que a mobilizou, refere-se ao jogo de luta de classes, no qual se configura o complexo de formações discursivas, definido aqui pelo recorte do comentário de Jabor: “Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos”⁴.

A luta de classes aparece enunciada, de forma explícita, no discurso do próprio comentarista, ao produzir sentido como o outro no confronto (que desestabiliza o sentido dominante), do que é ser de esquerda. A luta ideológica materializa-se nos discursos sob determinadas condições de produção.

O acontecimento da releitura está relacionado, enquanto plano de expressão, com o quadro de Magritte, o que nos leva a observar certa identificação dos sentidos entre quadro e imagem.

5 ISTO NÃO É UM CACHIMBO E O EFEITO MÜNCHHAUSEN

O filósofo francês Michel Foucault destaca do quadro de Magritte um ponto que vem ao encontro da análise da releitura: “Ele me parece ser feito dos pedaços de um caligrama desfeito. Sob as aparências de um retorno a uma disposição anterior, ele retoma suas três funções, mas para pervertê-las, e perturbar com isso todas as correspondências tradicionais da linguagem e da imagem.” (FOUCAULT, 2001, p. 251).

Figurar e dizer, dois movimentos presentes na obra de arte, deveriam, no esperado, funcionar como num caligrama, por tautologia, mas, ao criar tensão entre os dois, parecem desmontar a função da ideologia dominante. *Isto não é um cachimbo* vem logo abaixo da imagem realista de um cachimbo, como se quisesse denunciar (desfetichizar) um processo de naturalização da linguagem (fetichização).

Seria como a cabeça do Barão de Münchhausen suspensa do próprio corpo? No filme *O (re)encontro do Barão de Münchhausen com o rei da Lua*, de 1988, do diretor Terry Gilliam, funciona esse lugar de desnaturalização. Nesse caso, a crítica é para o lugar ocupado pela razão no auge do pensamento iluminista, no século XVIII. Quando o barão interroga a cabeça suspensa do corpo, mas integrada à lua, se está um tanto desconfortável, é então surpreendido: “Nada! Não está vendo que estou integrado ao cosmo? [...] Aquilo que não conheço eu crio”.

³ Trecho do comentário de Arnaldo Jabor disponível em: <http://tinyurl.com/m6y3fa7>. Acesso em: 18 jul. 2017.

⁴ Trecho do comentário de Arnaldo Jabor disponível em: <http://tinyurl.com/m6y3fa7>. Acesso em: 18 jul. 2017.

Pêcheux usa como ironia outra passagem das aventuras do barão para nos falar do *efeito Münchhausen*: “Vamos nos deter, propondo atribuir a esse efeito *fantástico* – pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito – o nome de ‘efeito Münchhausen’, em memória do imortal barão que se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos” (PÊCHEUX, 1995, p. 157). Suspende-se pelos ares é, também, o “sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso.” (PÊCHEUX, 1995, p. 158).

O descompasso das aventuras do barão com a crença da ciência do século XVIII, na efervescência da filosofia moderna de desenvolver um saber para além da ideologia, como se se pudesse tocar o real, é apropriado por Pêcheux (1995) como o sujeito que não percebe o que o mantém suspenso, ou seja, a ideologia.

A ideologia, para Pêcheux, com base em Althusser, “*não possui um exterior* (para si mesma) mas [...] ao mesmo tempo *ela é exterioridade* (para a ciência e para a realidade)” (PÊCHEUX, 1995, p. 177, grifos do original). Isso leva-nos a entender que a releitura não pode acontecer fora de uma posição ideológica.

Assim, a releitura da pintura de Magritte não é somente uma modificação nos dois campos de visibilidade (figurar e dizer), porém muito mais. Trata-se de uma mudança de posição do sujeito.

6 / ISTO DENTRO E FORA DO QUADRO E DA IMAGEM

Tomemos o pronome demonstrativo *isto* (*ceci*), que abre as afirmações na obra de Magritte e na releitura. Os pronomes demonstrativos situam, na língua, os seres no tempo e no espaço. Essa regra da gramática tem *valor* semelhante para a análise do discurso, acrescido de que para a segunda o sujeito está implicado na língua, que, por sua vez, materializa a ideologia. Assim, seria mais correto dizer que o caminho é invertido: o sujeito da e na língua é determinado por sua posição ideológica, quando a língua determina somente os seres da gramática no tempo e no espaço.

Convém agora interrogar, primeiramente, a função do *isto* na obra de Magritte. Foucault (2001, p. 252-253) dá a chave desse processo:

“Isto” (este desenho que você vê e do qual, sem dúvida alguma, reconhece a forma) “não é” (não está substancialmente ligado a..., não é constituído por..., não recobre o mesmo material que...) “um cachimbo” (quer dizer que essa palavra que pertence à sua linguagem, feita de sonoridade que você pode pronunciar, e que traduzem as letras que você está atualmente lendo).

Nesse primeiro gesto de leitura, Foucault (2001) mostra a contradição entre figurar e dizer no quadro. *Isto não é um cachimbo* poderia ser lido, simplesmente: não é um cachimbo, mas *isto* funciona como um indiciamento para o nosso olhar se mover para a forma *cachimbo*, e daí vem a afirmação de que não há nada além da imagem. *Isto* afirma que aquilo não é um cachimbo.

Mas outra leitura poderia ser feita:

“Isto” (este enunciado que vocês estão vendo se ordenar sob seus olhos em uma linha de elementos descontínuos, e do qual isto é ao mesmo tempo o designante e a primeira palavra) “não é” (não poderia equivaler nem tomar o lugar de..., não poderia representar adequadamente...) “um cachimbo” (um dos objetos que vocês podem ver, ali, acima do texto, uma figura possível intercambiável, anônima, portanto inacessível a qualquer nome (FOUCAULT, 2001, p. 253).

Nesse segundo gesto de leitura, a contradição (mesmo que Foucault negue esse termo) não diz respeito a uma referência, mas simplesmente à diferença dos significantes linguístico (*isto*) e icônico (imagem), em que um não pode, nunca, ocupar/representar o lugar do outro, cujo *valor* se dá pela diferença, como demonstra Foucault (2001): /isto... / [a afirmação] não é [a imagem].

A operação, por fim, diz Foucault (2001), fez com que a pintura cessasse de afirmar. Mas não seria o inverso dessa operação o discurso na releitura dos protestos de junho de 2013?

Tomemos agora a imagem com a afirmação *Isto não são vinte centavos* e acima os elementos plásticos com a figuração de quatro moedas somando 20 centavos, alternadas entre cara e coroa. Diferentemente da imagem de um cachimbo e da palavra *cachimbo*, temos quatro imagens de moedas que só poderiam representar R\$ 0,20 na soma. Intensifica-se mais ainda essa lógica ao passo que os elementos plásticos são representados de forma alternada entre cara e coroa.

À análise deve-se, talvez, proceder não pela tensão entre os elementos linguístico e plástico que compõem a mesma imagem, mas por sua função indiciária (exterioridade), que caracteriza a releitura, de que *isto* não é o quadro de Magritte, ao passo que esse jogo de presença e ausência passa a ter outro sentido na posição ocupada pelo autor (função-autor). *Ceci n'est pas vingt cents* poderia agora ser lido como: nossa luta não é pelos R\$ 0,20, mas pelo “transporte [gratuito] como direito, aliás fundamental para a efetivação de outros direitos, na medida em que garante o acesso aos demais serviços públicos”⁵ (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013, p. 16), no entanto nota-se que, além do valor da tarifa do transporte, havia um *a mais* anunciado pelo pronome demonstrativo *isto*. A imagem colocava os sujeitos diante de um deslocamento de sentidos. Ela fazia circular a memória discursiva de uma conhecida obra de arte, ao mesmo tempo que produzia um novo sentido.

Nessa releitura, que não funciona como paráfrase, impõem-se necessariamente relações de contradição, e se “abre possibilidade de deslocamento porque expõe o sujeito ao sentido” (LAGAZZI, 2010, p. 181). Esse deslocamento tem relação com o *estranho*, já citado, e também com a falta que mobiliza o sujeito e produz deslocamento na cadeia significante. Retorna-se novamente ao texto de Lagazzi (2010), quando apresenta a fórmula de Lacan – “o deslocamento é uma metonímia” –, o qual expressa que “o desejo de outra coisa é o que falta sempre” (LAGAZZI, 2010, p. 180). Logo, a imagem organiza a relação do sujeito com a falta e com o desejo, pelos quais o sentido se formula a partir das materialidades significantes. As inquietações acerca da representação no campo da

⁵ O MPL de São Paulo produziu um capítulo do livro *Cidades Rebeldes* (2013), editado pela Boitempo e pelo portal Carta Maior.

arte produzidas por Magritte em 1928/29 naquele contexto específico não foram necessariamente lembradas na produção desse novo sentido; antes, a memória discursiva foi mobilizada para, em outro contexto, dizer sobre o indizível nos protestos de 2013.

Há sempre outra cena a que o discurso se refere. Essa outra cena, que na psicanálise diz respeito ao inconsciente, para a análise do discurso constitui o interdiscurso, ou seja, o *já-dito*, no sentido de um dizer que antecede o próprio sujeito assujeitado à língua, na ideologia, por meio das formações discursivas. Nessa teia discursiva, pouco importa se a releitura é anônima (embora a própria assinatura de Magritte integre a nova imagem), já que o sujeito decorre de uma posição e, na imagem em questão, funciona na posição discursiva em que o MPL está inscrito.

Há a função-autor na releitura, e seu sentido está previamente demarcado, estruturando a posição do sujeito do discurso. Para Orlandi (2001), na produção do discurso há a inscrição do “outro”, para quem se endereça a produção de sentido, e a função-autor tem seu duplo efeito-leitor.

Não se pode falar do lugar do outro; no entanto, pelo mecanismo da antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera como sua escuta e, assim, “guiado” por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, com um seu duplo. (ORLANDI, 2001, p. 61)

Há em *Ceci n'est pas vingt cents* identificação com a discursividade do MPL. Há uma forma-sujeito (Althusser) que constitui o imaginário (Lacan) em que o sujeito do discurso está implicado, o que nos leva a articular o sujeito como efeito de discurso. Temos aqui uma relação com a tese de Foucault (2001) à obra de Magritte, de que é a *ausência* de lugar-comum que passa a sustentar a tensão entre os elementos do quadro. Somos tentados a dizer que é na luta de classes, ou, para dizer de outro modo, que é na tensão entre diferentes posições de sujeito, sustentadas pelo complexo de formações discursivas, que o sujeito do discurso se sustenta, ou seja, como um efeito (ou, em termos lacanianos, como semblante do outro).

Se há um gesto de leitura (recorte) na releitura do quadro de Magritte, o sentido constitui-se como um feixe (efeito de completude) na sua relação de luta de classes. Um bom exemplo disso é o caso já citado do comentarista do *Jornal da Globo* Arnaldo Jabor, ocupando uma posição ideológica nos protestos de junho de 2013.

Poderíamos interrogar: a quem Jabor está servindo? De quem ele se projeta como representante? Não basta dividir a sociedade entre aqueles que enfrentam os governantes e aqueles que os defendem. Retomemos uma parte já citada: “Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui”⁶.

Ora, quando Jabor diz que *aqui* ainda se defende uma caricatura violenta da velha esquerda, é, sobretudo, aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente de 2003 a 2011, e de Dilma Rousseff, presidente de 2011 a 2016, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), que ele se refere.

⁶ Trecho do comentário de Arnaldo Jabor disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=RsYB2XpC7l0>. Acesso em: 13 maio 2019.

Não seria isso que Pêcheux quis nos dizer quando falou do caráter material do sentido?

O *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo do original).

Tomemos o texto *A derrubada do aumento: uma narrativa política*, em que os autores descrevem os passos, dia após dia, do MPL durante os protestos, de 6 a 19 de junho, e a repercussão na grande mídia comercial. Ao apresentar o discurso de Jabor, os autores localizam o articulista: “Já no *Jornal da Globo*, o comentarista ultraconservador Arnaldo Jabor faz longo comentário que prepara a recepção dos protestos do dia seguinte” (JUDENSNAIDER *et al.*, 2013, p. 81). Na sequência vem o texto já reproduzido, em parte, neste artigo.

Se, por um lado, Jabor posiciona os manifestantes do MPL como “a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui”, por outro o discurso dos autores, em sintonia com o MPL, posiciona o comentarista como ultraconservador. É nessa relação que o sentido faz sentido, estando, antes mesmo de ser materializado, presente no complexo de formações discursivas.

Ora, evidencia-se que o comentário de Jabor no *Jornal da Globo*, em 13 de junho de 2013, está inscrito em uma formação discursiva que, ao mesmo tempo que busca encobrir a luta de classes, se constitui como dominante.

7 DUAS IMAGENS, UM ACONTECIMENTO

Retomemos o *efeito Münchhausen*. Estar suspenso nos ares pelos próprios cabelos pode ser o mesmo que estar alienado à força que faz gravitar, ou que naturaliza a realidade construída. A releitura, aqui, pode funcionar nesse lugar, alienada à formação discursiva? Há sempre outra cena que nos move, a do interdiscurso.

Se a identificação da releitura com a obra de Magritte e, ao mesmo tempo, com o MPL se destaca, isso leva-nos a defender a tese de que estamos diante de um acontecimento discursivo. O processo é bem diferente do exemplo citado por Pêcheux, de *On a gagné*, em que o “grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto era mais improvável.” (PÊCHEUX, 1990, p. 21).

O improvável pode ser lido como um processo de desidentificação da forma-sujeito-eleitor. Ou seja, a formação discursiva constitui o território do interdiscurso, do que pode ser dito em determinada posição discursiva. É o rompimento de uma estrutura, caracterizando um acontecimento discursivo, com a abertura para uma nova estrutura.

Quando Marcelo Pomar (2013), que participou da fundação do MPL, faz um panorama histórico do movimento destacando a Revolta do Buzu, de Salvador, em 2003, passando pela Revolta da Catraca, de Florianópolis, em 2004, com a defesa pela lei do passe livre, depois a participação no Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre, etc., ele acaba materializando um campo discursivo. É nesse sentido que a releitura passa a ser analisada como um acontecimento enunciativo, que, ao mesmo tempo, marca uma mudança de posição discursiva em relação à obra de Magritte. O sentido integra um já dito (interdiscurso) cuja condição de produção ocorre no campo da luta de classes.

Outra imagem digital, publicada na *Folha Online*⁷, em 23 de junho de 2013, um desenho com duas moedas de 10 centavos e, logo abaixo, *Ceci n'est pas 20 centavos*⁸, difere totalmente da posição discursiva da imagem anônima que analisamos neste trabalho. Nessa imagem, vê-se a assinatura *Bybia*, como se o desenho fosse a extensão de um autor e no qual o jornal ancora a interpretação do leitor com a legenda: “Cartaz para dizer [*sic*] que a luta não é apenas pelos vinte centavos fazendo referência à obra ‘Ceci n'est pas une pipe’ (isto não é um cachimbo), de René Magritte”.

8 CONSIDERAÇÕES

O estranho objeto em análise é o que mobiliza novos processos de subjetivação, produzindo mudanças no que Pêcheux (1995) chama de *forma-sujeito*. Em *Semântica e discurso* (PÊCHEUX, 1995), o sujeito é designado por determinada formação discursiva, o que constitui sua forma-sujeito, produzindo efeito de unidade do sujeito. Para o autor, “a forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira.” (PÊCHEUX, 1995, p. 266). O *non-sens* estaria na ordem desse estranho objeto, que em Lacan (2005) é nomeado como *objeto a*.

Os momentos de mudança, como a crise de representação que contribuiu para a tomada das ruas por manifestantes pelo país afora em junho de 2013, contribuem para processos de dessubjetivação, tornando mais evidente a abertura para novos processos de subjetivação.

Nos jogos de poder que envolveram a produção discursiva de junho de 2013 – como o processo de criminalização dos manifestantes na primeira semana de paralisações pela mídia corporativa e, posteriormente, sua adesão aos protestos ao incluir entre as pautas críticas ao governo federal –, talvez tenham sido fortalecidas mais ainda as forças conservadoras deste país, mas isso não exclui discursos de ruptura que colocaram sob rasura os sentidos dominantes e de controle da sociedade.

⁷ Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/17234-v-de-versos#foto-291891>. Acesso em: 2 ago. 2018.

⁸ Diferentemente na imagem selecionada como objeto de instigação neste artigo, nesta outra imagem publicada na *Folha online* a inscrição final aparece em português: “centavos”.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- FOUCAULT, M. Estética: literatura e pintura, música e cinema. *Ditos e Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FREUD, S. O estranho. In: FREUD, S. *História de uma neurose infantil*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XVII.
- GARCIA-ROSA, L. A. *Acaso e repetição em psicanálise*: uma introdução à teoria das pulsões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMAN, S.; FERREIRA, M. C. L. *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.
- JABOR, A. Comentário. *Jornal da Globo*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RsYB2XpC710>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- JUDENSNAIDER, E. *et al. Vinte centavos*: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.
- LACAN, J. *O seminário, livro 10*: a angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LAGAZZI, S. Linha de passe: a materialidade significante em análise. *Rua*, v. 2, n. 16, p. 172-182, 2010.
- MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- O (RE)ENCONTRO DO BARÃO de Münchhausen com o rei da Lua. Direção: Terry Gilliam. Los Angeles: Columbia Pictures, 1988.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.). *Introdução às ciências da linguagem*: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-31.
- PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura e acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al. Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- SOUZA, P. de. Acidente ou ataque? Leitura de imagem e imagem de leitura. In: *Signos*, Ano 22. Lajeado (RS): Univates Editora, 2001. p. 7-20.
- POMAR, M. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, E. *et al. Vinte centavos*: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.
- QUINODOZ, J.-M. *Ler Freud*: guia de leitura da obra de S. Freud. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- ŽIŽEK, S. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, D. *et al. Occupy*: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190206-6518>

**CULTURA É O QUE É FALADO? RELATOS DE EXPERIÊNCIAS
DE QUASE-MORTE COMO NARRATIVAS DE SENTIDO
IS THE CULTURE WHAT IS SPOKEN? REPORTS OF
NEAR-DEATH EXPERIENCES AS NARRATIVES OF SENSE
¿LA CULTURA ES LO QUE SE HABLA? RELATOS DE EXPERIENCIAS
DE CASI-MUERTE COMO NARRATIVAS DE SENTIDO**

Arlindo Netto*

**Universidade Federal de Pernambuco
Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Recife, PE, Brasil**

RECEBIDO EM: 18/08/18

APROVADO EM: 21/03/19

Resumo: O presente artigo, a partir dos relatos de Experiências de Quase-Morte catalogados em entrevistas, analisa a importância da linguagem na construção de narrativas de sentido. De modo qualitativo, o texto argumenta como perspectivas individuais podem revelar contextos culturais. Para tal, os questionamentos são embasados em três pontos centrais: (1) Como são construídas as narrativas das Experiências de Quase-Morte por quem as experienciou?; (2) Quais as implicações dessas narrativas na percepção simbólica e na linguagem?; e (3) Como tal experiência regula os padrões emocionais dos informantes a partir da linguagem, produzindo o que pode ser chamado de idioma cosmológico? Um dos principais resultados encontrados consiste na importância da linguagem na produção da cultura humana, uma vez que ela se apresenta como o meio essencial de expressão de sentidos e por onde são compartilhados sentimentos, pensamentos, emoções, ações e tempos, desenvolvendo, conseqüentemente, sistemas de sentidos (mitos, artes, religião, família, economia e política).

Palavras-chave: Cultura. Linguagem. Narrativas. Experiências. Morte.

Abstract: This article, based on the reports of the Near-Death Experiences cataloged in interviews, analyzes the importance of language in the construction of narratives of meaning. In a qualitative way, the text argues how individual perspectives may reveal cultural contexts. Thereunto, the questions are based on three central points: (1) How are the narratives of Near-Death Experiences constructed by those who experienced them? (2) What are the implications of these narratives on symbolic perception and language? and, (3) How does such experience regulate the informants' emotional patterns from language, producing what may be called the cosmological language? One of the main results found is the importance of language in the production of human culture, because it presents itself as the essential medium of expression of the senses and through which feelings, thoughts, emotions, actions and times are shared, consequently developing systems (myths, arts, religion, family, economy and politics).

Keywords: Culture. Language. Narratives. Experiences. Death.

* Doutor em Antropologia pela UFPE (2018). Bolsista PNPd/CAPES do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) na UFPE – Campus Recife. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8033-2504>. E-mail: arlindo.netto@hotmail.com.

Resumen: *Ese artículo, desde relatos de Experiencias de Casi-Muerte catalogados en entrevistas, analiza la importancia del lenguaje en la construcción de narrativas de sentido. De modo cualitativo, el texto argumenta como perspectivas individuales pueden revelar contextos culturales. Para ello, los cuestionamientos son basados en tres puntos centrales: (1) ¿Cómo son construidas las narrativas de Experiencias de Casi-Muerte por quien las hay tenido como experiencia?; (2) ¿Cuáles implicaciones de esas narrativas en la percepción simbólica y en el lenguaje?; y (3) ¿Cómo tal experiencia regula los padrones emocionales de los informantes desde el lenguaje, produciendo lo que puede ser llamado de idioma cosmológico? Uno de los principales resultados encontrados consiste en la importancia del lenguaje en la producción de la cultura humana, una vez que ella se presenta como medio esencial de expresión de sentidos y por adonde son compartidos sentimientos, pensamientos, emociones, acciones y tiempos, desarrollando, consecuentemente, sistemas de sentidos (mitos, artes, religión, familia, economía y política).*

Palabras clave: *Cultura. Lenguaje. Narrativas. Experiencias. Muerte.*

1 INTRODUÇÃO

A morte é um fenômeno natural. Em sentido biológico, ela ocorre devido ao esgotamento do corpo; já em sentido sociocultural, a morte é expressa de modo diverso, quase sempre atrelada a uma atmosfera mística e mítica, onde o simbólico se revela e a imaginação corrobora o mundo dos símbolos.

Os relatos de Quase-Morte que pude catalogar ajudam a questionar como nos relacionamos com a natureza, com nossa cultura e, sobretudo, com nossa capacidade simbólica e reflexiva a partir das narrativas que construímos. A Experiência de Quase-Morte (EQM) consiste num fenômeno pelo qual pessoas que morreram clinicamente por um período durante uma parada cardiorrespiratória, tendo sua morte revertida, relatam ao acordar que viram, sentiram e/ou ouviram algo durante o tempo em que estavam clinicamente mortas.

Numa parada cardiorrespiratória o paciente entra em anóxia em apenas dez segundos, perdendo sua atividade cortical. Com o córtex cerebral inativo, biologicamente, é impossível qualquer tipo de atividade cognitiva. O córtex é o local onde surgem as representações simbólicas. As informações que ele recebe são processadas e integradas, e automaticamente responde com uma ação. Essa região cerebral também é responsável fisiologicamente pela linguagem, percepção, emoção, cognição e memória. Nos humanos, o desenvolvimento do córtex permitiu o aprimoramento da cultura e do pensamento abstrato, como já descreveu Gosden (2012). Contudo, as pessoas que passaram por uma EQM narram a experiência como se suas funções cognitivas não estivessem comprometidas, continuam apreendendo o mundo a partir da audição, da visão, da linguagem e da memória durante a parada cardiorrespiratória.

A dimensão biológica do corpo está atrelada diretamente à concepção cultural, e, igualmente, à emocional e cognitiva. Como seres relacionais e contextuais não somos apenas compostos pela dimensão biológica, somos igualmente influenciados pelas contingências da história. Em certa medida, a dimensão cultural com toda a sua potencialidade de ação pode ser muito mais poderosa do que outros aspectos aos quais estamos sujeitos, como, por exemplo, os nossos genes.

Nesse sentido, analisar relatos de pessoas que passaram por tal experiência mostra-se relevante pois pode evidenciar relações importantes entre narrativa, linguagem e cultura. Desse modo, neste artigo, descrevo e analiso (1) como são construídas as narrativas das EQMs por quem as experienciou; (2) quais as implicações dessas narrativas na percepção simbólica e a sua relação com a linguagem; e, (3) como tal experiência regula os padrões emocionais desses informantes a partir da linguagem, produzindo o que Herzfeld (2014) chama de “idioma cosmológico”. Para, enfim, propor a ideia de que a cultura é o que se diz, uma vez que essas narrativas podem revelar contextos culturais, onde a linguagem falada é importantíssima na construção simbólica e na concepção cognitiva da cultura.

Para tal, a base empírica da presente análise consiste no relato de seis informantes – três homens e três mulheres – que experienciaram uma quase-morte. Todos eles são brasileiros, advêm da classe média, possuem alguma ocupação profissional e tiveram acesso ao sistema educacional formal. Do ponto de vista médico, são saudáveis e não apresentam nenhum tipo de disfunção psicológica. Todos foram entrevistados em profundidade e narraram suas histórias de vida e suas respectivas EQMs. A partir da verbalização de suas experiências foi possível entender como eles socializam suas sensações, sentimentos e concepções de mundo.

2 EXPERIÊNCIAS DE QUASE-MORTE: UM BREVE RELATO

Kenneth Ring (1999), psicólogo da Universidade de Connecticut, foi um dos primeiros pesquisadores a sistematizar e examinar cientificamente as EQMs, caracterizando o que ele chamou de “núcleo”. Ring percebeu que a presença de um sentimento de paz e de alguma experiência fora do corpo – como entrar na escuridão ou ver luzes ou entrar na luz –, constituíam-se como centrais nos relatos catalogados por ele.

Ainda, segundo Ring (1999), uma EQM produz diversos efeitos psicológicos, entre os quais se destacam: (1) a redução ou extinção do medo da morte e maior gosto pela vida; (2) a conscientização da importância do amor; (3) a sensação de união com todas as coisas; (4) a valorização do conhecimento; (5) maior responsabilidade pela própria vida; (6) a ampliação do vigor e da atividade mental e física; (7) uma reavaliação das coisas materiais da vida; (8) um profundo senso de missão; e (9) um sentido de urgência e reavaliação das prioridades.

De modo análogo, Noyes (1980) examinou 215 pessoas que passaram por uma EQM, e ao analisar seus efeitos sob a vida dessas pessoas, comparando seus comportamentos e posturas de antes e depois da experiência, ele encontrou um padrão de mudanças qualificadas como positivas. Essas mudanças positivas referem-se a atitudes, condutas, crenças, valores, incluindo a ausência do medo da morte, sentimento de pertencimento ao mundo, constante crença na continuidade da existência, valorização da vida, reavaliação de prioridades e melhora de atitudes para com os outros e consigo.

Resumidamente, esses são os principais aspectos estruturais que constituem uma EQM, e que, de modo geral, costumam estar presentes simultaneamente nas narrativas desse tipo. Segue abaixo um relato, embora resumido, de um dos informantes, a fim de que as características acima citadas fiquem evidentes¹:

Informante: Carmem, 53 anos, casada, jornalista, ano da EQM: 2011.

Tudo aconteceu quando eu tive que fazer uma cirurgia no coração. Na época fiz uns exames e tive que fazer uma angioplastia. A cirurgia aparentemente correu bem, porém quando saí da sala de cirurgia tive uma parada cardíaca. E foi justamente durante a parada que eu despertei. Não meu corpo, mas meu eu Carmem. Eu, Carmem em alma. [...] inicialmente eu achei que estava sonhando, porque acordei de repente, no susto. Acordei e vi meu corpo ao lado, deitado na maca. E vi os médicos fazendo os tais procedimentos, ouvi os aparelhos apitando e vi uma enfermeira [...] pensei logo que tinha desencarnado [risos]. Mas na hora que pensei isso, me veio uma sensação de paz. Rapaz, eu fui invadida por aquela sensação que era impossível eu acreditar que iria morrer. [...] Na mesma hora eu pensei: ‘Calma, Carmem. Você está apenas fora do corpo’. Foi quando eu vi entrar na sala um homem e uma mulher, os dois vestidos de branco. O homem de camisa e calça brancas, e a mulher, de vestido branco. Ambos eram lindos, deviam ter entre 40 e 50 anos, eles entraram flutuando na sala. Quando os vi, fui invadida por uma paz, por uma sensação de calma e de ternura. Eles então chegaram perto de mim. A mulher olhou para mim, sorriu e me disse: ‘Filha minha, vamos dar um passeio, você ficará bem’. E então ela encostou a mão direita na minha testa e nós fomos instantaneamente transportados para uma grande sala, parecia um *hall* de um desses teatros europeus. Mas não havia ninguém ao redor. Só eu, e eles na minha frente. Então ela novamente olhou para mim, com um sorriso lindo. De todos os dois refletia uma luz linda. Eles não se identificaram, eu nunca os vi antes. Ela falou assim para mim: ‘Carmem, sua oportunidade de viver não acabou ainda. Você voltará e entenderá o que aconteceu, faça seu melhor. Você é uma grande mulher, sua filha precisa de você, seu companheiro também. Você só precisa descobrir como viver melhor, e estamos aqui para que você não esqueça disso. Olhe a vida para além do agora, estamos sempre com você, não desista nunca’. Na mesma hora eu senti e vi uma luz sair do meu peito, e ela foi crescendo e invadindo todo o salão. Foi clareando, na verdade, foi ofuscando, porque o local era claro. Como um farol de carro. Até que me ofuscou e eu não conseguia ver mais os dois nem nada ao meu redor. A luz tomou todo o ambiente e eu voltei para o corpo. Acordei e já estava no quarto do hospital, haviam acabado de tirar a sedação. Fiquei uma semana no hospital, me recuperei e recebi alta do hospital depois de uma semana. [...] todas às vezes que tento contar o que senti, fico com a sensação de que faltam palavras para dar conta. Mas posso te dizer que foi [senti] uma sensação de plenitude. E, por incrível que pareça, essa sensação me acompanha até hoje. É uma mistura de paz, felicidade, alegria, de que não existem problemas, de que estamos conectados com o universo. Tenho a plena consciência de que somos parte de algo muito maior. [...] quando eu acordei já no quarto do hospital, eu sabia o que houvera acontecido comigo. Sabia que tinha vivido algo que não é comum, mas que é possível de acontecer com qualquer um. Quando voltei para casa e já estava bem da cirurgia procurei um psiquiatra para me informar mais sobre os fatos. No fim das contas, eu fui por causa do meu marido. Eu inventei de contar a ele, e acho que ele ficou assustado, queria saber se eu não teria ficado com alguma sequela [risos]. A médica foi gentil e concluiu que era isso mesmo, houvera uma Experiência de Quase-Morte. Eu sei que a medicina não tem um consenso sobre o assunto. Essas coisas que envolvem o cérebro são complexas. Quanto mais se sabe, menos certezas eles têm. O fato é que estou aqui e sei o que passei. Fico na esperança de que a

¹ A decisão de transcrever aqui apenas um relato (quase) completo da EQM de um dos informantes, e a partir dele desdobrarem-se as análises, advêm da otimização do espaço. As conclusões deste artigo só foram possíveis pelo conjunto de relatos etnografados durante o trabalho de campo para minha pesquisa de doutorado. Assim, o relato-chave utilizado aqui não é suficiente, mas traz elementos importantes, mostrando-se como modelo para a análise.

medicina evolua e consiga de alguma maneira provar que a consciência é mais do que eles pensam. [...] hoje sou outra mulher. Posso dizer que sou realizada. Eu era insatisfeita com tudo, chata e ‘reclamona’. Àquele estilo de vida não me levaria a lugar nenhum, eu iria me tornar uma velha chata e amarga. A vida sabe do que precisamos. O recado que me foi dado por aqueles dois seres de luz, foi fundamental para eu me transformar. [...] hoje sou uma mãe melhor, uma esposa melhor também. Aprendi uma coisa que eu custava em aceitar: é preciso escutar mais os outros.

A partir de relatos como o citado acima foi possível identificar a organização e como são constituídas estruturalmente as narrativas das EQMs. A organização narrativa consiste em 5 momentos, os quais são: (1) busca-se identificar o evento que ocorreu; (2) narra-se o acontecido; (3) a experiência é clinicamente atestada; (4) dá-se sentido particular à experiência; (5) é expressa narrativamente uma mudança no arcabouço moral, por meio de um relato. Essa é a sistematização da narrativa de quase-morte, e o relato acima serve de modelo para que a estrutura narrativa possa ser evidenciada.

3 OS RELATOS DE QUASE-MORTE: CADA CASO É UM CASO COM ELEMENTOS COMPARTILHADOS

Não seria estranho argumentar que as similaridades encontradas nas formas pelas quais o mundo é simbolicamente constituído, de algum modo, devem revelar como a mente é constituída. Essa ideia não é nova, já servia de hipótese para Lévi-Strauss (2012[1949]), por exemplo. De fato, as similaridades devem dizer algo sobre o modo como os arcabouços culturais são organizados. O modo particular de cada grupo expressar culturalmente seus variados modos de significação não seria a demonstração da existência da mente humana, mas, sim, a maneira como os diferentes significados estão relacionados.

Gregory Bateson (1991) considera que as metáforas, as histórias e até parábolas, como as da bíblia, são exemplos de como funcionam a mente e o pensamento humanos. A metáfora seria uma espécie de linguagem da natureza, e, além de deixar evidente como a mente humana se manifesta, a metáfora expressa a similaridade estrutural, ou o que ele chamou de o “padrão que une”, segundo Bateson. Em complemento, para Maluf (1999) a única forma de falar sobre a experiência humana é pela narrativa. As narrativas individuais e coletivas são um caminho para a compreensão humana, uma vez que a construção de narrativas e cenários é uma característica culturalmente compartilhada. Como especificou a autora, em toda narrativa de vida há um problema central que demarca todo o percurso narrado. Perceber e interpretar essa problemática é dar conta da “[...] ‘quintessência’ da experiência e da auto-reflexão que constituem a narração.” (MALUF, 1999, p. 78).

Por sua vez, Starobinski (1970) observou que narrativas autobiográficas estão quase sempre embasadas numa transformação pessoal. Desdobrando essa perspectiva, Maluf (1999), ao analisar narrativas que tratam de trajetórias terapêutico-espirituais, percebeu a presença de uma mudança pessoal como base narrativa dessas trajetórias – de tal modo que o ato de narrar não se resume apenas a contar algo: narrar pode também ser entendido como um ato reflexivo, no qual pensa-se sobre os sentidos e significados da experiência.

Assim, o antes e o depois da experiência são importantes nas narrativas de quase-morte; são esses dois momentos que permitem ao informante demonstrar como deixou de ser quem era e em quem se transformou.

Lévi-Strauss (2004) argumenta que não é preciso ser racional para ser empírico. Para ele, a racionalidade não é contígua aos fatos empíricos. Mitos, narrativas e sonhos, mesmo sendo apenas objetos do pensamento, agiriam sobre a vida prática. Os usos que damos às coisas são variáveis e sua utilidade depende da maneira como as conhecemos, ou seja, os significados são contextuais. É isso o que nos interessa agora: compreender, a partir das narrativas, como se organizam os relatos de uma experiência tanto de modo individual como coletivo. Hervieu-Léger (1990), por sua vez, argumenta que narrativas individuais podem revelar a dimensão coletiva das experiências. Essa perspectiva foi denominada “singularidade absoluta do percurso de cada um”, a qual, segundo Hervieu-Léger, suscita um questionamento essencialmente antropológico: como podemos relacionar narrativas particulares e, portanto, únicas, com estruturas e significados coletivos, percebendo a unicidade entre os diversos relatos?

A EQM aparece no discurso dos informantes como um momento singular compartilhado através da narrativa. Essa narrativa pode ser compreendida tanto como uma experiência individual como coletiva, uma vez que, na quase-morte, os informantes experienciaram um momento singular de revelação e manifestação de um sentido transcendente, sendo este compartilhado coletivamente pela lembrança e pela narrativa elaboradas após a experiência.

Para encaminhar a discussão em termos estruturais, faço um paralelo com as narrativas de conversão. Nelas é possível observar quase sempre a presença de algum evento – em termos sahlisianos – funcionando como ruptura entre um antes e um depois². Obviamente, quando me refiro à conversão quero apenas utilizá-la de forma analógica e, especificamente, no que tange às narrativas dos informantes, deixando em segundo plano as discussões referentes ao campo do cristianismo.

Compreendo conversão aqui, então, como uma narrativa de sentido que relata uma transformação fundada num acontecimento, servindo este de ruptura entre um antes e um depois. Em sua maioria, as narrativas de conversão descrevem como e quando se estabeleceu um novo modo de ser. Analogicamente, o modelo de “conversão” pode ser estruturado da seguinte forma: (1) a experiência de um *evento*; (2) a presença de uma *ruptura* com o passado; e, (3) a manifestação de um *discurso* que expressa uma transformação.

Nesse sentido, a conversão, no presente contexto, estaria restrita no que tange à elaboração de uma visão transcendental do evento vivido, neste caso, da EQM. A “conversão” dos informantes, se assim podemos chamar, constitui-se, estruturalmente, a partir de uma ruptura, embora, de certa forma, também se apresente de modo processual³.

² Para uma discussão sobre conversão ver, por exemplo, Almeida e Monteiro (2001), Coleman (2003), Mafra (2000), Maluf (2005a) e Campos e Reesink (2014). Não me deterei aqui a pormenorizar o assunto, apenas indico que meu uso do conceito de conversão refere-se essencialmente à estrutura narrativa do fenômeno da conversão e não às implicações etnográficas e funcionais do conceito.

³ Ver a análise de Campos e Reesink (2014).

Como descreveram alguns dos informantes, a ruptura ocorre na própria EQM, e o relato aparece como legitimação de uma mudança suscitada em tal experiência:

Informante: Thereza, 58 anos, divorciada, advogada, ano da EQM: 2014.

[...] eu sabia exatamente de tudo o que havia acontecido até àquele momento. Não tive um apagão, não esqueci quem eu era, onde estava ou o que havia acontecido. Nada disso, eu lembrava de tudo, exatamente tudo. Sabia que tinha tido uma complicação na cirurgia e tudo mais [a EQM]. E sabia que dali em diante tudo seria diferente. E o mais sensacional, eu que havia descoberto a coisa mais incrível da minha vida: nada se acaba.

Informante: Pietro, 44 anos, solteiro, educador físico, ano da EQM: 2015.

[...] eu queria saber o que tinha acontecido comigo. Porque eu sabia que tinha aprendido algo, mas não sabia o que tinha acontecido comigo. Porque eu tinha sentido aquilo tudo e havia visto aquela luz que veio e me envolveu. [...] isso, depois que me vi fora do corpo, veio um filme na minha cabeça de como a vida é incrível, de como perdemos oportunidades de ser mais feliz. E eu tive a certeza naquele momento que eu podia viver, voltar a viver.

Informante: Igor, 29 anos, solteiro, estudante, ano da EQM: 2014.

[...] eu sabia que algo havia mudado, eu me sentia completo. É uma sensação de plenitude infinita. [...] permanece até hoje essa compreensão da existência que tive, que estamos todos ligados.

Como visto acima, os informantes relatam que se sentiam “diferentes” durante a experiência, e ao acordar não eram os mesmos de antes. Anteriormente à EQM não existiam “indícios” de ruptura com o passado, nem mesmo algo que estivesse latente, ou que, de algum modo, pudesse se aproximar de um “mal-estar” que se estabelecesse antes, provocando uma ruptura, como é comum numa conversão onde a dimensão processual mostra-se mais evidente.

O que é comum, na “transformação” ou “conversão” dos informantes, é o alargamento das categorias de entendimento. Estas, após a EQM, parecem ganhar um contorno transcendental, ou seja, passam a administrar significados pautados na continuidade da vida após a morte, menos preocupação com o futuro, sentimento de pertencimento a um todo e a inexistência de medo da morte, provavelmente advindos do “conhecimento transcendental” acessado durante a EQM – durante a qual os informantes afirmam que se sentiram preenchidos com a “verdade e o sentido singular da vida”.

Num segundo plano interpretativo, as narrativas de quase-morte assemelham-se às narrativas terapêuticas a partir de dois aspectos: (1) ambas as experiências são desestruturantes para o indivíduo, pois elas implicam o abandono de modelos e referências de comportamentos antigos em contextos de dor e sofrimento; e (2) consiste na eficácia de tal desestruturação, onde ambas as experiências colocam em cena a oposição entre uma ordem cósmica dos acontecimentos e as vontades e as escolhas do indivíduo (MALUF, 2005b, p. 517).

Contudo, entre os relatos de quase-morte e as narrativas terapêuticas existe um distanciamento. Os relatos das EQMs não destacam um esforço contínuo para o desenvolvimento de uma mudança de comportamento, como acontece nas narrativas terapêuticas e de trabalhos espirituais, por exemplo. Estes exigiriam uma *mise en scène* correspondente a um novo projeto de vida desenvolvido através do trabalho, esforço e da persistência.

De modo geral, a transformação dos informantes reside no acesso, pela EQM, a um conhecimento considerado privilegiado, o qual é narrado, e a partir dele surge a comparação entre o passado e o presente de suas vidas. Nesse contexto, as narrativas apresentam-se como elementos culturais de forte impacto, sendo utilizadas pelos informantes de variadas formas: elas descrevem, justificam, negam, classificam, e, sobretudo, qualificam a experiência.

4 CULTURA É O QUE SE DIZ: NARRATIVA, LINGUAGEM E ONTOLOGIA

Uma análise centrada em narrativas de memórias evidencia a linguagem como um meio de expressão cultural, mas também como um processo cognitivo fundamental para sua constituição. A linguagem classifica e ordena as experiências, e a cognição permite a apreensão delas. Nesse sentido, a linguagem pode ser entendida como elo entre a cultura e cognição humana.

Segundo Geertz (2008), por sermos sujeitos históricos, a cultura é um elemento da natureza humana em diálogo constante com os contextos históricos individuais. Como já suscitado, apostamos num conceito de cultura mais próximo da esfera cognitiva. Como pensava Sperber (2012), observamos a cultura como um sistema de comunicação, no qual a linguagem tem papel fundamental, organizando e mediando a relação entre o pensamento cognitivo e a cultura. O discurso se apresenta, de tal modo, pela verbalização de representações mentais, que por sua vez estruturam o arcabouço moral e afetivo das narrativas.

Para além disso, Richard Handler (2012) observa que, quando se fala de cultura e da linguagem, os humanos descobrem, interpretam e produzem significados a partir dos valores, conceitos e categorias criados arbitrariamente. Se é de modo arbitrário, entende-se que os significados culturais não estão na natureza, sendo eles produzidos em contextos históricos pela disposição humana. Nesse sentido, a micro-história de cada informante é construída ao nível da fala, e as categorias (como a de pessoa), os signos (os elementos constituintes das EQMs) e a lógica da narrativa são dispostos conforme os propósitos particulares de cada um. O que significa dizer que, além da dimensão individual da experiência narrativa, existe a dimensão social, onde a fala e os significados por ela expressos buscam assumir valores funcionais compartilhados socialmente.

Para Leach (2001), os rituais não são entendidos apenas como expressão de movimentos ou de materialidade, mas também como linguagem. É uma forma de ritual dizer palavras e organizá-las em enunciados com determinadas intenções, a fim de transmitir uma informação, especialmente se estas forem combinadas com atos. Nesse sentido, para Leach (2001) mitos seriam rituais verbais. Como as histórias infantis, os

mitos advêm de narrativas sobre o passado, tendo em especial uma relação com a moral. Não se pode entender a lógica interna das narrativas dos informantes e suas cosmologias sem levar em conta a relação entre o presente de suas vidas, o passado e a vivência do presente.

Lévi-Strauss (1978) observou que a heterogeneidade dos mitos é algo aparente e que as variações entre os mitos derivam de certos temas básicos. Dentro de cada variação existem estruturas universais que compõem unidades chamadas de *mitemas*. Lévi-Strauss os tratou como linguagem, observando que essas unidades ganhavam sentido apenas quando relacionadas. Essas combinações ou “operações mentais” revelam o que verdadeiramente os mitos querem dizer, os quais servem, acima de tudo, para organizar e classificar a realidade.

O que aproxima as hipóteses desses autores é mais o caráter universalista de suas proposições e interesse por leis gerais, e menos a diminuição da experiência individual. Concordo com a existência de leis que dão forma para que os significados existam, mas esses são possíveis pela experiência individual e coletiva, onde a micro e macro- histórias dialogam. Por exemplo, Tomasello (2003) parece compreender esse aspecto de maneira análoga. Para ele, a única forma de transmissão em larga escala e em pouco tempo, em relação à evolução biológica, é a transmissão cultural ou social. Para Tomasello, a transmissão cultural pode ser resumida como um [...] “processo evolucionário razoavelmente comum que permite que cada organismo poupe muito tempo e esforço, para não falar de riscos, na exploração do conhecimento e das habilidades já existentes [...]” (TOMASELLO, 2003, p. 5). Este seria o mecanismo responsável pela rápida mudança cognitiva e de comportamento de nossa espécie, dando-se de modo específico, denominado evolução cultural cumulativa.

De forma resumida, nossa cognição possibilitou que cumulativamente aperfeiçoássemos, geração após geração, nossos comportamentos, padrões e comunicação simbólica. Uma hipótese analisada por Tomasello (2003) consiste na ideia de que o conjunto de nossas habilidades cognitivas, e todos os produtos dele, resultou num modo particular de nossa espécie de transmitir cultura. A capacidade de identificação do outro é uma capacidade sociocognitiva, e seu reconhecimento como um agente intencional igual a nós mesmos, com intencionalidade e estados mentais, é uma habilidade decorrente da evolução cultural cumulativa – vide os portadores de autismo, que têm dificuldade de perceber intenções.

Esse aspecto não se deu numa conjuntura essencialmente biológica da evolução, mas sim num tempo histórico através da linguagem. Em outras palavras, são os processos históricos e ontogenéticos os responsáveis pela cognição, não existindo nessa acepção nenhum determinismo biológico⁴, uma vez que qualquer hipótese referente ao

⁴ A fim de deixar mais evidente tal perspectiva, segue citação de Tomasello: “nesse sentido, vale a pena notar que levar esses processos a sério nos permite explicar não só o caráter universal da cognição humana única – como a criação e o uso de artefatos materiais, simbólicos e institucionais com histórias cumulativas – mas também as singularidades de culturas particulares que, por meio desses mesmos processos históricos e ontogenéticos, desenvolveram para si uma variedade de habilidades cognitivas e produtos culturalmente únicos durante os últimos vários milênios de história humana.” (TOMASELLO, 2003, p. 15).

desenvolvimento cognitivo humano que considere o tempo histórico e o tempo ontogenético (tempo de desenvolvimento da aprendizagem de um ser) não é, *a priori*, uma hipótese de base genética.

Assim, segundo as hipóteses de Tomasello (2003), o que diferencia os humanos dos demais primatas e animais é a aptidão sociocognitiva, que consiste, de modo geral, na capacidade de colocar-se no lugar do outro, identificando-o como igual, como “co-específico”, como agentes com intenções – o que, conseqüentemente, possibilita criações coletivas, sejam elas materiais ou simbólicas. Como podemos observar, não se trata de determinismos biológicos para explicar a nossa capacidade cognitiva cultural, mas sim a capacidade cognitiva humana de perceber outras pessoas como seres intencionais.

A ideia de que a cultura humana é sustentada pela capacidade sociocognitiva que cada ser humano tem de identificação de uns com os outros, discutida por Tomasello (2003), pode sustentar a hipótese que aqui é trabalhada: os relatos das EQMs evidenciam, por meio da linguagem, esse processo de ontogênese da cognição humana na produção de cultura. A forma narrativa dos relatos de quase-morte, ao que tudo indica, medeia culturalmente a compreensão de mundo dos informantes. Evidentemente, os relatos das EQMs não criam habilidades cognitivas como as já citadas – memória, linguagem, capacidade de simbolizar, por exemplo –, mas eles demonstram as possibilidades interpretativas que esses processos básicos têm de desenvolver novas percepções, sejam elas individuais ou coletivas.

Nas narrativas aqui analisadas, a linguagem tem um lugar de destaque, e, de modo geral, é usada para refletir e servir de meio para a narração de eventos e cenas de “modo analógico e metafórico”. Nesse aspecto, as narrativas agregam uma complexidade no que tange a relacionar eventos coletivos a intencionalidades particulares, e mesmo assim manter a coerência. Numa *metáfora*, um significante é trocado por outro, mas não seu significado, porque de alguma forma são semelhantes. Já na *metonímia* um significante é associado a outro. Nesses termos, a narrativa de uma EQM se apresenta como uma narrativa metafórica e metonímica. É metafórica porque a morte, ou a quase-morte, é significada sem medo, como uma experiência que oferece uma oportunidade de viver; e é metonímica porque a morte é associada à vida para criar sentido de existência: morrer é uma parte da vida, mas não o fim, e vice-versa.

Tomasello (2003), ao pesquisar os processos de aprendizagem das crianças, percebeu que, desde cedo, elas se identificam com outras pessoas, reconhecendo-as como iguais a elas mesmas. E é por esse processo de identificação, tanto de intencionalidades como estados mentais, que é possível criar coletivamente, produzir história cumulativa e desenvolver práticas culturais coletivas. Concomitantemente, mas ainda pensando em termos heurísticos, White (2009) desenvolveu um neologismo conceitual que ficou conhecido como *simbologizar*⁵. Este conceito envolve a capacidade exclusivamente humana de criar, compreender e atribuir significados, de forma livre, aos eventos, coisas e acontecimentos. Para White (2009), a percepção dos significados produzidos e compartilhados não está nos sentidos, uma vez que a simbologização é a atribuição de significado, e não de um sentido intrínseco à coisa significada. Sua exemplificação do conceito *simbologizar* é certa:

⁵ Em língua inglesa, *symbolizing* [simbolizar], diferente de *symboling* [simbologizar].

Por exemplo, água benta é diferente de água comum. Ela tem um valor que a distingue da água comum, e esse valor é significativo para milhões de pessoas. Como a água comum se torna água benta? A resposta é simples: os seres humanos atribuem-lhe esse significado e estabelecem a sua importância. O significado pode ser compreendido por outros seres humanos. Se não fosse assim, não faria sentido para eles. (WHITE, 2009, p. 9)

De modo geral, o termo *simbologizar* é um tipo de comportamento. É nesse aspecto que esse conceito se distancia do ato de simbolizar, que consiste apenas em representações por símbolos, os quais já estão estabelecidos. As narrativas das EQMs, ao que parece, demonstram essa capacidade de simbologizar descrita por White (2009). Os informantes não usam apenas os sentidos já estabelecidos para atribuir significados às suas experiências, eles atribuem significados de forma arbitrária e com estilo particular. É nesse sentido que, para eles, os elementos que foram vistos, sentidos, ouvidos e falados durante a EQM são significativos, uma vez que a cultura pode ser compreendida como a expressão simbólica e material da adaptação humana ao meio.

De forma ficcional, isso pode ser observado no filme *A chegada*, lançado em 2016, do diretor Denis Villeneuve, baseado num conto do escritor Ted Chiang e indicado ao Oscar na categoria de melhor filme. O enredo trata da chegada de doze naves de seres extraterrestres no planeta Terra. Elas se deslocam para diferentes partes do mundo, e logo percebe-se que os seres que nelas estão querem fazer contato com os humanos. Uma doutora em linguística é chamada a ajudar. Ao intermediar o contato com tais seres, ela tenta traduzir os sinais gráficos em forma de círculo, sem começo nem fim, desenhados por eles, a fim de descobrir se são ou não um perigo ao planeta. Com tal propósito, a linguista desenvolve todo um aparato comunicacional, que exige não apenas habilidades gráficas, mas, sobretudo, habilidades que envolvem diferentes relações com o espaço-tempo aos quais os humanos estão acostumados. O método desenvolvido pela personagem leva em conta a ideia de que a estrutura e o vocabulário da língua que falamos conseguem moldar os pensamentos e o modo como percebemos as coisas, especialmente no que tange a nossa relação com o tempo em sentido linear: presente-passado-futuro. A comunicação da linguista com tais seres extraterrestres exige não apenas uma competência simbólica, mas também o envolvimento de todos os sentidos físicos da personagem. Tanto a narrativa cinematográfica como as narrativas de quase-morte tentam explicar um acontecimento particular que se distancia da realidade cotidiana. A cultura, então, seria um mecanismo do qual os seres humanos se servem para lidar com suas necessidades materiais, simbólicas e mentais, tornando a vida mais suportável⁶.

Nesse contexto, as ideias desenvolvidas por Roy Wagner (2012) podem nos ajudar a compreender o que foi dito acima. De modo geral, e correndo o risco de simplificar o seu pensamento, posso dizer que Wagner (2012) entende cultura como possibilidade inventiva. Para além da ideia de convenção, cultura é pensada por ele como improvisação e como algo que está além da simples memória. Grosso modo, a cultura deve ser pensada, em termos de metáfora, como uma invenção. E, nesse sentido, observar os modos como

⁶ Segundo White (2009): “uma das funções mais importantes da cultura é satisfazer essas necessidades, dar ao homem coragem, confiança, ânimo, conforto e consolo. [...] A espécie humana tem estado e está numa competição pela sobrevivência com outros animais e mesmo dentro de sua própria espécie. [...] A cultura dá ao homem essa ajuda na forma de ideologias e cerimônias [...]. A cultura atende às necessidades do homem, conforme ele as concebe.” (WHITE, 2009, p. 31).

os diversos grupos culturais pensam é importante, porque, certamente, eles pensam em termos metafóricos diferentemente uns dos outros.

A priori, isso dito parece ser consenso, mas Wagner (2012) vai um pouco além dessa assertiva, deslocando o lugar da cultura como apenas memória e acumulação, para um sentido mais criativo e dando lugar à improvisação. Em outras palavras, esse autor olha para as convenções e observa um diálogo entre memória e invenção, e, com base nesse diálogo, evidencia que pensar a invenção como uma coisa em si mesma é pensar sobre mais uma maneira de ver as coisas. É assim que pensamos por metáforas. Em minha interpretação, essa concepção de invenção desenvolvida por Wagner (2012) dialoga com a ideia de simbolizar, desenvolvida por White (2009), a qual foi descrita anteriormente, e que envolve a capacidade exclusivamente humana de criar, compreender e atribuir significados de forma livre, a eventos, coisas e acontecimentos.

Segundo essa interpretação, na obra de Wagner é evidente a presença de uma “objetividade relativa”, ou seja, uma objetividade que tem como gênese a relação entre um ponto de vista de uma cultura e o de outras culturas. A possibilidade de simbolizar mundos é a posição analítica defendida pelo autor – afinal, não lidamos com uma única interpretação de mundo, mas com múltiplas formas de simbolizá-lo. As pessoas “inventam” mundos baseados num processo de simbolização; “os vários únicos” mundos que são criados por nós revelam que é a partir da invenção da cultura que nos diferenciamos.

Do mesmo modo, os variados grupos humanos produzem cultura porque inventam, e inventam para se diferenciar. O que é compartilhado por ora já foi invenção um dia (e pode continuar a ser), servindo de “gatilho” para novas invenções culturais, as quais envolvem categorias como memória, transmissão e improvisação. A invenção da cultura residiria nesse processo de metaforização, que abre caminho para produção de significados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em tudo o que foi dito, a linguagem mostrou-se como matéria prima para a produção das narrativas das EQMs, mas também para a produção inventiva da cultura, sendo através dela que eles, os informantes, compartilharam seus estados mentais, percepções e sensações referentes a suas experiências.

Na produção de cultura humana, a linguagem é, por excelência, um meio para expressar eventos individuais e relatos particulares, mas, sobretudo, revelar perspectivas coletivas. Nesse sentido, compreendemos que os relatos e as narrativas são constituídos por metáforas – um elemento intrínseco na invenção da cultura.

Deste modo, podemos dizer que, a partir da linguagem, que pode ser considerada como o sistema de sentido mais importante inventado até agora, produzimos elementos narrativos essenciais para a constituição de existências, sejam elas simbólicas ou práticas. Especificamente, no que tange aos informantes, através da linguagem eles compartilharam sentimentos, pensamentos, emoções, ações e tempos, desenvolvendo, conseqüentemente, sistemas de sentido pelos quais a cultura sobrevive (mitos, artes, religião, família, economia e política).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.; MONTEIRO, P. Trânsito religioso no Brasil. *Perspectiva* [online], São Paulo, v.15, n. 3, p. 92-100, 2001.
- AMINOFF, M. J.; SCHEINMAN, M. M.; GRIFFING, J. C.; HERRE, J. M. Electroencephalographic changes during brief cardiac arrest in humans. *Ann Intern Med*, 108, p.791-796, 1998.
- BATESON, G. *Una unidad sagrada: pasos ulteriores hacia una ecología de la mente*. Barcelona: Gedisa, 1991.
- CAMPOS, R.; REESINK, M. Conversão (in)útil. *Revista Antropológicas*, v. 25, n. 1, p. 49-77, 2014.
- CLUTE, H. L.; LEVY, W. J. Electroencephalographic changes during brief cardiac arrest in humans. *Anesthesiology*, v. 73, p. 821-825, 1990.
- COLEMAN, S. Continuous Conversion? The Rhetoric, Practice, and Rhetorical Practice of Charismatic Protestant Conversion. In: BUCKSER, A.; GLAZIER, S. D. (Eds.). *The Anthropology of Religious Conversion*. Oxford: Rowmanand Little Field, 2003. p. 15-28.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOSDEN, C. *Pré-história*. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2012.
- HANDLER, R. O modernismo antropológico de Edward Sapir: entrevista com Richard Handler. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 4, 2012. Entrevista concedida a José Reginaldo Santos Gonçalves.
- HERVIEU-LEGER, D. Renouveaux émotiionnels contemporains. In: HERVIEU-LEGER, D.; CHAMPION, F. (Dir.). *De l'émotion en religion*. Paris: Ed. Du Centurion, 1990. p. 219-248.
- HERZFELD, M. *Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.
- LEACH, E. *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Mito e significado*. Tradução de Antônio Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. Campinas(SP): Cosac Naify, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2004.
- MAFRA, C. Relatos compartilhados: experiências de conversão ao pentecostalismo entre brasileiros e portugueses. *Mana*, v. 6, n. 1, p. 57-86, 2000.
- MALUF, S. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 5, n. 12, p. 69-82, 1999.
- MALUF, S. Criação de si e reinvenção do mundo: Pessoa e cosmologia nas novas culturas espirituais no Sul do Brasil. *Antropologia em primeira mão*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, p. 4-31, 2005a.
- MALUF, S. Mitos coletivos, narrativas pessoais, cura ritual, trabalho terapêutico e emergência do sujeito nas culturas da “nova era”. *Mana*, v.11, n. 2, p. 499-528, 2005b.
- NOYES, R. Attitude change following near death experience. *Psychiatry*, v. 43, p. 234-242, 1980.
- RING, K.; COOPER, S. Mindsight: near death and out of body experiences. In: *The Blind*. PaloAlto CA: William James Center for Consciousness Studies, Institute of Transpersonal Psychology, 1999.
- SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.
- SOUZA NETO, Arlindo José de. *Sem medo da morte: um estudo antropológico sobre Experiências de Quase-Morte*. 2018. 178f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- SPERBER, D.; BAUMARD, N. Evolutionary and cognitive anthropology [perspective on morality]. In: FASSIN, D. (Ed.). *A Companion to Moral Anthropology*. Wiley-Blackwell, 2012. p. 611-627.
- STAROBINSKI, J. *L'oeil vivant II: la relation critique*. Paris: Gallimard, 1970.
- TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WAGNER, R. *A invenção da cultura*. Cosac Naify Portátil. Sao Paulo: Cosac Naif, 2012.
- WHITE, L. *O conceito de cultura*. Tradução de Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Mísia Reesink pelas considerações e ao CNPq pela bolsa de pesquisa.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190207-7618>

**DISCURSO E MEMÓRIA: RELAÇÕES DISCURSIVAS
ENTRE O CONTO *TEORIA DO MEDALHÃO*
E O ANÚNCIO PUBLICITÁRIO *DOCTOR*
SPEECH AND MEMORY: DISCURSIVE RELATIONS
BETWEEN THE SHORT STORY *TEORIA DO MEDALHÃO*
AND THE ADVERTISING CAMPAIGN *DOCTOR*
DISCURSO Y MEMORIA: RELACIONES DISCURSIVAS
ENTRE EL CUENTO *TEORIA DO MEDALHÃO*
Y EL ANUNCIO PUBLICITARIO *DOCTOR***

Carla Soares Pereira*

Vanda do Socorro Furtado Amin**

Analaura Corradi***

Universidade da Amazônia

Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura

Belém, PA, Brasil

RECEBIDO EM: 19/09/18

APROVADO EM: 29/05/19

Resumo: *Este artigo analisa o conto Teoria do Medalhão (1881), de Machado de Assis, e o anúncio publicitário audiovisual Doutor (2016), da Volkswagen. A partir de pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso, procede ao estudo comparativo das narrativas, observando confluências e alteridades no enunciado discursivo delas, no contexto das relações entre memória e produção discursiva. Para isso, os escritos de Mikhail Bakhtin (1981, 2003), Michel Foucault (1971) e Maurice Halbwachs (1990) foram fundamentais. Como resultado da investigação, o estudo mostra que o diálogo entre os textos é intenso e revelador/desvelador: ambos expressam o conteúdo discursivo da busca de empoderamento social advindo de um título que designa visibilidade às pessoas – o de doutor/medalhão – e mostra como isso é experimentado, visto e compartilhado pelas personagens que desempenham papéis sociais de pais e filhos, sujeitos de memória.*

Palavras-chave: *Análise do discurso. Memória. Teoria do Medalhão. Doutor.*

* Doutoranda em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA). Professora EBTT da FAB, Departamento de Ensino da Aeronáutica, Escola Tenente Rêgo Barros. Bolsista CAPES/PROSUP-UNAMA. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4937-0489>. E-mail: carlasp21@hotmail.com

** Doutoranda em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA). Professora EBTT da FAB, Departamento de Ensino da Aeronáutica, Escola Tenente Rêgo Barros. Bolsista CAPES/PROSUP-UNAMA. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6899-7041>. E-mail: vanda_amin@hotmail.com

*** Doutora em Ciências Agrárias, pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Professora do PPGCLC/UNAMA. Coordenadora do Grupo de Estudo Capital Social e Cultural no contexto midiático contemporâneo (UNAMA). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0432-1875>. E-mail: corradi7@gmail.com

Abstract: *In this article we intend to analyze the short story *Teoria do Medalhão* (1881) by Machado de Assis, and the audio-visual advertising campaign *Doutor* (2016) from Volkswagen. From Methodological and theoretical assumptions from the speech analyses of the speech, we proceed to the comparative study of the narratives, watching confluences and alterities in their discursive speech, within the context of the relations between memory and discursive production. Thereunto, works by Mikhail Bakhtin (1981, 2003) Michel Foucault (1971) and Maurice Halbwachs (1990) were fundamental. As a result of the investigation, the study shows that the dialogue between the texts are intense and revealing/unveiling: both express the discursive content of the search from social empowerment from a title that appoints visibility to people – the doutor/medalhão –, and how this is experienced, seen and shared by characters who perform social roles of parents and children, character of the memory.*

Keywords: *Speech analysis. Memory. Teoria do Medalhão. Doutor.*

Resumen: *Este artículo analiza el cuento *Teoria do Medalhão* (1881), de Machado de Assis, y el anuncio publicitario audiovisual *Doutor* (2016), de Volkswagen. Desde supuestos teóricos y metodológicos del Análisis del Discurso, procede al estudio comparativo de las narrativas, observando confluencias y otredad en el enunciado discursivo de ellas, en el contexto de las relaciones entre memoria y producción discursiva. Para ello, los escritos de Mikhail Bakhtin (1981, 2003), Michel Foucault (1971) y Maurice Halbwachs (1990) fueron fundamentales. Como resultado de la investigación, el estudio muestra que el diálogo entre los textos es intenso y revelador/desvelador: ambos expresan el contenido discursivo de la búsqueda de empoderamiento social que viene de un título que designa visibilidad para personas – lo de doutor/medalhão – y muestra como ello es experimentado, visto y compartido por los personajes que juegan roles sociales de padres e hijos, sujetos de memoria.*

Palabras clave: *Análisis del Discurso. Memoria. Teoria do Medalhão. Doutor.*

1 INTRODUÇÃO

Este estudo foi realizado no contexto de um Grupo de Trabalho (GT) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, do qual as autoras fazem parte, e foi apresentada internamente nos seminários realizados para divulgação de resultados da investigação, em 2016.

A proposta inicial do GT, intitulado *Discurso e Interpretações*, era estudar diferentes vieses da Análise do Discurso, coadunados com teorias afins, e promover aplicações práticas, de modo que se lançasse mão de textos que circulam socialmente, para refletir acerca das construções discursivas subjacentes às materialidades enunciativas diversas. Desse modo, realizaram-se aproximações de enunciados, elos de uma cadeia discursiva, que servem ao propósito da comunicação em amplas possibilidades de interação social.

Nesse contexto, produzimos este artigo, cujo objetivo é analisar duas narrativas que se entrecruzam a partir do discurso que veiculam: *Teoria do Medalhão*, conto de Machado de Assis publicado em 1881, e *Doutor*, comercial televisivo do produto Nova Saveiro Robust, publicado em 2016. Especificamente, busca-se levantar pontos de confluência e de alteridade que possibilitam o diálogo entre os dois enunciados narrativos, distantes temporalmente, mas próximos pelo conteúdo discursivo que delineiam.

Para a realização do estudo, foram utilizados os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa na elaboração da leitura comparativa das materialidades

escolhidas. No decorrer do trabalho, duas foram as categorias de análise: confluência e alteridade, as quais embasaram a discussão dos elementos textuais relevantes para sua compreensão no campo discursivo. A fundamentação teórica que subsidia a análise das narrativas é oportunamente mobilizada à medida que os temas discurso e memória (e seus desdobramentos) são ativados no texto. Assim, teoria e análise estão concatenadas nos tópicos subsequentes.

Teoria do Medalhão e *Doutor* são dois textos bem diversos, pois falam de tempos e lugares diferentes; também são distintos em aspectos como gênero textual, propósito de enunciação, suporte de publicação, tipos de linguagem empregados para sua constituição e estilo de narrar, mas materializam discursos análogos no que se refere ao empoderamento social por meio da assunção de um título que destaque positivamente o sujeito, como o de *medalhão* ou de *doutor*.

Os dois textos escolhidos para análise classificam-se, quanto ao gênero do discurso, como conto (narrativa literária) e anúncio publicitário televisivo (gênero publicístico), que Mikhail Bakhtin (2003), de acordo com sua teoria, no campo do discurso, situaria no âmbito dos gêneros discursivos complexos, pois eles surgem em contextos mais desenvolvidos e organizados de interação comunicativa, além de incorporarem e reelaborarem os gêneros primários, por meio da réplica do diálogo cotidiano, por exemplo.

O conto *Teoria do Medalhão* foi produzido no contexto da escola literária realista¹ e publicado em 1881, primeiramente no jornal *Gazeta de Notícias* e posteriormente no livro *Papéis Avulsos*, em 1882. Essa narrativa é de autoria do escritor brasileiro Machado de Assis, aplaudido pela maioria dos críticos e analistas de sua obra por, dentre outras características, conseguir construir, com sagacidade, narrativas instigantes, devido à atualidade dos textos, ao desafio proposto ao leitor e à incitação constante à reflexão (SCHWARZ, 2000; SEVCENKO, 2003).

Na visão de Candido, a obra machadiana deve ser estudada acuradamente, pois o escritor

[...] recobria os seus livros com a cutícula do respeito humano e das boas maneiras para poder, debaixo dela, desmascarar, investigar, experimentar, descobrir o mundo da alma, rir da sociedade, expor algumas das componentes mais esquisitas da personalidade. Na razão inversa da sua prosa elegante e discreta, do seu tom humorístico e ao mesmo tempo acadêmico, avultam para o leitor atento as mais desmedidas surpresas. A sua atualidade vem do encanto quase intemporal do seu estilo e desse universo oculto que sugere os abismos prezados pela literatura do século XX (CANDIDO, 1995, p. 18).

¹ O Realismo é um estilo de época literário que, no Brasil, vige de 1881 a 1902. É marcado, na prosa literária, pela retratação do real, pela denúncia das mazelas sociais e pela análise dos comportamentos humanos, com base em teorias científicas em voga no final do século XIX, como o Positivismo e o Determinismo social (BOSI, 1997; MOISÉS, 2001). Apesar de suas obras serem vinculadas a esse contexto por apresentarem algumas das características dessa escola literária, Machado de Assis é um escritor de vanguarda, um homem à frente de seu tempo, e produziu uma obra singular. Antonio Candido (1995, p. 17, grifo do autor) o apresenta nestes termos: “[...] Machado de Assis, enigmático e bifronte, olhando para o passado e para o futuro, escondendo um mundo estranho e original sob a neutralidade aparente das suas histórias *que todos podiam ler*”. Entendemos que essa avaliação crítica anuncia o quanto a produção literária de Machado de Assis é instigante do ponto de vista da construção discursiva.

Reflexão sobre o comportamento humano na contemporaneidade: esse é um dos motes que incitam o leitor quando se depara com o conto machadiano *Teoria do Medalhão*. Longe de ser historieta maçante, antiquada e descompromissada, como pode parecer caso se observe apenas a superficialidade do tecido literário, essa narrativa apresenta como tema as prerrogativas necessárias para que alguém se construa “medalhão” – pessoa de fama, de excelente reconhecimento e elevado *status* – na sociedade.

Toda a história se passa num intervalo de diálogo entre o pai, que domina a prosa, e o filho Janjão. O intrigante é que, a partir das incursões discursivas do pai, depreende-se que a construção do medalhão social se faz, sobretudo, a partir da sagacidade de se compreender, produzir, compartilhar e perpetuar discursos de poder. No conto, o narrador estabelece uma conversa de “homem para homem”, em amistosa confiança, com o filho que acabara de chegar à maioridade, justamente na noite em que se desenrola o diálogo em torno da teoria de “ser medalhão”.

O segundo texto estudado é o comercial *Doutor*, produzido pela empresa AlmapBBDO², apresentado ao público brasileiro, no primeiro semestre de 2016, pela televisão e pelas redes sociais da marca anunciante Volkswagen. A narrativa anuncia o automóvel Nova Saveiro *Robust* e tem duas versões, uma de trinta segundos e outra de um minuto, tendo sido esta última selecionada para o presente estudo.

A peça publicitária surpreende por fugir do lugar comum das propagandas brasileiras de automóveis. Apresenta uma narrativa envolvente e suave, sob o olhar de um narrador-criança, que vive um drama da infância: o que vai ser quando crescer. Assim como o texto de Machado, *Doutor* tem um grande potencial discursivo. Nele, os enunciados discursivos das múltiplas linguagens envolvidas e a sobreposição de narrativas permitem ir além do drama filial-familiar para promover a venda de um produto.

2 SER MEDALHÃO

No conto machadiano *Teoria do Medalhão* aparecem apenas dois personagens: pai e filho, que conversam sozinhos após a festa de aniversário deste, perto de meia-noite. O pai expressa o desejo de que Janjão, o filho, tenha notabilidade na profissão que escolher. Por isso, no decorrer da narrativa, instrui o filho, o qual chegava naquela data, 5 de agosto de 1875, à maioridade (vinte e um anos), para que ele se torne um “medalhão”. As falas do pai concentram-se em exortações sobre a vida e sobre a profissão que o rapaz deve seguir futuramente.

Segundo o pai, ser medalhão ainda jovem é um privilégio para os gênios; a idade média em que se atinge esse patamar é a de quarenta e cinco anos, quando se é “aprumado” e “compassado” (ASSIS, 1994, p. 2). Nesse contexto de franca conversa com

² Encontra-se a ficha técnica completa do anúncio no sítio: <http://propmark.com.br/anunciantes/campanha-da-nova-saveiro-destaca-forca>. Acesso em: 11 nov. 2017. A narrativa fílmica também está disponível no YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=wQTKvkNzdF4>, com mais de 1.300.000 visualizações até 20 de agosto de 2018.

o filho, o pai desvenda-lhe as características, os comportamentos, as ações de um homem ilustre e afamado. Os ensinamentos paternos revelam a superficialidade e a dissimulação social necessárias a quem desejar chegar ao *status* de “medalhão”. Tais conselhos não revelam apelo à moral ilibada ou à boa conduta – ao contrário, apresentam uma descrição desapaixonada a respeito do funcionamento da sociedade.

As primeiras instruções são de âmbito intelectual. Para o pai, o medalhão deve expressar comedidamente as ideias e saber lidar para refrear o afloramento delas, não deve se dedicar à leitura, mas é preciso estar em livrarias, ser visto nelas! Além disso, há um incentivo à assunção de ideias prontas, repetidas monotonamente; dessa forma, o cérebro do futuro medalhão seria pródigo, sóbrio e disciplinado.

Nesse contexto, ele ensina ao filho elaborar um bom discurso padronizado, sem muito esforço, mas que seja aplaudido nos diversos contextos de interação, de circulação social:

[...] podes empregar umas quantas figuras expressivas, [...] a cabeça de Medusa, [...] as asas de Ícaro, e outras [...]. Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocardos jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento. [...] Alguns costumam renovar o sabor de uma citação intercalando-a numa frase nova, original e bela, mas te aconselho esse artifício: seria desnaturar-lhe as graças vetustas. Melhor do que tudo isso, porém, que afinal não passa de mero adorno, são as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública (ASSIS, 1994, p. 4).

Nesse ponto, é justo evocar a teoria dialógica do discurso de Bakhtin (2003), que refere uma característica primordial do discurso: a dificuldade de comprovar sua originalidade. Machado de Assis, por meio da voz do pai conselheiro, ironiza essa perspectiva da construção enunciativa empregada pelos “medalhões” para ludibriar o público com palavras vãs.

Para Bakhtin (2003, p. 272), “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”. Isso significa que os enunciados se encadeiam, conectam-se, na produção dos discursos e só podem ser plenamente compreendidos quando analisados na correlação entre os aspectos intrínsecos a ele e o contexto extraverbal da realidade (a situação, o ambiente, a pré-história). E mais: aquele que está no papel de falante agora não é o primeiro falante e seu enunciado também não é o primeiro. Há enunciados precedentes, no qual o dele se baseia. Adiante, o mesmo autor reforça a ideia: “Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003, p. 289).

Na narrativa literária machadiana em tela, é evidente a importância do discurso na composição do “medalhão”, é tanto que a personagem conselheira ressalta o valor da reprodução discursiva, afirmando: “Essas fórmulas [de discursos prontos] têm a vantagem de não obrigar os outros a um esforço inútil [...]. De resto, o mesmo ofício te irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o pensado” (ASSIS, 1994, p. 4). Nesse ponto, o escritor revela a tônica de ironia que perpassa o conto e corrobora o pensamento bakhtiniano de que é difícil comprovar a originalidade de um enunciado discursivo, no sentido de que ele provém de algum outro que já foi proferido.

Cabe, ainda, um arremate à Machado de Assis: “Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória” (ASSIS, 1994, p. 6). Com isso, Machado critica determinados comportamentos sociais, como a lei do “menor esforço”, a preguiça de pensar, e deixa transparecer a visão de que a sociedade se sustenta sobre discursos prontos e teorias que não correspondem às práticas, bem como denuncia a falta de criticidade que acomete as pessoas.

Desse modo, o escritor assinala a dimensão social da linguagem, possibilitando a compreensão de que linguagem e sociedade se constroem mútua e historicamente. Esse ponto se articula com a teoria bakhtiniana, segundo a qual a concepção dialógica do discurso parte da interação, que não se limita à mera recepção do enunciado, mas se espria para além do já-dito, evocando um discurso-resposta (BAKHTIN, 2003).

É importante frisar que a narrativa de Machado de Assis (1839-1908) é anterior à teoria de Bakhtin (1895-1975), o que permite concluir que o autor brasileiro prenuncia, por meio do texto ficcional, alguns aspectos da filosofia da linguagem e do discurso posteriormente desenvolvidos por Bakhtin a partir de produções literárias, como a de François Rabelais e a de Fiódor Dostoiévski. Nesses termos, toma-se a escrita de Machado como uma fonte para a compreensão de questões relativas à linguagem e ao discurso, em correlação proativa com a teoria do pensador e crítico russo.

No conto em tela, as instruções finais do pai são de âmbito político. Ele desenrola ao filho a argumentação sobre a importância da publicidade para a construção da imagem do “verdadeiro medalhão”:

Longe de inventar um *Tratado científico da criação dos carneiros*, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos. Uma notícia traz outra; cinco, dez, vinte vezes põe o teu nome ante aos olhos do mundo (ASSIS, 1994, p. 4, grifo do autor).

Nesse caso, com a política da divulgação das práticas sociais do jovem, “o nome fica ligado à pessoa” (ASSIS, 1994, p. 5), uma vez que ações e eventos sociais repercutirão positivamente com predicativos valorativos.

Por fim, a fala desabrida e longa do pai – ativada pela memória construída a partir de outra condição que ele assume: a de filho, patente quando rememora: “Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai” (ASSIS, 1994, p. 2) – enuncia a receita a seu filho, para que este, então, possa se construir um medalhão social, obedecendo criteriosamente às orientações repassadas a ele naquele momento de ascensão à maioridade.

Nesse contexto, o pai recomenda que um medalhão deve, por exemplo, decorar terminologias científicas; ser esperto, saber usar tudo a seu favor; trilhar sempre o caminho mais fácil e seguro para atingir seus intuitos; ser prático e não teórico; publicizar os seus feitos, porque assim ele se tornará conhecido; seguir regras de etiqueta social; ser bem relacionado na sociedade; convocar a atenção pública; provocar paixões na política e no público. Aquele que não conseguir ser um medalhão cairá na obscuridade e não triunfará.

3 SER DOUTOR

A peça publicitária *Doutor* constrói uma narrativa para oferecer um automóvel ao consumidor. Filtrada pelo olhar do narrador-personagem-criança, a história apresenta o dilema do menino cujo pai deseja que ele seja “doutor”. Para isso, o pai investe força de trabalho a fim de garantir o futuro do filho: aparecem cenas em que o garoto ajuda o pai nas tarefas cotidianas na zona rural. Essas atividades demandam força. Força do homem e do automóvel. Por isso, o conceito de potência física é importante para a construção discursiva do anúncio narrado.

A história enfoca inicialmente o espaço a partir do olhar desbravador da criança: o toque lento em uma pena de pássaro achada no campo, a observação atenta de uma ave que alça voo, o contato com a rusticidade das pedras do lugar, a intimidade com as árvores que escala. Essa descrição sugere que a memória afetiva e individual do garoto está imbricada ao espaço com o qual interage. Segundo Maurice Halbwachs (1990, p. 91), a relação entre memória e espaço habitado constitui um aspecto relevante, pois diz um pouco de como o ser histórico e de memória busca uma imagem de permanência e estabilidade a partir dos objetos materiais com os quais está em contato cotidianamente.

Desse modo, a narrativa enfatiza a forte ligação que o menino tem com o pai e com a natureza, com o lugar onde vive. A criança admira a profissão do pai e deleita-se ao observar, de cima de uma árvore, ele e outros trabalhadores carregarem a Saveiro com sacas de grãos e caixotes de frutas; ao ver, no segmento narrativo subsequente, os espaços naturais, selvagens, de difícil acesso, por onde passam ele, o pai e o carro em que viajam.

A experiência do menino “doutor”, ao acompanhar o pai no trabalho, as imagens que visualiza no trajeto entre o campo e a cidade – bois, pastos, lama, caixotes de madeira, lugares alagados, floresta – marcam a memória afetiva da personagem e justificam a relutância do menino em aceitar as mudanças que o pai quer. Halbwachs (1990) dá conta disso quando explica que o lugar ao qual pertencemos é coparticipante na constituição de nossa identificação e, por isso, integra também o campo da memória:

[...] quando algum acontecimento nos obriga também a nos transportarmos para um novo entorno material, antes de a ele nos adaptarmos, atravessamos um período de incerteza, como se houvésemos deixado para trás toda a nossa personalidade, tanto é verdade que as imagens habituais do mundo exterior são inseparáveis do nosso eu. (HALBWACHS, 1990, p. 91)

Ao cabo da narrativa, enquanto fazem uma entrega de legumes ao comércio, o pai é chamado de “doutor” por um comerciante na frente da criança: “É só isso, doutor?”, cujo olhar brilha, já que percebe que “ser doutor” possui uma dimensão maior do que a que conseguia perceber até aquele momento. Sua reação imediata é abraçar efusiva e emocionadamente o pai, que lhe retribui, sem necessariamente entender a mudança que se operara na criança.

A cena final, nessa primeira narrativa comercial, é do menino, que se identifica com a profissão escolhida para ele, mas numa perspectiva distinta da que o pai projetara inicialmente. A reação do garoto permite compreender que ele aceita ser “doutor”, mas não deseja estudar, nem se afastar do lugar que habita. Nessa perspectiva, projeta-se no

desbravador veículo da Volkswagen a possibilidade de resolução do impasse. Assim, constrói-se discursivamente a ideia de que a posse do bem material (veículo) é suficiente para a felicidade e promoção social do menino. Com isso, a importância dos estudos é apresentada implicitamente como secundária ou mesmo desnecessária à realização pessoal e à ascensão social.

É claro que a narrativa paralela que se desenvolve revela múltiplas facetas do produto anunciado, a Nova Saveiro *Robust*. O veículo é forte e incansável na busca de realizar um sonho, no desenvolvimento do trabalho, na superação de barreiras, no estreitamento dos vínculos e no vislumbre das emoções, tal qual o pai e o filho: essa é a ideia discursivamente elaborada, a qual constrói uma imagem muito positiva do produto, ou seja, o carro transforma-se na metáfora do ser humano que vive intensamente para realizar sonhos e, numa outra leitura, projeta-se com a capacidade de tornar o menino doutor, devido ao *status* social que confere. Nessa perspectiva, a frase *slogan* da campanha publicitária *Volkswagen. Inspirada na sua vida* completa o conceito discursivo a que se propôs.

4 CONFLUÊNCIAS DISCURSIVAS ENTRE *MEDALHÃO* E *DOUTOR*

De acordo com Bakhtin (2003), os discursos materializam-se por meio de enunciados concretos e únicos que, por sua vez, são proferidos por sujeitos. Esses enunciados refletem seus objetivos e suas condições de produção tanto pelo seu *conteúdo* (pelo tema de que tratam) como pelo *estilo* (seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua) e pela *construção composicional*. Textualmente: “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso” (BAKHTIN, 2003, p. 274).

Isso significa que os textos em análise engendram discurso(s) e podem suscitar diferentes possibilidades de leitura, visto que os sujeitos do discurso (os autores, o narrador ou as personagens), centrados no objeto produzido, veiculam sentidos na relação subjetiva do produtor com o conteúdo. A partir dessa perspectiva bakhtiniana, é lícito observar o elo discursivo entre a cadeia de enunciados das narrativas *Teoria do Medalhão* e *Doutor*, não obstante o lapso temporal entre elas.

Michel Foucault (1971) defende a ideia de que a análise do discurso estabelece padrões capazes de reger a formação discursiva, relacionando objetos, enunciados, conceitos aparentemente singulares e, portanto, em dispersão, mas que, a partir da análise dos enunciados, atingem uma regularidade: “um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 1971, p. 146).

Na mesma linha de raciocínio, Helena Brandão (2012, p. 33), pesquisadora da obra de Foucault, diz que o discurso deve ser entendido “como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva”. Desse modo, o pensamento de Bakhtin e o de Foucault se aproximam na perspectiva de que ambos elegem o enunciado como unidade básica no processo de formação do discurso. Acerca desse assunto, Foucault (1971, p. 124) afirma:

Todo enunciado se encontra assim especificado: não existe enunciado geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: ele se integra sempre em um jogo enunciativo.

Nesse diapasão, percebe-se o encontro dos enunciados das duas narrativas em tela, ora emaranhando-se, confundindo-se, na sequência discursiva que constroem, ora distinguindo-se, a partir da descoberta de sua alteridade. Em ambas as narrativas, estabelece-se uma relação amistosa entre pai e filho. As duas histórias tratam das experiências que o pai compartilha com o filho, o qual irrompe para a vida na descoberta do mundo.

Halbwachs (1990) afirma que a memória individual está ligada à memória coletiva, que esta tem influência sobre a formação daquela, uma vez que as pessoas vivem em sociedade, compartilham experiências e abstraem-nas de maneiras diversas, dependendo do lugar (ou dos lugares) que ocupam socialmente:

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma nova combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

Daí a construção da visão que o menino do anúncio demonstra sobre o que é ser “doutor”, a partir da experiência que *vivencia* com o pai; da mesma forma que o rapaz do conto machadiano constrói sua mundividência sobre o que é ser um “medalhão”, por meio da experiência *narrada* pelo pai, o qual, por sua vez, já comunica uma ação externa, fruto de outras experiências sociais que vivenciou.

Essa percepção das diferentes inter-relações estabelecidas entre pai e filho nas duas narrativas reforça a ideia bakhtiniana de que o ser humano é concebido na interação com o outro, porque é assim que ele forma uma imagem de si mesmo. Dessa forma, as memórias individuais que menino e rapaz desenvolvem são, inicialmente, de natureza coletiva, necessariamente, de natureza interacional/dialógica e se referem a como alcançar prestígio em uma sociedade de aparências e conveniências.

A relação entre construção da memória e formação ideológica está ligada diretamente ao processo discursivo, que se materializa por meio do enunciado. Com base em Foucault, Brandão (2012, p. 37) chega à seguinte conclusão a respeito da relação do discurso com o saber-poder: “[...] quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber [...], é gerador de poder”.

Halbwachs, ao reforçar a ideia da importância da memória coletiva para a formação da individual, agrega dois elementos essenciais para o processo discursivo – as palavras e as ideias:

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. (HALBWACHS, 1990, p. 36)

Em outro campo do saber, mas de forma análoga, Bakhtin (1981, p. 117-118) defende a visão de que mesmo a atividade mental, de ordem interior, portanto, e cuja formulação precede a expressão, é influenciada por um contexto social. Assim, a consciência e a ideologia não são atos individuais interiores, mas fatos sociais, porque preexistem a nós poderosos sistemas ideológicos constituídos, como o da ciência, da arte, da moral, da religião, do direito:

Assim, a personalidade que se exprime, apreendida, por assim dizer, do interior, revela-se um produto total da inter-relação social. A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a expressão exterior, um território social. Em consequência, todo o itinerário que leva a atividade mental (o “conteúdo a exprimir”) à subjetivação externa (a “enunciação”) situa-se completamente em território social. Quando a atividade mental se realiza sob a forma de uma enunciação, a orientação social à qual ela se submete adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato de fala, e, acima de tudo, aos interlocutores concretos. (BAKHTIN, 1981, p. 117)

No conto *Teoria do Medalhão*, são as palavras do pai – sua memória individual – que se projetam para compartilhar com o filho uma memória coletiva acerca das experiências sociais do que é ser um medalhão e da visibilidade que este tem diante da sociedade, uma vez que, sem ter tido ensinamentos do pai, ressalta a seu interlocutor: “[...] e, acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti” (ASSIS, 1994, p. 2).

Na peça publicitária, o efeito das palavras ocorre de forma correlata. O narrador-criança reproduz, em discurso citado, a voz do progenitor: “Meu pai sempre disse: ‘sabe por que eu trabalho tanto, meu filho? Pra você ser doutor’. É, ele insiste e eu não tenho escolha”.

Percebe-se, por meio dos enunciados recortados, que os pais projetam a realização de seu desejo na vida dos filhos. É a palavra que comunica, que deixa entrever essa posição, essa memória individual que os pais construíram a partir da visibilidade social – proveniente da experiência coletiva – que tem um doutor ou um medalhão. Desse modo, por intermédio da palavra, a memória coletiva atravessa a consciência individual dos filhos e passa a constituir a memória individual.

Diante disso, tomando as palavras de Halbwachs, cada sujeito evoca à sua maneira seu passado: compreende-se que faltou ao pai do medalhão uma voz de experiência que o guiasse a seu intento, o que o tornou um homem frustrado; já em *Doutor*, a menção ao insucesso do pai não é clara, mas se percebe a projeção de um desejo na criança devido à insistência com que o pai trata o tema, seja porque não teve oportunidade de estudar na infância, seja porque admira a profissão ou porque não quer que o filho trabalhe tanto quanto ele para obter sucesso (ou condições socioeconômicas favoráveis) na vida.

Nas duas narrativas, os filhos recebem aconselhamento do pai e têm a obrigação de aceitá-lo. No texto machadiano, o filho em momento algum afronta a figura paterna ou apresenta contra-argumentos para que a vontade do pai não se cumpra na vida dele: “Mas qualquer que seja a profissão de tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum.” (ASSIS, 1994, p. 2). De forma semelhante acontece com o garoto da peça publicitária filmada: o pai decidiu que ele seria “doutor” e o menino cumprirá tal determinação: “[...] É, ele insiste e eu não tenho escolha: é estudar pra ser doutor”.

No entanto, ambos os filhos não veem a imposição do desejo do pai como um jugo difícil de carregar. Na narrativa machadiana, o jovem aceita tranquilamente os desígnios paternos para seu futuro, apenas faz algumas indagações, numa espécie de “tira-dúvidas”, entrecortando as longas falas do mais velho, repletas de orientações. No texto-anúncio, o garoto sente orgulho da postura de seu pai-herói e assume uma posição resignada frente a ele, apesar de a entonação de sua fala na narração revelar certo descontentamento em relação ao fato de ter de estudar para ser doutor.

Por conseguinte, a atitude discursiva ganha forma no papel exemplar do genitor, seja pela memória compartilhada das experiências que carrega, seja pela memória construída com o filho (que presencia o desgaste físico do pai no trabalho pesado do campo, na labuta diária para ver realizado um dia o sonho projetado no menino-doutor).

Dessa percepção deriva mais um ponto de confluência entre o conto e o anúncio: o fato de que nem o rapaz nem o menino das duas narrativas tornar-se-ão “medalhães” repentinamente: isso será tramado por meio de atitudes, mas também do discurso. Assim, os filhos constroem uma memória sobre o “medalhão” social, cuja imagem é simbólica, a partir do testemunho da experiência paterna. Tal entendimento nos remete mais uma vez a Halbwachs (1990), que afirma que, por meio da imagem das testemunhas, traçamos a imagem do passado.

Teoria do Medalhão revela que há artifícios na vida para que o sujeito se torne notável sem muito esforço. De modo análogo, a peça publicitária parece engendrar um discurso avesso ao estudo, visto que apresenta a ideia de que o menino, para ser doutor como o pai, não precisa seguir o caminho da educação formal: a *Saveiro Robust* é peça essencial para o alcance de tal objetivo. Essa inferência é possível porque, no jogo relacional estabelecido, a posse do veículo é o que dá subsídios para que o pai seja condecorado com o título que recebe, é o que lhe confere poder, posição social elevada. Então, assim como o rapaz-medalhão de Machado, o menino-doutor também se investe de estratégias e subterfúgios, amparado nas formações sociais discursivas, para driblar o caminho do esforço intelectual.

Note-se também que nos dois textos há um momento em que se dá destaque ao processo discursivo sem a enunciação verbal, o que remete à concepção de que, na materialização do discurso, nada é fortuito nem pode passar despercebido. Bakhtin (1981), apesar de privilegiar em seus estudos a interação discursiva verbal, reconhece o poder da comunicação não verbal:

Não se pode, evidentemente, isolar a comunicação verbal dessa comunicação global em perpétua evolução. Graças a esse vínculo concreto com a situação, a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias, etc.), dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar. (BAKHTIN, 1981, p. 124)

Em *Teoria do Medalhão*, por exemplo, o pai adverte o filho de que até as expressões gestuais são examinadas na produção e veiculação do discurso, especialmente em se tratando da ironia: “[...] esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano [...], feição própria dos cépticos e desabusados. Não” (ASSIS, 1994, p. 7). No anúncio publicitário, as pausas que

entrecortam as palavras do filho, que reluta um pouco antes de se conformar com a vontade paterna, são silêncios carregados de significação³; no arranjo musical como pano de fundo das cenas, no desfecho da história de descoberta da criança, atônita e feliz diante do pai-doutor, o que vale são os sons, as imagens, os gestos e as expressões fisionômicas como constituidores de sentidos.

O poético, em ambas as narrativas, não está nas grandes peripécias, na aventura, nem é sustentado por uma relação amorosa entre “pares românticos”; tampouco o é pelo suspense, pelos grandes sobressaltos. Aliás, do ponto de vista do senso comum, seriam narrativas lentas, monótonas. O poético reside na transposição do subterrâneo para a superfície, na sutil mudança de foco que as narrativas propõem.

No caso de *Teoria do Medalhão*, recortou-se um momento pós-festa, de silêncio, de recato, próximo à hora do sono, para fazer conversar pai e filho a portas fechadas e janelas abertas. Para deixar o pai produzir um “discurso” que parece ser tão franco, tão aberto, tão “verdadeiro”, mas que o filho – até pela falta de experiência – não entende completamente, dadas as curtas perguntas que entrecortam as falas do pai: “[...] mas que ofício, não me dirá? (ASSIS, 1994, p. 2) ou “Como assim, se também é um exercício corporal?” (ASSIS, 1994, p. 3).

Nesse conto, o autor parece apenas narrar uma conversa banal entre familiares, no entanto, para além disso, ele está discorrendo sobre o comportamento social de uma época (fim do século XIX), está criticando o agir da sociedade burguesa, das elites políticas e econômicas, está denunciando práticas que atravessam as fronteiras espaçotemporais, está martelando as máscaras sociais amalgamadas pelo tempo e pelas ações e provocando fissuras nelas. E é nesse espaço da fissura, da fratura resultante, nesses interstícios, que (trans/es)corre o discurso machadiano.

No caso do texto-propaganda, o automóvel oferecido recebe o *status* de personagem secundária e dá espaço para a vida que ele (o carro) ajuda a construir, a enfrentar, a superar, e para o título que ajuda a auferir. Nessa perspectiva, o sonho arquitetado pelo anúncio não é diretamente o de querer possuir o carro, vai além: o sonho do público-alvo é o de vencer na vida e realizar outros sonhos com o auxílio indispensável daquele automóvel, objeto esse que caracteriza a sociedade de consumo tecnológico do século XXI.

Por isso, entram na cena principal o garoto e o pai sonhadores, trabalhadores, acompanhados pela possante e incansável Saveiro *Robust*, para a qual se constrói uma micronarrativa paralela (ela, a Saveiro, está presente nas principais cenas e é responsável pela resolução do dilema que a criança enfrentava), já que, enquanto a história do pai e do filho é entrecortada, aparecem legendas na tela, com informações e descrições do veículo.

³ Segundo Eni Orlandi (2007), diferentemente do que a sociedade costuma pensar, o silêncio não é o espaço do vazio, da ausência, da negação; ele é repleto de sentidos, que devem ser compreendidos conforme o contexto. Nos processos de significação, há um estatuto do silêncio; portanto, ele não é mero complemento da linguagem ou o que resta depois dela: ele atravessa as palavras e existe no interior delas. E mais: o silêncio medeia as relações entre linguagem, mundo e sentimento. Assim, para a autora, da mesma forma que as palavras são múltiplas e complexas, os silêncios também o são.

Dessa forma, a construção discursiva é delineada no sentido de associar o automóvel Saveiro às conquistas pessoais do interlocutor do anúncio. Depois da cena em que o conflito da narrativa principal é solucionado – quando o menino finalmente descobre o pai “doutor” –, a conclusão da micronarrativa se expande na tela e arremata o texto com o anúncio final da Saveiro: “Nova Saveiro Robust. Mais alta, forte, robusta. Mais do que nunca pronta pra tudo”, alinhavando o fio da narrativa fictícia da família com o fio da narrativa sobre o carro, em que esta última se sobleva sutilmente, como estratégia para que o público tome a produção publicitária como uma experiência de vida e não como a experiência de oferta, de venda, de compra, que de fato é. O enunciado verbal da frase de efeito, o *slogan*, retoma o conceito que norteou a argumentação do anúncio: “Inspirado na sua vida”.

5 ALTERIDADES ENTRE AS NARRATIVAS

Na relação entre o conto de Machado e a propaganda da AlmapBBDO, há alteridade do ponto de vista argumentativo-discursivo, sobretudo no que diz respeito ao processo de construção do “medalhão”.

Em Machado, tal patamar é atingido a partir da manipulação social, do engendramento de discursos falseados, superficiais, “enlatados”, de forma que *parecer* é mais válido que *ser*, em que as aparências dominam as relações de poder e empoderamento social. Nesse sentido, o “medalhão” é uma falácia, uma fraude, uma invenção, uma estratégia de poder. Há, inclusive, “receita” para sê-lo, por meio do desempenho de papéis sociais fajutos, mas dominantes, de acordo com as regras sociais preestabelecidas. Em contrapartida, no texto-anúncio da Volkswagen, sobretudo no percurso inicial da narrativa, percebe-se a difusão da ideia do trabalho e do estudo como tarefas árduas, mas indispensáveis para se galgar o título de “medalhão”, para se ter visibilidade social, materializada na imagem do sujeito douto. No entanto, ao fim da história, o *ter* parece sobrepujar o *ser*, pois se delineia a ideia de que possuir a Saveiro Robust é imprescindível para se atingir a valoração social de um doutor, em detrimento da construção inicial de importância da instrução escolar, do conhecimento e do próprio trabalho.

Isso revela, portanto, três visões antagônicas para se chegar ao mesmo fim. Numa extremidade, tem-se um “medalhão” forjado sem esforço e sem mérito pelas circunstâncias e etiquetas sociais; na outra, um “medalhão” construído pela força dignificadora do trabalho, do estudo e da perseverança; numa terceira ponta, um “medalhão” orquestrado pelas conveniências econômicas que determinam o consumo de bens socialmente valorizados. No entanto, a tríade de imagens simbólicas discursivas denota estabelecimento de relações de poder; logo, em algum momento essas alteridades se comunicam.

Em *Teoria do Medalhão*, enquanto ouve os conselhos e as metáforas do pai, Janjão deixa entrever seu estado de espírito diante das descobertas e, como muito questiona, demonstra interesse pela profissão de medalhão, que lhe dará tudo em troca de pouco, apesar de reconhecer que é necessário esforçar-se na arte da dissimulação: “Upa! que a profissão é difícil!” (ASSIS, 1994, p. 5). Já no texto-anúncio, a imagem dignificadora do

trabalho e do esforço tem sua razão de ser: a criança quer corresponder aos desígnios do pai, objeto de sua admiração; ao final, o menino encanta-se com a perspectiva que se lhe abre diante dos olhos, quando o pai é chamado de “doutor” por um pequeno comerciante do vilarejo onde eles entregam a produção agrícola de sua propriedade.

Essa construção discursiva é possível devido a um elemento que aparece à margem e assiste impassível às cenas das duas narrativas: no caso do conto machadiano, é a janela aberta, que pode representar a abertura, a passagem do rapaz da teoria à prática: ele está livre, já pode voar, já é adulto e já sabe como se tornar um medalhão; no caso do anúncio, é a Saveiro *Robust*. Explique-se: ter um negócio, possuir um carro, consumir tecnologia autorizam o tratamento do pai como “doutor”, o que se traduz como afirmação econômica, tendo em vista também o papel social do homem que se refere ao fornecedor de produtos como “doutor”.

Dessa forma, diferentemente do conto de Machado, o *ter* e o *consumir* sobrepujam o *ser* e o *parecer* no anúncio do carro: o caráter econômico é um viés definidor. Esse segmento narrativo agrega mais um fator positivo ao carro anunciado, uma vez que veicula a ideia de “necessidade” e não de “ostentação” ao público-alvo. Em outras palavras, o significado discursivo, bastante persuasivo, é o seguinte: para ser um medalhão, necessita-se desse carro (mais forte e também sofisticado) porque ele facilita a lida pesada, cansativa, difícil do dia a dia do trabalhador, do homem comum; além disso, é por meio dele que os sonhos do proprietário se realizarão, com visibilidade ou notoriedade social.

A última cena entre pai e filho, em *Teoria do Medalhão*, denota cumplicidade e intimidade marotas, repletas da ironia machadiana, o que a torna mais sugestiva ainda: “Meia-noite? Entrás nos teus vinte e dois anos, meu peralta, estás definitivamente maior. Vamos dormir, que é tarde. Rumina bem o que te disse, meu filho. Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o *Príncipe* de Machiavelli. Vamos dormir” (ASSIS, 1994, p. 7). O conto termina aí, porém nossas inquietações prosseguem: teria o rapaz entendido completa e definitivamente o que é um medalhão? Saberria construir-se medalhão a partir dali? Ou esteve ele engendrando perguntas lacônicas apenas para prolongar a apoteose paterna?

O desfecho da cena entre pai e filho, no anúncio da Saveiro *Robust*, denota também cumplicidade e intimidade, mas devotadas, simples, sensíveis, inundadas de poesia, até nas múltiplas possibilidades de compreensão que surgem a partir da expressão fisionômica da criança, de seu gesto de abraçar o pai e de seus silêncios⁴: o menino aceitou, enfim, de bom grado, a designação do pai para ele? Interpretou a palavra proferida com um significado único, estrito e foi induzido ao equívoco, pela pouca experiência de vida que tinha? Viu na forma pronominal de tratamento atribuída ao pai uma confirmação para o seu futuro? Percebeu que tudo o que o pai projetava para ele era uma ilusão? Enxergou na figura do homem que já admirava alguém tão doutor quanto ele poderia ser por meio dos estudos? Alegrou-se pela descoberta da existência de outro meio de se tornar doutor, que não o dos estudos? Entendeu que ser doutor era um mérito

⁴ Não poderia ser de outro modo, já que o objetivo do texto publicitário é convencer o público consumidor por meio da identificação emotiva com a trama construída.

auferido pelo trabalho? Teve mais desejo de ser medalhão como o pai? Abandonou a ideia inicial da Medicina ou do Direito, porque já era também um “doutor” que auxiliava o pai? Regozijou-se, sentindo íntimo orgulho porque, no fundo, o pai só queria que o filho fosse igual a ele? Conseguiu, apesar de criança, entender o significado de ser doutor, para além dos sentidos que o pai e o comerciante atribuíram a esse signo verbal?

Pelas várias perguntas que atravessam o desfecho dos textos analisados, percebe-se que o medalhão/doutor é projetado para um campo do qual quiçá nem suspeitássemos *a priori*: para uma dimensão discursiva da linguagem e do mundo que ela constrói, de constituição de sujeitos históricos, de afirmação de memórias e de representação na ação narrativa. Por isso, a propósito de Machado, “vamos dormir”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar, em termos de construção discursiva, duas narrativas distantes temporalmente (uma situa-se no campo de produções literárias da segunda metade do século XIX e a outra, na seara das produções publicitárias contemporâneas, do século XXI), buscando-se observar elementos discursivos de confluência e de alteridade entre elas.

Com base na análise do discurso como método e como teoria, procedeu-se à análise comparativa entre os textos. Inicialmente, contextualizou-se o objeto de pesquisa e buscou-se empreender uma discussão acerca das categorias discurso e memória, a partir da relação entre os enunciados discursivos das narrativas *Teoria do Medalhão*, de Machado de Assis, e *Doutor*, anúncio publicitário da Volkswagen, relação essa que revelou importantes aspectos tanto do diálogo possível entre os teóricos mais citados, Bakhtin (1981, 2003), Foucault (1971) e Halbwachs (1990), quanto da inter-relação entre as duas materialidades analisadas.

Percebeu-se que enunciados diferentes entre si em diversos aspectos (gênero textual, ano de publicação, autoria, lugar de fala dos sujeitos da enunciação, tipos de linguagem, suporte, estilo narrativo) podem estabelecer relações dialógicas diversas (de complementaridade, de oposição, de divergência, de confirmação, de negação etc.) nessa cadeia discursiva, revelando seus objetivos incomuns, seus contextos díspares e as particularidades do seu enunciado em relação ao Outro, isto é, sua alteridade.

É o que acontece, por exemplo, entre *Teoria do medalhão* e *Doutor*, cujo ponto de aproximação está no conteúdo discursivo que veiculam, o que possibilitou uma leitura compreensiva acerca das ideias que expressam: a supervalorização, construída socialmente, de medalhões ou doutores, a busca incessante para se atingir patamar de relevância socioeconômica, o empoderamento social por meio de um título que designe prestígio ao sujeito, a constituição de memórias coletivas e individuais, a projeção dos sonhos paternos nos infantes e a reação dos filhos diante desses estímulos.

Percebeu-se que o diálogo entre os textos é possível, ainda que tudo isso ocorra em diferentes direções argumentativas em relação às formas de se conquistar o título que confere visibilidade social: se genuínas, pautadas em valores socialmente elevados; se engendradas, marcadas pelas relações de consumo; ou fraudulentas, alicerçadas em práticas condenadas pela sociedade, como a corrupção e o falseamento.

Além disso, a problematização da categoria memória contribuiu para a análise das narrativas e de aspectos sociais relevantes que as memórias evocam, como a fonte exterior da qual alimentamos nosso interior, seja na constituição da personalidade, dos processos de identificação, das lembranças, das mundividências que expressamos nos discursos materializados por meio de enunciados. Dessa forma, entende-se que os sentimentos, as ideias, as subjetividades que julgamos como inerentes ao indivíduo têm suas bases nos grupos sociais de que esses sujeitos participam e fazem parte das chamadas formações discursivas.

Assim, foi possível verificar que um enunciado deve ser analisado para além da superfície textual e pode ser observado como um elo da extensa cadeia discursiva para ser compreendido. Tais ações, sem a análise do discurso, sem a perspectiva do sujeito relacional, sem a ideia de linguagem como interação, dificilmente poderiam ser efetivadas. Ademais, esse exercício de leitura crítica, compreensiva, relacional pode (ou deve) ser realizado mais vezes, para um aprimoramento do olhar.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. de. Teoria do Medalhão. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000232.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Vieira. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BOSI, A. *História concisa da Literatura Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- CANDIDO, A. Esquema de Machado de Assis. In: CANDIDO, A. *Vários Escritos*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 15-32. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2017/10/antonio-candido-esquema-de-machado-de-assis-in-vc3a1rios-escritos.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- DOUTOR. Nova Saveiro Robust. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wQTkvkNzdF4>. Acesso em: 10 out. 2016.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- MOISÉS, M. *História da literatura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-190208-8118>

A RETÓRICA DA MEDIAÇÃO: DOIS MOMENTOS*

THE RHETORIC OF MEDIATION: TWO MOMENTS

LA RETÓRICA DE LA MEDIACIÓN: DOS MOMENTOS

Vanise Medeiros**

Universidade Federal Fluminense

Instituto de Letras

Niterói, RJ, Brasil

RECEBIDO EM: 10/10/18

APROVADO EM: 03/06/19

Resumo: Para este artigo foram analisadas, comparativamente, mais de cento e noventa notas de rodapé de dois dos romances indianistas de José de Alencar, a saber, *O Guarani* e *Iracema*. A análise objetivou compreender a relação entre línguas indígenas, que nelas comparecem com vigor (seja encabeçando verbete, seja em sua predicação), e língua portuguesa. Duas foram as posições discursivas observadas (do lexicógrafo e do lexicógrafo-tradutor) na composição dos verbetes. Chegou-se à conclusão de que estamos diante de um percurso que perfaz dois momentos de trabalho com as línguas indígenas, culminando na visibilidade e potência da língua indígena. O apoio teórico deste artigo se encontra na articulação entre os campos teóricos da História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1989; ORLANDI, 2001) e a *Análise de Discurso pecheutiana*.

Palavras-chave: Notas de rodapé. Língua. Literatura. História das Ideias Linguísticas. Análise de discurso.

Abstract: For this article we compared more than one hundred and ninety footnotes of two of the indianist novels by José de Alencar, namely *O Guarani* and *Iracema*. The analysis was undertaken in order to understand the relationship between indigenous languages, which appear widely in them (be it heading an entry, or its predication), and the Portuguese language. Two discursive positions (from the lexicographer and the lexicographer-translator) were observed in the composition of the entries. We came to the conclusion that we are faced with a path that makes up two moments of work with indigenous languages, culminating in the visibility and power of the indigenous language. The theoretical support for this article is found in the articulation between the theoretical fields of the History of Linguistic Ideas (AUROUX, 1989; ORLANDI, 2001) and *Discourse Analysis by Pêcheux*.

Key-words: Footnotes. Language. Literature. History of Linguistic Ideas. Discourse Analysis.

Resumen: Para este artículo fueron analizadas comparativamente más de ciento noventa notas de pie de página de dos romances indianistas de José de Alencar, son ellos *O Guarani* e *Iracema*. El análisis ha objetivado comprender la relación entre lenguas indígenas, que en ellas comparecen con vigor (sea encabezando entrada, sea en su predicación), y lengua portuguesa. Dos fueron las posiciones discursivas observadas (del lexicógrafo y del lexicógrafo-traductor) en la composición de las entradas. Se llegó hasta la conclusión de

* Esta é uma expressão de Authier-Revuz (1998) que serviu de mote orientador para este artigo.

** Docente da UFF. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6998-9377> E-mail: vanisegm@yahoo.com.br.

que estamos delante de un curso que hace dos momentos de trabajo con lenguas indígenas, culminando en la visibilidad y potencia de la lengua indígena. El apoyo teórico de ese artículo se encuentra en la articulación entre los campos teóricos de la Historia de las Ideas Lingüísticas (AUROUX, 1989; ORLANDI, 2001) y el Análisis del Discurso de Pêcheux.

Palabras clave: Notas de pie de página. Lengua. Literatura. Historia de las Ideas Lingüísticas. Análisis del discurso.

Os tupis chamavam a tarde caruca, segundo o dicionário. Segundo Lery, che caruc acy significa “estou triste”. Qual destes era o sentido figurado da palavra? Tiraram a imagem da tristeza, da sombra da tarde, ou imagem do crepúsculo, do torvamento do espírito? (Alencar, Iracema)

1 DOBRAS SOBRE A PALAVRA

Há sempre algo a mais a ser investigado em Alencar. Voltar a Alencar é voltar ao século XIX com suas questões imbricadas e inesgotáveis sobre língua, literatura, nação, entre outras. É também voltar a uma prática recorrente ao escritor do século XIX: escrever sobre seus próprios escritos, glosá-los, levá-los para as bordas na forma de advertências ou de notas de rodapé, expandi-los para um suposto exterior ao romance que dele não escapa; desdobrá-los, enfim, em um vaivém de lugares do dizer e do dar a saber. É uma prática que faz parte da historicidade do romance no século XIX, na França, em Portugal, na Alemanha, para citar alguns países da Europa, bem como no Brasil, e que deixa marcas na literatura brasileira dos séculos XX e XXI, que a ela retorna, desloca, subverte (MEDEIROS, 2016a). Uma prática que ainda suscita investigações.

Para este artigo, são consideradas como objeto de análise as notas de dois romances indianistas de Alencar, a saber, *O Guarani* e *Iracema*, e nelas o foco recai sobre o gesto de captura de línguas indígenas. Nos dois romances, línguas indígenas comparecem nos verbetes que constituem as notas (de final das partes do livro, caso de *O Guarani*, ou de rodapé, caso de *Iracema*)¹. Ao lê-las, relê-las e confrontá-las, algumas perguntas se fizeram presentes: dado que línguas indígenas comparecem neste espaço ao lado da língua portuguesa², como se dá a relação entre as línguas? Até que ponto estaríamos diante de momentos distintos da relação entre língua portuguesa e o que se traz como línguas indígenas? Tal inquietação resultou no seguinte objetivo: analisar, nos verbetes destes dois romances indianistas, a relação que se estabelece entre línguas indígenas e língua portuguesa. É o que se pretende tendo como caminho teórico a articulação entre os campos teóricos da História das Ideias Linguísticas (AUROUX; ORLANDI) e a Análise de Discurso pecheutiana.

¹ Há um terceiro romance, *Ubirajara*, com notas voltadas para língua indígena, que não será, contudo, objeto de análise neste artigo.

² Uma observação necessária: como a denominação *língua brasileira* não se apresenta nestes escritos sobre os romances em foco, e como comparece em alguns deles a denominação *língua portuguesa*, caso, por exemplo, da *Carta ao Dr. Jaguaribe*, ao final da primeira edição de *Iracema*, é esta a que será usada neste artigo. Não estamos, pois, entrando nas polêmicas sobre a nomeação da língua.

Antes de prosseguir, é preciso trazer alguns outros questionamentos que fazem parte da reflexão a ser tecida. Nas notas de Alencar, línguas indígenas são postas em contato com a língua dita portuguesa. Em que consiste pôr línguas em contato? Como funciona tal contato se considerarmos a dissimetria entre línguas consideradas ágrafas e não-ágrafas? Quais os efeitos desse trabalho com as línguas? Estranhamento ou proximidade? Equivalência entre línguas ou manutenção da distância? Hierarquia entre línguas? Apagamento de uma delas? São perguntas que povoaram as leituras e que não se esgotam; antes indicam a complexidade do gesto que coloca línguas em contato, no caso, em notas³.

Tendo como alvo o contato entre línguas, duas são as posições discursivas enlaçadas que tal gesto nos permite depreender nas notas: a do lexicógrafo e a do tradutor. Acerca da posição discursiva, Nunes explica que:

a posição do lexicógrafo não remete diretamente a um ou outro autor, mas sim ao lugar que determina o que pode e deve ser definido em determinadas circunstâncias. Este lugar pode ser ocupado por um ou outro sujeito empírico. O que importa são as projeções imaginárias que aí se constroem [...] (NUNES, 2003, p. 13)

A explicação se estende, pois, a uma outra posição discursiva que estamos trazendo para a atual reflexão: a do tradutor, ambas como projeções imaginárias a partir de uma prática e de uma memória sobre um certo fazer. Antes de prosseguir, importa lembrar que, em outro trabalho (MEDEIROS, 2017a), as notas de Alencar, no caso do romance *O Guarani*, serviram a uma reflexão sobre a construção da evidência, o efeito de verdade, a partir do discurso da história (GINZBURG, 2007; HARTOG, 2013), o que nos levou a observar a relação da escrita literária com a escrita da história no século XIX. Agora nosso olhar recai sobre a relação entre línguas indígenas e língua portuguesa nas notas desses dois romances, o que nos levou, como sinalizado, a discernir duas posições, a do lexicógrafo e a do tradutor, imbricadas na metalinguagem que organiza a mediação entre as línguas, que indicaremos como *posição lexicógrafo-tradutor*. É uma mediação tecida no fio heterogêneo que se expõe e se encobre, que se explicita e se refugia num suposto não dizer, que revela e que cala, que se mostra no que marca e que se salvaguarda no não marcado, para pensar com Authier-Revuz (1998).

Partindo da concepção de uma heterogeneidade que constitui todo e qualquer dizer (heterogeneidade constitutiva), heterogeneidade não observável na língua, mas condição do dizer, Authier-Revuz vai propor uma outra instância, observável e analisável, para pensar a inscrição do discurso outro no dizer: a heterogeneidade mostrada, que, por sua vez, pode se apresentar marcada (por meio de aspas ou discurso direto, por exemplo), ou não marcada no fio discursivo (a alusão, por exemplo). São muitas as formas de heterogeneidade marcada que aparecem nas notas em foco: citações, referências a fontes, discurso direto e indireto, glosas, itálico, por exemplo. São marcas que sustentam o trabalho com as línguas indígenas e que dizem também do lugar das línguas indígenas. Iremos nos ater, então, a algumas delas para pensar tal lugar na relação entre línguas.

³ Vamos nos ater às notas, embora tal gesto compareça também por vezes sob a forma de glosas nos romances.

Este artigo se divide em duas grandes partes, destinadas às notas de cada um dos romances. Cabe destacar que em ambas serão feitas análises que recuperam os dois romances em foco. Ao final, expõe-se o percurso de trabalho com as notas dos romances e chega-se ao título do artigo: retórica da mediação.

2 O GUARANI

O Guarani, romance indianista de Alencar, publicado em 1857, é anterior a *Iracema*, de 1865⁴. Nele se encontram mais de setenta entradas de verbetes ao final de cada parte intituladas por Notas que se compõem de nomes próprios de personagens históricos (*D. Pedro da Cunha*, *D. Diogo de Mariz*, entre outros), além de um número significativo de entradas em que trata da flora no Brasil (*O cacto*; *Graciola*, *Sapucaia*, *Árvore de Ouro*, *Óleo*, *Jasmineiro*, por exemplo.). Há alguns sobre a fauna (*Colhereira*, *Formigueiro*, por exemplo) e há ainda aqueles em que se leem costumes dos indígenas (*Sacrifício*, *Veneno*) e do colonizador (*Brasão D'Armas*, *Pistoletes*). Faz-se, portanto, **saber** dos personagens históricos que se encontram no romance, da flora e da fauna brasileira, dos costumes dos colonizadores e dos indígenas, e dá-se a saber também da língua indígena, como veremos nos verbetes analisados. São notas que se avizinham a um fazer enciclopédico e/ou dicionarístico (MEDEIROS, 2017a⁵). Nossa investigação recai sobre o funcionamento da relação entre as línguas nestas notas. De imediato, o que salta aos olhos são as entradas majoritariamente em língua portuguesa e a língua indígena comparando de forma saliente marcada em itálico na predicação.

O cacto – Temos diferentes espécies de cacto; os mais lindos são o branco, o rosa e o amarelo, a que os indígenas chamavam *urumbeba*. Todos eles abrem à meia-noite e fecham ao desapontar do sol. (*O Guarani*, nota 21, itálico do autor⁶)

Formigueiro: No sertão encontram-se frequentemente essas observações subterrâneas, feitas por uma formiga, a que os índios chamavam *taciaí*. (*O Guarani*, nota 28, itálico do autor)

Veneno – Os indígenas fabricavam diversos venenos, e sua perfeição foi objeto de admiração para os colonizadores. Humboldt, à vista dos seus conhecimentos toxicológicos, concluiu que devia ter havido na América antigamente uma grande civilização, e que dela haviam os selvagens herdado esses usos. Os dois principais desses venenos eram o *bororé* e o *uirari*. (*O Guarani*, nota 34, itálico do autor)

Há, em grupo menor, entradas referenciadas como sendo de língua indígena ou que remetem ao universo indígena (caso, por exemplo, de *Guanumbi*, *Biribá*, *Irara*, *Ticum*, *Tamandaré*, *Igara*, *Curaré*, *Pequiá*).

⁴ *Ubirajara*, de 1874, é posterior a estes dois romances.

⁵ Com Rey-Debove (1984) compreendemos estes dois gestos como distintos: os que portam saberes sobre a língua aproximando-se de um fazer dicionarístico, isto é, saberes que recaem sobre a palavra e que comportam metalinguagem; e os que versam sobre saberes sobre o mundo (natureza, religião, costumes, por exemplo) avizinhandos-se a um fazer enciclopédico.

⁶ Iremos indicar a numeração das notas nos romances e não as páginas. Foram consultadas e analisadas as notas de rodapé da primeira edição de *O Guarani*, de 1857, e as da edição de 1957. O mesmo foi feito com *Iracema*, em que consultamos a primeira edição, de 1865, e a de 1957.

Guanumbi – Segundo uma tradição dos índios, o colibri que conheciam pelo nome de *guanumbi* levava e trazia as almas do outro mundo. (*O Guarani*, nota 37, itálico do autor)

Biribá: Era a árvore que os indígenas tiravam fogo por meio de atrito, roçando fortemente um fragmento de encontro ao outro. B da Silva Lisboa – Anais. (*O Guarani*, nota 12)

Posta em itálico na predicação – heterogeneidade mostrada que dispõe em relevo um léxico como de lugar outro, qual seja, do universo indígena –, a língua indígena comparece, predominantemente, em posição sintática de objeto, predicativo, complemento ou adjunto em enunciados definidores tais como: *os indígenas chamavam X (LÍ)*; *eram X(LI) e W(LI)*; *que conheciam pelo nome de X(LI)*. São poucos os verbetes em que a língua indígena ocupa a posição sujeito (o que ocorre nos limitados casos em que encabeçam os verbetes, como vimos em *Biribá*). As definições, por sua vez, não abrem para a polissemia; as fórmulas mais constantes são:

X (LP⁸) chamavam (LI), ou

X (LP) eram (LI),

e nos poucos casos de verbetes encabeçados por léxico indígena,

Y (LI) era X (LP).

São fórmulas que fazem supor universos linguísticos como equivalentes: *a X (LP) se chama Y(LI)*, por exemplo. Algumas são as ponderações a partir dessas observações.

Nunes, em seu artigo sobre dicionários bilíngues português-tupi e tupi-português (2015), assinala para a direção dos primeiros dicionários que se fizeram sobre línguas indígenas no Brasil: português-tupi. Tal direção indicava o aprendizado do tupi pelos missionários; por outro lado, a ausência da direção tupi-português confirmava “a orientação para falantes que conhecem o português, mas que têm pouco ou nenhum contato com a língua indígena.” (NUNES, 2015, p. 496). Será no século XVIII, conforme o autor, que irão aparecer os primeiros dicionários bilíngues tupi-português, prática que se intensificará no século XIX e que resultará, no final do século XIX, em direção ao tupi moderno:

No final do século XIX, surgem alguns dicionários bilíngues (de conversação, de tradução de lendas e mitos) que se voltam para línguas vivas indígenas faladas no Brasil Central e na Amazônia. Há um deslocamento do tupi antigo em direção ao tupi moderno. (NUNES, 2015, p. 502)

Nas notas de *O Guarani*, livro de meados do século XIX, a direção é, sobremaneira, da língua portuguesa para a língua indígena, o que nos permite pensar na ausência de leitores de língua indígena, bem como nos faculta aproximar o movimento do lugar do escritor daquele dos missionários: de aprendizado da língua. Não podemos, no entanto, não assinalar que estamos diante de notas em livro de literatura, espaço outro diferenciado de dicionários, objeto das observações de Nunes citadas anteriormente. Nesse sentido, podemos continuar a considerar a ausência de leitores em língua indígena e compreender o lugar do leitor, e não o do escritor, ambos como projeções imaginárias, como daquele

⁷ Língua indígena.

⁸ Língua portuguesa.

que é levado a saber da língua outra. E, indo adiante, compreender que saber sobre o indígena não se dá sem saber sobre sua língua. Por outro lado há, em *O Guarani*, alguns poucos verbetes em língua indígena, o que prenuncia a direção tupi-português, que iremos encontrar em *Iracema*. A presença de ambas as direções nos permite pensar em uma tensão entre esses dois movimentos: do português para o tupi e do tupi para o português. Ou melhor, em um movimento de passagem de uma direção a outra que irá se observar em *Iracema*, em que a orientação é, sobretudo, do tupi para o português.

Se, conforme Aurox (1990), dar muitas definições coloca em cena o problema de se distinguir, dentre todas as predicacões verdadeiras, aquela que constituiria o conjunto definitório, se, continuando com Aurox, dar muitas definições acena para o caráter impreciso da definição, o movimento contrário, qual seja, aquele da definição que não abre para a polissemia, produz o efeito da universalidade das ideias. É este, arriscaríamos, o jogo que a posição discursiva lexicógrafo-tradutor instaura nas notas de *O Guarani*. É interessante observar que este jogo se verifica também na explicação dada no interior da predicacão. Observe-se, no verbe a seguir, como o uso dos filamentos do ticum é posto como equivalente ao uso do linho pelos europeus:

Ticum- O ticum é uma palmeira de cujos filamentos os índios usavam como os europeus do linho. Dela se serviam para suas redes de pesca, para cordas de arco e outros misteres; o fio preparado por eles com a resina de almecega era fortíssimo. (*O Guarani*, nota 11)

Há que se registrar que as entradas dos verbetes de *O Guarani* consistem em um léxico composto, sobremaneira, por substantivos (nomes comuns e próprios)⁹. Diferentemente do que iremos observar nos verbetes de *Iracema*, nas notas de *O Guarani* não se encontram expressões, sintagmas ou orações. Tampouco a língua indígena é decomposta ou deriva. Estando no interior da predicacão ou encabeçando o verbe, o que se destaca como funcionamento da relação entre as línguas é o trabalho de equivalência entre dois universos linguísticos instaurado pela nomeação. Dois universos discursivos distintos são postos lado a lado, nivelados por enunciados definidores em que está em jogo a relação entre as coisas e seus nomes, as práticas ou os costumes e seus nomes. Tal movimento pode ser observado tanto com a da língua indígena no interior da predicacão, como se pode ler nos verbetes já apresentados, quanto com o nome indígena encabeçando o verbe. Observe-se a nota *Tamandaré* a seguir em que a fórmula *X é Y* faz equivaler *Tamandaré* e *Noé*:

Tamandaré: É o nome do Noé indígena. A tradição rezava que na ocasião do dilúvio ele escapara no olho de uma palmeira e depois povoara a terra. É a lenda que conta Peri. (*O Guarani*, nota 62)

Conforme Authier-Revuz, os comentários metaenunciativos podem colocar em cena quatro ordens de não coincidência. Uma delas apoia-se na não-coincidência entre as palavras e as coisas, que se articula sobre “as infinitas singularidades do real a nomear” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 194). O jogo da nomeação inscreve-se nesta não-

⁹ Por exemplo, o verbe *Aventureiros*, que poderia indicar um adjetivo, resulta também em substantivo. “O costume que tinham os capitães daquele tempo de manterem um bando de aventureiros” [...] (*O Guarani*, nota 6). Há ainda poucos casos de sintagmas, como *Grande rio*, e um caso de oração, *És livre*.

coincidência de diferentes maneiras; nas notas de Alencar, diremos que se dá pela ilusão de coincidência na tessitura da definição que faz equivaler dois léxicos. Um jogo interessante: assinala-se por vezes com itálico a diferença, mantém-se com ele a distância entre as línguas, e aproxima-as fazendo-as equivaler pela fórmula X é Y.

Uma última observação, são várias as predicções em que aparece o tempo passado trabalhando uma narrativa pretérita, como podemos ler nos verbetes *Veneno*, *Guanumbi*, *Biribá*, já expostos ou, entre alguns outros, como *Seta ervada*, a seguir:

Seta ervada – O *curaré* também servia aos índios para ervarem as suas setas, e nesse caso tinha uma preparação especial. Vide Gumilha, *Orenoco Ilustrado*. (*O Guarani*, nota 59, itálico do autor)

O tempo passado rompe com o tempo presente da definição (ESTEVES; MEDEIROS, 2017) e inscreve a temporalidade da memória. Se os enunciados definidores funcionam de forma a articular uma equivalência entre dois discursos, se o itálico, em movimento contrário, denuncia a dessimetria entre eles, talvez possamos pensar o tempo da narrativa funcionando como costura destes dois movimentos, opostos, na medida em que organiza como passado o memorável da tradição: língua, costumes, práticas que advêm do universo indígena, como lemos no verbete *Guanumbi* já exposto. Indo adiante, torna possível, no passado, a aproximação entre universos, ou ainda, sua não dessimetria. Uma observação: cabe indicar, já sinalizando para o outro romance aqui em foco, que este mesmo movimento se verifica em verbetes em *Iracema* (cf. mais adiante *Vieste*, *Mau espírito da floresta*, *Estrela morta*, *Tabajara*, *Maracá*, *Jaci*, *Ará*, *Pocema*, *Buçã*, já vistos), ou ainda em:

Batuieté: narceja ilustre, de *batuíra* e *eté*. Apelido que tomara o chefe pitiguara, e que na linguagem figurada valia tanto como valente nadador. É o nome de uma serra fertilíssima e da comarca que ela ocupa. (*Iracema*, nota 90, itálico do autor)

Mas lá entram em cena outros aspectos sobre os quais iremos nos limitar mais adiante. Enfim, as notas de Alencar nestes dois romances dão a ver uma erudição tecida em livros, em manuscritos, ou seja, denunciam um intenso trabalho de leitura de arquivo – aqui estamos novamente trazendo Nunes (2015) ao sintetizar o fazer de Gonçalves Dias em seu dicionário (*Dicionário da Língua Tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil*, 1Lipsia: F. A. Brochhausm 1958). Se, em *O Guarani*, as notas são repletas de referências a consultas sobre a língua que nelas não se contestam, não é o caso em *Iracema*.

3 IRACEMA

O romance *Iracema*, em sua primeira edição de 1865, vem acompanhado de vários textos que o margeiam – *Prólogo*, *Argumento histórico*, *Carta ao Dr. Jaguaribe* e notas de rodapé compondo um total de mais de cento e vinte verbetes. Neste material encontra-se uma reflexão interessante, entre outras, sobre notas e sobre prólogo. Por exemplo, tece-se um prólogo e nele lemos sua aversão a eles:

Mas sempre fui avesso aos prólogos, em meu conceito eles fazem à obra o mesmo que o pássaro à fruta antes de colhida; roubam as primícias do sabor literário. Por isso me reservo para depois.

Na última página me encontrará de novo; então conversaremos a gosto, em mais liberdade do que teríamos neste pórtico do livro, onde a etiqueta manda receber o público com a gravidade e reverência devida a tão alto senhor. (ALENCAR, *Prólogo* à Primeira edição de *Iracema*, datado de maio de 1865).

No *Argumento histórico* dá-se relevo às notas:

Este é o argumento histórico da lenda; em notas especiais se indicarão alguns outros subsídios recebidos dos cronistas do tempo. (ALENCAR, *Argumento histórico*)

E o texto ao final do livro, a *Carta ao Dr. Jaguaribe*, se abre indagando acerca da leitura do livro e das notas, para poder iniciar conversa,

Eis-me de novo, conforme o prometido.

Já leu o livro e as notas que o acompanham; conversemos pois. (ALENCAR, *Carta ao Dr. Jaguaribe*, datada de agosto de 1865)

Entretanto, a certa altura da carta, aponta as notas como grilos que atrapalham a leitura e mostra dúvidas quanto a sua publicação, que ocorre a despeito da hesitação.

Que fazer? Encher o livro de grilos que o tornariam mais confuso para que os entendidos proferissem o veredito literário Dar leitura dela a um círculo escolhido, que emitisse juízo ilustrado? (ALENCAR, *Carta ao Dr. Jaguaribe*, datada de agosto de 1865)

Eis uma pergunta que nos fizemos ao ler tais matérias: retórica da dúvida ou a tensão na prática literária do século XIX?

Em outro trabalho (MEDEIROS, 2017b), uma autora é recuperada – Abreu (2011) – para pensar o movimento das notas de rodapé na escrita literária do século XIX no Brasil. Conforme Abreu, era comum constar dos romances brasileiros do século XIX textos outros, antecedendo ou se pospondo aos romances, como forma de exposição e defesa de suas teorias literárias, o que também ocorria nas notas de rodapé. Trata-se de prática do romantismo brasileiro que se relacionava à “mais requintada tradição literária europeia” (ABREU, 2011, p. 21) e que resultava em um modelo literário. Ela explica: “Não é acidental, portanto, o fato de o romantismo brasileiro ter se definido e concretizado através de um ‘culto’ ao documento, ao factual, para só aí formular a ficção”. (2011, p. 51). Ainda no que diz respeito a Alencar, a autora nos avisa:

O modelo literário almejado por Alencar, em conformidade com tais propósitos, comporta uma exigência de caráter documental, indo ao encontro dos anseios de realização ficcional dos românticos; documento esse que serviria de base às descrições dos livros. (ABREU, 2011, p. 68)

Observe-se o comentário na *Carta ao Dr. Jaguaribe* em que à lenda, tal como lemos no *Argumento Histórico*, se sobrepõe outra forma de escrita, qual seja, aquela do ensaio:

Este livro é, pois, um ensaio ou antes mostra. Verá realizadas nele minhas ideias a respeito da literatura nacional; e achará aí poesia inteiramente brasileira, haurida na língua dos selvagens. A etimologia dos nomes de diversas localidades e certos modos de dizer tirado da composição das palavras são de cunho original. (ALENCAR, *Carta ao Dr. Jaguaribe*, datada de agosto de 1865)

Idas e vindas, diremos, que nos indicam práticas já existentes (como a da advertência que antecede romances, ou ainda a das notas, ambas não somente em Alencar) e que nos permitem constatar a importância dos textos que margeiam os romances no século XIX no Brasil e a sua relação com a escrita da história (a esse respeito, cf. GRAFTON, 2013).

Na cabeça das notas em *Iracema* encontram-se, de modo expressivo, palavras referidas como de línguas indígenas ao lado de palavras, sintagmas e orações em língua portuguesa que remetem para língua e costumes indígenas. No interior dos verbetes, o leitor se depara ainda com um universo linguístico indígena expandido para expressões, orações, atos de dizer que denunciam formas outras de significar o mundo. Em outras palavras, nas notas de *Iracema* encontra-se um denso investimento sobre língua indígena que não se lia em *O Guarani*.

Os verbetes compõem dois grandes gestos sobre línguas indígenas: um, em que o termo se mostra na cabeça do verbete em língua indígena; outro, em que na cabeça do verbete se lê a tradução em língua portuguesa, podendo a língua indígena se fazer presente ou não na predicação. Observem-se os exemplos a seguir, em que os três primeiros fazem parte do primeiro gesto, e os outros três configuram o segundo:

1º:

Uiraçaba: aljava, de *uira* – seta, e a desinência *çaba* – coisa própria. (*Iracema*, nota 14, itálico do autor)

Piroquara: de *pira* – peixe, e *coara* – toca. (*Iracema*, nota 83, itálico do autor)

Igaçaba: vaso, pote, de *ig* – água, e a desinência *çaba* – coisa própria. (*Iracema*, nota 17, itálico do autor)

2º:

Vieste - A saudação usual da hospitalidade era esta: *Êre iobê* - tu viestes?

Pa-aiotu – vim sim. *Augebe* – bem dito. Veja-se Lery, pag. 286. (*Iracema*, nota 18, itálico do autor)

Mau espírito da floresta: Os indígenas chamavam a esses espíritos *caa-pora*, habitantes da mata, donde por corrupção veio a palavra caipora, introduzida na língua portuguesa em sentido figurado. (*Iracema*, nota 23, itálico do autor)

Estrela morta: A estrela polar, por causa da sua imobilidade; orientavam-se por ela os selvagens durante a noite. (*Iracema*, nota 28, itálico do autor)

Como ocorria no romance anterior, a língua indígena continua a se inscrever em itálico. Continua, pois, a comparecer como heterogeneidade mostrada e marcada, alteridade a ser compreendida. Contudo, há distinções significativas no modo como ela é trabalhada nos verbetes.

De imediato, é a língua indígena que está em foco, isto é, está em cena a forma como se denomina o mundo, o modo como se organiza para significá-lo, a forma como se estrutura e suas possibilidades. As notas de rodapé em *Iracema* se voltam predominantemente para a língua indígena; algumas se debruçam sobre seus costumes e apenas duas se destinam ao universo do colonizador. Ei-las:

Martim: da origem latina de seu nome, procedente de marte, deduz o estrangeiro a significação que lhe dá. (*Iracema*, nota 21)

Albuquerque: Jerônimo de Albuquerque, chefe da expedição ao Maranhão em 1612. (*Iracema*, nota 126)

Como se pode observar, consistem em verbetes para nomes próprios de linhagem portuguesa. É produtivo confrontá-los com verbetes para nomes próprios de linhagem indígena.

Moacir: filho do sofrimento: de *moacy* – dor, e *ira* – desinência que significa saído de. (*Iracema*, nota 117, itálico do autor)

Tabajara: senhor das aldeias, de *taba* – aldeia, e *jara* – senhor. Esta nação dominava o interior da província, especialmente a Serra da Ibiapaba. (*Iracema*, nota 7, itálico do autor)

Aratanha: de *arara* – ave, e *tanha* – bico. Serra muito fértil e cultivada, em continuação da de Maranguape. (*Iracema*, nota 103, itálico do autor)

Se, em *O Guarani*, tínhamos nomes próprios que remetiam para linhagem portuguesa, agora os nomes próprios que encabeçam os verbetes de *Iracema* são majoritariamente de origem indígena. Eles indicam personagens bem como lugares, serras, lagos, rios. Não há topônimos que não se apresentem com nomes indígenas. Com efeito, a geografia é fartamente indicada pela nomeação indígena. E, diferentemente da forma como se predicam nomes próprios não indígenas, aqueles de origem indígena são apresentados em verbetes que os decompõem indicando suas raízes e desinências, o que não se lê em *Martim* ou *Albuquerque*. Indo adiante, a nomeação da fauna e flora em *Iracema* também se dá apenas pela língua indígena, diferentemente do que se vê no romance anterior. Observem-se, por exemplo, *Graciola*, verbe de *O Guarani*, e *Acauã*, de *Iracema*.

Graciola - É o nome científico que Fr. Veloso na sua *Flora Fluminense* dá à pequena flor azul de um arbusto indígena. (nota 21, *O Guarani*)

Acauã – ave inimiga das cobras, de *caa* – pau, e *uan*, do verbo *u* – comer. Diz Aires do Casal que lhe vem o nome do grito que solta. (nota 64, *Iracema*)

Em ambos, recuperam-se as fontes da nomeação. No primeiro caso, a nomeação não advém do universo indígena, mas dos estudos de Fr. Veloso. No segundo, a nomeação advém da língua indígena. E aqui é proveitoso observar que, a despeito da referência, Aires do Casal, indicando a proveniência da palavra como advinda do grito que uma certa ave solta, está em cena a recuperação das partes da palavra indígena, seus sentidos e categorias gramaticais: “*caa* – pau e *uan*, do verbo *u*, comer”.

Uma ressalva importante: estamos adentrando os verbetes do primeiro eixo, a saber, aqueles cuja entrada é pela língua indígena. Trata-se de um eixo que comporta maior número de verbetes. Mas adiante trataremos do segundo eixo.

A decomposição da palavra é uma marca significativa dos verbetes de Iracema: praticamente todas as palavras indígenas são decompostas: Uiraçaba, Piroquara, Igaçaba, Moacir, Tabajara, Aratanha, já expostas. Vejam-se ainda os verbetes a seguir:

Maracá: pendão de guerra; de *marã* – combate, e *aca* – chifre, ponta. O maracá servia de estandarte aos tupis. (*Iracema*, nota 23, itálico do autor)

Ibiapina: de *iby* – terra, e *apino* – tosquiar. (*Iracema*, nota 76, itálico do autor)

Na predicação, como se pode ver, vai se fazendo saber das partes da língua indígena, de suas categorias gramaticais (como vimos em *Acauã* e como podemos ler em *Jaci*, *Guará*), de sua forma de dar ênfase ou força às palavras (*Guará*), da possibilidade morfológica de expressão de grau de forma interna (sintética) à palavra (*Ará*).

Jaci: a lua. Do pronome *já* – nós e *cy* – mãe. A lua exprimia o mês para os selvagens; e seu nascimento era sempre por eles festejado. (*Iracema*, nota 68, itálico do autor).

Guará: cão selvagem, lobo brasileiro. Provém esta palavra do verbo *u* – comer, do qual se forma com o relativo *g* e a desinência *ara* o verbal *g-u-ára* – o comedor. A sílaba final longa é a partícula propositiva *á*, que serve para dar força à palavra. *G-u-ára-á* – realmente comedor, voraz. (*Iracema*, nota 47, itálico do autor)

Ará: periquito. Os indígenas como aumentativo usavam repetir a última sílaba da palavra e às vezes toda a palavra, como *murémuré*. *Muré* – fruta¹⁰, *murémuré* – grande fruta. *Arará* vinha a ser, pois, o aumentativo de *ará* e significaria a espécie maior do gênero. (*Iracema*, nota 10, itálico do autor).

Mostra-se que ela deriva e como ocorre a derivação, como se pode ler em *Jandaia*:

Jandaia: este nome que anda escrito por diversas maneiras, *nhendaia*, *nhandaia*, e em todas alterado, é apenas um adjetivo qualificativo do substantivo *ará*. Deriva-se ele das palavras *nheng* – falar, *antan* – duro, forte, áspero, e *ara* – desinência verbal que exprime o agente: *nh'ant'ara*; substituído o *t* por *d* e o *r* por *i*, tornou-se *nhandaia*, donde *jandaia*, que se traduzirá por periquito grasnador. Do canto desta ave, como se viu, é que vem o nome de Ceará, segundo a etimologia que lhe dá tradição. (*Iracema*, nota 50, itálico do autor)

Dá-se a saber que ela adentra a língua portuguesa (*Capoeira*) e nela circula (*pocema*). E ainda que se faz também presente na língua francesa (*Bucã*):

Capoeira: corruptela de *caa-apuam-era*, que significa ilha de mato já cortado uma vez (*Iracema*, nota 40, itálico do autor)

Pocema: grande alarido que faziam os selvagens nas ocasiões de alegria; é palavra adotada já na língua portuguesa e inserida no dicionário de Moraes. Vem de *po* – mão, e *cemo* clamar: clamor das mãos, porque os selvagens acompanhavam o vozear com o bater das palmas e das armas. (*Iracema*, nota 35, itálico do autor)

¹⁰ Conforme ortografia registrada ainda em edições recentes, por exemplo, em *Iracema*, 2012.

Bucã: significa uma espécie de grelha que os selvagens faziam para assar a caça; daí vem o verbo francês *boucaner*. A palavra provém da língua tupi ou guarani. (*Iracema*, nota 70, itálico do autor)

Com a decomposição e a derivação mostra-se a potência da sua morfologia e indica-se sua força para adentrar e se fazer léxico em outras línguas. Nos verbetes se expõe ainda que se trata de uma língua que varia no dizer (*Oitibó*, *Noitibó*). Neste caso, é interessante observar o movimento de fixação do léxico ao se ter uma só entrada (*Oitibó*):

Oitibó: é uma ave noturna; espécie de coruja. Outros dizem *noitibó*. (*Iracema*, nota 30, itálico do autor).

A captura da língua indígena, como se pode ler nos verbetes de *Iracema*, não se faz sem uma densa explicitação metalinguística. Observe-se o verbete a seguir, em que se recupera a ortografia para indicar problemas que diferentes versões ortográficas geram para o conhecimento da etimologia da palavra. É pela decomposição que se chega a sua formação e aos sentidos:

Pitiguara: grande nação de índios que habitava o litoral da província e estendia-se desde o Parnaíba até o Rio Grande do Norte. A ortografia do nome anda muito viciada nas diferentes versões, pelo que se tornou difícil conhecer a etimologia. *Iby* significava terra; *iby-tira* veio a significar serra ou terra alta. Aos vales chamavam os indígenas de *iby-tira-cua* – cintura das montanhas. A desinência *jara* – senhor, acrescentada, formou a palavra *ibiticuara*, que por corrupção deu *Pitiguara* – senhores dos vales. (*Iracema*, nota 19, itálico do autor)

Não mais em posição sintática de complemento, como se leu em *O Guarani*, o movimento, no gesto que confere à cabeça do verbete a língua indígena, é o que vai da língua indígena em direção à língua portuguesa. As notas revelam um intenso labor lexicográfico, compondo, como já proposto em outros trabalhos, glossários sobre a língua (MEDEIROS, 2016b). Grande parte dos verbetes pode ser lida independentemente do texto, o que nos autoriza pensar que funcionam como dicionário bilíngue de língua indígena para língua portuguesa, revelando, assim, um trabalho de gramatização de línguas indígenas (AUROUX, 1989, 1992) na relação com a língua portuguesa.

Conforme Auroux, o processo de gramatização não ocorre sem “transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas” (1992, p. 74) e, em tal processo, é preciso considerar “os sujeitos que efetuam a transferência”, isto é, se eles são ou não “locutores nativos da língua para a qual ocorre a transferência”. No primeiro caso, estamos diante de uma endotransferência de tecnologia e, com isso, em situação de endogramatização; no segundo caso, em situação de exotransferência de tecnologia e, portanto, de exogramatização. Em *Iracema*, então, observa-se um processo de exotransferência. Nesse processo é significativo perceber como a descrição da língua indígena se dá a partir de categorias da língua portuguesa. Retorne-se, por exemplo, a *ará*: “Os indígenas como aumentativo usavam repetir a última sílaba da palavra e às vezes toda a palavra [...]”.

Ainda sobre este grande e mais saliente eixo, importa refletir sobre o modo como se apresentam os enunciados definidores. Em *O Guarani*, como vimos, predominava o que indicamos como fórmulas da equivalência; agora, outras formas de enunciados definidores saltam aos olhos pela sua recorrência. Em primeiro lugar, aquele mais produtivo é o da derivação, de duas formas, como vimos em *Uiraçaba*, *Piroquara*, *Moacir*, *Tabajara*, *Aratanha*, *Maracá*, *Jaci*, *Ibiapina*, por exemplo.

$X(LI): Y(LP)$ de $X1$ e $X2$ (partes decompostas da língua indígena) ou

$X(LI):$ de $X1$ e $X2$ (partes decompostas da língua indígena), $Y(LP)$,

Em suma, o que se configura como marca significativa dos verbetes em *Iracema* é a decomposição: nelas ficamos sabendo como ocorre, por exemplo, a formação de palavras, algo que não tínhamos em *O Guarani*.

Além destas duas fórmulas, cabe destacar duas outras recorrentes:

$X(LI)$ é $Y(LP)$ e

$X(LI) = Y(LP)$.

Com a primeira também se verifica a derivação, observem-se os verbetes *Maracá*, *Jaci*, *oitibó*, já citados anteriormente. Com a segunda, não se tem decomposição. Observem-se, a seguir, *anajê* e *cuandu*.

Anajê: gavião (*Iracema*, nota 59)

Cuandu: porco-espinho (*Iracema*, nota 74)

Estamos diante de um deslocamento sutil no movimento da equivalência, agora para a sinonímia, que produz o efeito de correlação entre um e outro: um movimento promovido pelo apagamento dos verbos que ligavam significantes de universos discursivos distintos. O gesto costura de forma mais aguda a aproximação entre mundos distintos ($X = Y$), acentuando a universalidade das ideias. Os nomes é que são distintos, eis o que tal fórmula nos permite supor.

Em *Iracema*, começa ainda a comparecer, no trabalho com a sinonímia, a polissemia (como já vimos, *Igaçaba*, em *Guará*) ou em *Itaoca*, a seguir:

Itaoca: casa de pedra, fortaleza. (*Iracema*, nota 123)

Nunes (2006) lembra que o

trabalho com a sinonímia pode nos conduzir a duas imagens de língua, que chamaremos de 'abundância' e de 'justeza'. A imagem da abundância é aquela de uma profusão de sinônimos, de um léxico 'rico'. A da justeza é a de um léxico conciso, em que as palavras são medidas e as diferenças explicitadas. (NUNES, 2006, p. 154).

Nos verbetes de *Iracema*, diremos que estamos diante da segunda imagem, da justeza. Mas o que importa destacar é que a sinonímia é posta na língua portuguesa; é ela que comporta sinonímia. Tal funcionamento nos possibilita voltar à língua indígena para

sobre ela pensar algumas imagens possíveis: como concisa, uma vez que um item lexical em língua indígena abriria para vários sentidos em língua outra; como menos rica, pelo mesmo motivo, no caso, indicando que não se trata de uma língua que apresente sinonímia. Se, no entanto, tomarmos o funcionamento da sinonímia como impossibilidade de precisão e de demarcação de sentido (é preciso dizer mais e mais e mais em outras palavras em busca da justeza), uma terceira imagem ainda é possível: do lugar equívoco. E aí voltamos à predicação: casa de pedra ou fortaleza? Quem se equivoca?

Para continuar a reflexão, passemos ao segundo eixo, qual seja, aquele em que, na cabeça do verbete, encontra-se a língua portuguesa como tradução da língua indígena.

No início de nossa análise dos verbetes em *Iracema*, trouxemos três entradas: *Vieste*, *Mau espírito da floresta* e *Estrela morta*. Eles constituem três movimentos distintos neste segundo eixo – e, cabe acrescentar, movimento que não constitui prática em *O Guarani*.

Em primeiro lugar, em *Vieste*, temos a equivalência entre as línguas posta em situações de comunicação. *Vieste* funciona como tradução de “*Êre iobê* – tu viestes?” no diálogo a que se dá continuidade: “*Pa- aiotu* – vim sim. *Augebe* – bem dito”. De modo distinto, *O Guarani* se debruçava sobre um ou outro item lexical, aqui a língua *vai* sendo indicada em seu uso, em suas formas de comunicação cotidiana. Um diálogo é posto em paridade entre línguas simulando um “quando se diz X lá se diz Y aqui”.

Como já dito, orações, sintagmas, situações de comunicação se fazem presentes nas notas de *Iracema*. Em *Vieste* bem como em *Mau espírito da floresta*, segundo movimento do que estamos indicando como segundo eixo, a língua indígena aparece na predicação, tal como lemos em *Vieste*. Mas há aí algumas sutilezas a serem destacadas. Observem-se os verbetes a seguir:

Fogos de alegria: chamavam os selvagens *tory* os fochos ou fogos, e *toryba* – alegria, festa, grande cópia de fochos. (*Iracema*, nota 69)

Cabelos de sol: em tupi *guaraciaba*. Assim chamavam os indígenas aos europeus que tinham os cabelos louros. (*Iracema*, nota 43).

Rio que forma braço ao mar: é o Parnaíba, rio de Piauí. Vem de *pará* – mar, *nhanne* – correr, e *hyba* – braços; braço corrente do mar. Geralmente se diz que *pará* significa rio e *paraná*, mar: é inteiramente o contrário. (*Iracema*, nota 86)

Chupou tua alma: criança em tupi é *pitanga*, de *pitêr* – chupar, e *anga* – alma: chupa alma. Seria porque as crianças atraem e deleitam aos que as vem? ou porque absorvem uma porção da alma dos pais? Caubi fala neste último sentido. (*Iracema*, nota 118)

Neles, voltamos à direção da língua portuguesa para língua indígena que se assinalou em *O Guarani*, e, em consonância ao que lá ocorria, a língua indígena se faz presente, por vezes, em posição de complemento (observe-se em *Fogos de alegria* ou *Cabelos de sol*). Contudo, algo neles se acrescenta e se faz saliente: a explicação sobre as alusões, a captura do universo indígena pelo modo de dar sentido ao mundo, como se pode ler em *Chupou tua alma*, *Cabelos de sol* ou ainda em *O dia vai ficar triste*, em que se persegue os desdobramentos semânticos da língua:

O dia vai ficar triste: os tupis chamavam a tarde *caruca*, segundo o dicionário. Segundo Léry, *che caric acy* significa “estou triste”. Qual destes era o sentido figurado da palavra? Tiraram a imagem da tristeza, da sombra da tarde, ou imagem do crepúsculo, do torvamento do espírito? (*Iracema*, nota 47, itálico do autor)

Estes verbetes nos permitem observar algo que entra em cena em relação às línguas indígenas nas notas de *Iracema*: a forma de metaforizar o mundo. Para além de se expor as partes dos itens lexicais, dos sintagmas, está em jogo a compreensão da metaforização do mundo. E aí podemos entrever a complexidade da posição lexicógrafo-tradutor. Se, ousamos dizer, o lexicógrafo, ao decompor palavras, indicar partes e sentidos, opina, assevera, garante e atesta sobre a língua, agora, diante da metáfora, o tradutor tateia, hesita, indaga.

Seguindo adiante, observe-se o verbete a seguir que indicamos como terceiro movimento neste segundo eixo. Trata-se de *estrela morta*, posta como equivalente a *estrela polar*. Com estrela morta indica-se uma outra forma de metaforizar aquilo que se nomeia como estrela polar: posição no hemisfério em um universo linguístico agora significada pela metáfora da morte, por sua imobilidade, em outro universo linguístico.

Estrela morta: A estrela polar, por causa da sua imobilidade, orientava por ela os selvagens durante a noite. (*Iracema*, nota 28)

Língua indígena e língua portuguesa são aproximadas em suas distintas formas de significação: é como se ambos os universos considerassem um mesmo referente, mas o significassem de maneiras distintas. A aproximação não se verifica mais, então, nas categorias gramaticais que se encontram em uma ou em outra, mas pela forma de significar o mundo, ou ainda, pela semantização do mundo. Ambos significariam um mesmo mundo, apenas por caminhos distintos que cabe compreender. E, nessa captura da língua indígena, desaparece também o itálico, a marca que a configura como alteridade.

É interessante notar que esta terceira forma de tratamento da língua indígena perfaz um movimento contraditório: por um lado, aproxima língua indígena da língua portuguesa. É como se dissesse: o mundo é o mesmo, basta compreender como se diz e como se significa naquele universo que se desconhece. Por outro lado, promove-se o apagamento da língua indígena ao se dizer em língua portuguesa estrela morta, isto é, ao se traduzir sua metáfora. Em outras palavras, o movimento de aproximação da língua indígena com a portuguesa não se dá sem o encobrimento da língua indígena. E, assim, ousamos dizer, no lugar da palavra ou expressão, fica a metáfora e a forma de pensar o mundo.

4 POR UMA PAUSA

Muito fica sempre por analisar, dada a riqueza dessas notas-verbetes nos romances de Alencar. Na reflexão que empreendemos, destacamos *O Guarani* e *Iracema* como comportando dois momentos distintos na mediação entre as línguas em suas notas: no primeiro, em que a língua indígena quase não se mostra, e, no segundo, em que se confere

a ela visibilidade e se denuncia seu viço. Talvez possamos dizer que os dois romances recobrem dois momentos distintos de captura da língua outra: inicialmente, em *O Guarani*, o de tomada de uma língua outra na medida em que a apre(e)nde. Cabe lembrar que tal funcionamento permanece em *Iracema*, mas aí se inscreve um segundo funcionamento: o da identificação plena (PÊCHEUX, 1988)¹¹ engendrada pela posição tradutor como aquela autorizada a poder dizer em outra língua¹². Daí o que indicamos como retórica da mediação, um “eu falo pelo outro”, falo da língua de que sou sabedor e a mostro como uma língua que se pode aproximar em diferentes instâncias da língua portuguesa.

A despeito das diferenças, como tentamos mostrar, em ambos está em jogo um movimento de aproximação para com a língua indígena, de equivalência e de equiparação entre elas; não sem resultar também no apagamento da palavra na língua outra, como observado. Talvez possamos compreender este gesto de dizer pelo outro como um movimento para uma língua outra que servirá de morada para a nacionalidade da literatura brasileira:

O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo como também as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito e até as menores particularidades de sua vida. (ALENCAR, *Carta ao Dr. Jaguaribe*, na 1ª. edição de *Iracema*)

Além de *O Guarani* e *Iracema*, o romance *Ubirajara* também comporta verbetes indianistas. Fica a pergunta-proposta: o que fica e o que muda na relação entre as línguas nos verbetes de *Ubirajara*?

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M. *Ao pé da página: a dupla narrativa de José de Alencar*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.
- ALENCAR, J. de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diário, 1857. (Biblioteca Brasileira)
- ALENCAR, J. de. *O Guarani*. In: ALENCAR, J. de. *Obras completas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. Aguilar, 1957.
- ALENCAR, J. de. *Iracema*. Rio de Janeiro: Typ. De Vianna & Filhos, 1865 (In: Biblioteca Brasileira).
- ALENCAR, J. de. *Iracema*. In: ALENCAR, J. de. *Obras completas*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. Aguilar, 1957.
- ALENCAR, J. de. *Iracema*. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- AUROUX, S. La définition et la théorie des idées. In: CHAURAN; MAZIERE, F. *La définition*. Paris : Larousse, 1990.
- AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques*. La naissance des métalangues en Orient et en Occident. Tome 1. Bruxelles: Galerie des Princes, 1989.

¹¹ A identificação plena é da ordem da evidência, ou melhor, da eficácia da interpelação em uma formação discursiva (cf. PÊCHEUX, 1988, p. 101, 126-127).

¹² Estamos fazendo uso, em nossa análise, de algumas das reflexões de Mittmann (2008) sobre processos tradutórios.

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- ESTEVES, P. M. da S.; MEDEIROS, V. O presente dura muito tempo. In: SOUSA, L. M. A.; GARCIA, D. A. (Org.). *Ler Althusser hoje*. São Paulo: Ed. da UFSCAR, 2017.
- GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GRAFTON, A. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papyrus, 1998.
- HARTOG, F. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autentica, 2013.
- MEDEIROS, V. Uma reflexão sobre intervenções dos escritores e o efeito verdade. In: FLORES, G. G. B. et alii (Org.). *Análise de Discurso em rede: cultura e mídia*. V. 3. Campinas: Pontes, 2017a. p. 131-142.
- MEDEIROS, V. Na urdidura das notas de rodapé, arquivos da língua. In: VENTURINI, M. C. *Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso*. Campinas: Pontes, 2017b.
- MEDEIROS, V. Cartografias das línguas: glossários para livros de literatura. *Alfa*, v. 60, n. 1, p. 79-93, .
- MEDEIROS, V. Língua e sujeito na captura da palavra. In: NUNES, S. R. et alii (Org.) *Sujeito e memória: lugares constitutivos*. Campinas (SP): Pontes, 2016b. (Coleção Enalich)
- MITTMANN, S. A autoria e tradução: da dispersão às identificações. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. (Coleção Ensaios n. 22)
- NUNES, J. H. Definição lexicográfica e discurso. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 11, 2003.
- NUNES, J. H. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.
- NUNES, J. H. A inversão de português-tupi para tupi-português nos dicionários bilíngues. In: ARCHAIMBAULT, S.; FOURNIER, J.-M.; RABY, V. *Penser l'histoire des savoirs linguistiques*. Paris: ENS Ed., 2015.
- REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. *Revista Alfa*, n. 28, p. 45-49, 1984.
- ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma História das Ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. P. (Org.). *História das idéias políticas: construção do saber metalingüístico e constituição de língua nacional*. Campinas (SP): Ed. Pontes; Cáceres: UNEMAT, 2001.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas (SP): Ed. UNICAMP, 1997. p. 55-66.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988.

AGRADECIMENTOS

Este artigo contou com apoio da Bolsa de Produtividade CNPq (Processo 304195/2015-4) e com apoio CNE FAPERJ (Processo E-26/203.310/2017), que agradecemos.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.